

Tratado usualmente com objecto, o «povo» parece suportar todos os sinetes que se queiram apor a ele, tornando-o como massa para todas as formas. A série de entrevistas «Tempos Difíceis» procurou sobretudo falar com o povo, visto com as complexidades de tempo e lugar que o termo esconde, e menos sobre o povo (o olhar de cima, a noção de hierarquia não é fortuita). O exercício visava afastar a preeminência dessa visão celestial com que têm sido, muitas vezes, imaginadas as classes populares em Portugal. Nesta obra, vamos encontrar uma variedade de casos de trabalhadores que procuram lidar criativamente com a vida, iludindo impasses, contornando obstáculos, explorando ensejos, ainda que enfrentando «tempos difíceis».

**m** outro  
**modo**  
LE MONDE  
*diplomatique*  
EDIÇÃO PORTUGUESA



# tempos difíceis

as pessoas  
falam sobre a sua vida  
e o seu trabalho

**Ilustrações e arranjo gráfico.**

André Luz

**Autores.**

Bruno Monteiro, Emília Margarida Marques, Inês Brasão, Inês Coelho, João Baía, João Queirós, José Nuno Matos, José Soeiro, Nuno Dias, Nuno Domingos, Sandra Leitão, e Sara Conceição

# Sumário

<i>Introdução: Notícias do «mundo fechado»</i> <b>Nuno Domingos e Bruno Monteiro</b>	<b>4</b>
<i>É fogo que arde sem se ver: os «velhos» operários e a «nova» fábrica</i> <b>Bruno Monteiro</b>	<b>7</b>
<i>Ao som da sirene: a vida no bairro de Santa Maria</i> <b>Inês Brasão</b>	<b>13</b>
<i>O retrato da jovem enquanto trabalhadora: da precariedade à precariedade</i> <b>José Nuno Matos</b>	<b>19</b>
<i>Do entusiasmo à amargura – um percurso na (des)industrialização</i> <b>Maria Inês Coelho e Sandra Leitão</b>	<b>25</b>
<i>«Manipuladora de aves»: a privação da vida</i> <b>Sara Conceição</b>	<b>31</b>
<i>A experiência reiterada da relegação socioespacial perspectivada a partir de um bairro do Porto</i> <b>João Queirós</b>	<b>37</b>
<i>A escolha de Vitória</i> <b>Nuno Dias</b>	<b>43</b>
<i>No bairro da Relvinha, depois de Abril</i> <b>João Baía</b>	<b>49</b>
<i>Ninguém é desafinado</i> <b>Nuno Domingos</b>	<b>55</b>
<i>A luta de Rita: precariedade, vontade de justiça, um «outro lado demasiado grande»</i> <b>José Soeiro</b>	<b>61</b>
<i>Ser mais do que um robô</i> <b>Emília Margarida Marques</b>	<b>67</b>
<i>Proteger as amas protege as crianças</i> <b>Joana Gomes Cardoso</b>	<b>71</b>
<i>«Koragi nes luta pa bida midjor»</i> <b>Ana Estevens</b>	<b>77</b>
<i>Ficar sem Tecto: as demolições no Bairro 6 de Maio</i> <b>Catarina Sampaio</b>	<b>81</b>



**Título.** Tempos Difíceis. As pessoas falam sobre a sua vida e o seu trabalho.

**Editora.** Outro Modo Cooperativa Cultural

**Organizadores.** Nuno Domingos e Bruno Monteiro

**Autores.** Bruno Monteiro, Emília Margarida Marques, Inês Brasão, Inês Coelho, João Queirós, José Nuno Matos, José Soeiro, Nuno Dias, Nuno Domingos, Sandra Leitão e Sara Conceição

**Design e ilustração.** André Luz . [www.andreluzdesign.com](http://www.andreluzdesign.com)

**ISBN.** 978-989-95822-3-1

# Introdução: notícias do «mundo fechado»

NUNO DOMINGOS e BRUNO MONTEIRO

Quiçá seja aqui que se resolve o enigma, se enigma há, da novela. A impotência dos *senhores* para penetrar as vidas das classes populares, terreno inóspito e estranho que só se vislumbra nos olhares e nas emoções, torna-o um *mundo fechado*. “Esse mundo que vocês, pobres e humildes e tristes, vocês os simples no sofrimento, os pacificamente vencidos, trazem no peito, fechado, e raso, e morto, e ignorado para nós, os que intelectualizamos o sofrimento humano!”<sup>1</sup> Pedro, o jovem burguês em férias no campo que protagoniza a novela de Agustina, vai chocar com os limites intransponíveis com que o universo do *povo* parece esconder a sua verdade, verdade incompreensível para ele, com “a sua mania de estilizar todas as coisas”.<sup>2</sup> O *mistério* do povo é apenas a versão transcendente da experiência confusa que são, em Portugal, os encontros entre *burguesia* e *plebe*, se quisermos usar os termos empregados naquela novela. Por um curioso fenómeno de simetria, a oposição complementar entre visões românticas e visões miserabilistas parece resumir a pluralidade de juízos pronunciados a respeito do *povo*. Pronunciado, porque o *povo* de que se fala, a favor ou contra, é um povo que não fala; é mais um *eco*, a réplica que confirma as enunciações dos que escrevem e falam sobre o *povo*. Opostos em tudo, o *povo* selvagem, mesquinho, sujo, volúvel e perigoso da visão elitista (a fórmula de Oliveira Martins fez escola: *um povo fanático, violento, apático, intrigante, vil e fraco*)<sup>3</sup> e a sua versão positiva, porém complementar, a saber: o *povo* honesto, laborioso, vítima de sofrimentos injustos e incontáveis e que serve de reserva ética à nação, visão típica de um populismo de cariz político, convergem em que são ambos, o *povo* dos miserabilistas e o *povo* dos populistas, ficções dos que escrevem e falam *sobre* o *povo*, ou *ao* *povo*, invocando o suposto mandato ou tutela com que estão investidos. Os conceitos de *povo* assim cunhados servem mais para mostrar os preconceitos de partida, frequentemente inconscientes, sobre as classes populares e saldaram-se frequentemente na comprovação das expectativas, sonhos e temores iniciais a seu respeito. Tratado usualmente como *objecto*, o *povo* parece suportar todos os sinetes que se queiram apor a ele, tornando-o como massa para todas as formas.

A série de entrevistas *Tempos Difíceis* procurou sobretudo falar *com* o *povo*, visto com as complexidades de tempo e lugar que o termo esconde, e menos *sobre* o *povo* (o olhar de cima, a noção de hierarquia implícita em *sobre* não é fortuita). O exercício visava afastar a preeminência dessa visão celestial que, tendencialmente unilateral, simplificadora e prescritiva, porque fala de cima, tem imaginado o que são as classes populares em Portugal. O título da série menciona explicitamente a sua referência maior: as entrevistas que o jornalista norte-americano Louis Studs Terkel (1912-2008) fez a *peças comuns* a respeito das recordações da Grande Depressão (*Hard Times: An Oral History of the Great Depression*), ou a respeito do seu trabalho, por banal ou insignificante que ele parecesse ao olhar dos outros (*Working: People talk about what they do all day and how they feel about what they do*), pessoas cujo acesso aos meios de comunicação social era limitado, tanto por serem minorizados como

1 Agustina Bessa-Luís, *Mundo Fechado*, Lisboa: Guimarães Editores, 2004, p.97.

2 Idem, *Ibidem*, p.35. Sobre a repugnância que inspira uma pertença burguesa, herdada, logo facilmente tomada por um fardo a carregar, pode ver-se, por exemplo, em Idem, *Ibidem*, p.47.

3 J. P. Oliveira Martins, *Portugal Contemporâneo*, Lisboa: Guimarães Editores, volume 1, p.84.

tema por uma parte dos jornalistas, como por estarem condicionadas no próprio consumo da imprensa, e cuja presença se fazia segundo normas jornalísticas que as reduziam a *tipos*, com opiniões e expressões *tipificadas*. Uma imagem a que estas pessoas, pelas razões primeiro aduzidas, não podiam retorquir. A esta influência temos de juntar a inspiração no projecto de uma *hermenêutica partilhada* formulado por Pierre Bourdieu na obra por si coordenada, *A Miséria do Mundo*. O mundo das classes populares só parece *fechado* ou opaco para quem o circunda sem o visitar ou escutar.

Tomado como *tema* de conversa, tudo no *povo* é tópico. As pessoas *simples* parecem simples. O *povo* só fala em coro. Enquanto os colaboradores da presente obra conversavam com os trabalhadores, tornou-se progressivamente claro que tinham encontrado uma ocasião para mostrar as complexidades que constituem a personalidade social dos entrevistados, as contradições, as hesitações, as ambiguidades que cruzavam os eventos, as aspirações, as memórias que eram reveladas. A aparência de homogeneidade entre os membros das classes populares, tal como a impressão de simplicidade a respeito da sua forma de ser, é apenas uma consequência da perspectiva celestial. Ao mostrar a *singularidade* do entrevistado, procurou-se ligar a sua entoação única com as circunstâncias e vicissitudes da sua vida, logo com as estruturas de oportunidades que caracterizam a sociedade em que vivem e viveram. Sempre se procurou mostrar, por recurso às virtualidades da pesquisa histórica, antropológica e sociológica, as condições objectivas de existência que tornam possível e que envolvem essa singularidade, constrengendo-a e permitindo-lhe a acção. Ao contrário dos enunciados subjectivistas, que sustentam a *liberdade* pessoal em termos absolutos, traficando o que é um enunciado jurídico (“todos os cidadãos são iguais perante a lei”) por uma concepção ontológica, o que se procura mostrar, sem cair, como se viu, na versão inversa do objectivismo, para quem a *necessidade* das coisas neutraliza, exime ou menospreza a intervenção humana, que estes trabalhadores lidam com o mundo que os rodeia consoante as margens de manobra variadas e contingentes que têm a certo momento. Os que acreditam que o testemunho, só porque é feito na primeira pessoa, é uma verdade total sobre a vida de quem o profere, cometem a imprevidência de onerarem as pessoas com a teoria infusa da sua vida. Sonho e típica crença do intelectual que transfere para os outros a sua posição (imaginada) de criador omnisciente e que menospreza as pressões do mundo, ocorre-lhe pensar o que ouve segundo o modelo de textos que são pensados, escritos e subscritos com intenções explícitas e prévias (e outras, certamente, que são inconscientes). Um ponto de vista é sempre a vista a partir de um ponto. Estas entrevistas mostram precisamente que os entrevistados ponto-vistam o mundo e a sua própria vida em função da posição que ocupam nesse mundo e nessa vida.

Nesta obra vamos encontrar uma variedade de casos de trabalhadores que procuram lidar criativamente com a vida, iludindo impasses, contornando obstáculos, explorando ensejos. Temos, em primeiro lugar, que reconhecer que sem a sua colaboração, os seus esclarecimentos, os seus estímulos seria impossível completar esta colectânea de textos, que são outros tantos trabalhos de pesquisa. Agradecemos aos colegas que colaboraram com o *Le Monde Diplomatique (edição portuguesa)*, escrevendo as sucessivas entregas da série. O presente livro só foi possível, e é preciso afirmá-lo, porque houve lugar para importantes contributos, entre eles, o de André Luz, que paginou e ilustrou toda a obra. ●

# É fogo que arde sem se ver: os «velhos» operários e a «nova» fábrica

BRUNO MONTEIRO Sociólogo, Instituto de Sociologia - Universidade do Porto.

O encarregado do sector de produção da *Empresa K*, *Miguel C*, tem 25 anos. «Novo» pelos tradicionais padrões de carreira nas oficinas de mobiliário, que correspondem a um lento percurso de aquisição e certificação de uma «arte», ele pode ver como essa via virtuosa é actualmente comprometida não só pelas inovações tecnológicas e gestonárias em curso como, sobretudo, em resultado da depreciação simbólica e da deterioração material das condições de existência operárias. Nas conversas que mantivemos durante e depois dos meses em que trabalhei na secção que ele dirigia, conversamos várias vezes sobre os *problemas das tensões* do *Senhor L* ou o *chorar de nervos* do *Senhor A*, dois operários com 54 e 52 anos que eram geralmente considerados «velhos». Desde que chegaram a uma empresa considerada *moderna* por comparação com o universo empresarial local, em geral fragmentado em pequenas oficinas e «chafaricas» agarradas a métodos de produção que são praticamente artesanais e onde continuam a vigorar estratégias patronais de matriz paternalista, eles aparentaram «estar pouco à vontade». Ligados a estilos de trabalho e a estilos de dominação com características tradicionais, o *Senhor L* e o *Senhor A* iriam ressentir fortemente esta transição, pois a *Empresa K* implicou para eles a ruptura com os modos habituais de ver, pensar e fazer a «obra». Na condição de encarregado, *Miguel C* era responsável, por incumbência estatutária, por controlar e apreciar o trabalho de ambos. Ele vai procurar encontrar uma maneira de evitar que o funcionamento dos «novos» mecanismos empresariais se traduzam na remissão do que para si são *corpos estranhos*. É que há *corpos* que parecem não conseguir acomodar-se às urgências e às exigências em vigor nestas empresas, que parecem ser literalmente *extemporâneos*. São as evocações viscerais de dois «velhos» operários, que têm o potencial de mostrar as incisões invisíveis da introdução de um «novo sistema», que encontraremos registadas pelo discurso de um *encarregado* que tem, todavia, um ponto de vista comprometido com o mesmo contexto de acção.

**«Era o mundo a fugir-lhe pelas mãos e ele a ficar cada vez mais desgastado»**

**O que é que está precisamente a acontecer [aqui]?**

*Ó pá, cada vez mais empresas estão a fechar, a reduzir pessoal, a reduzir ordenados, ah... devido a uma quebra da produção que houve, fala-se numa quebra de mais de metade... Pela experiência que tenho, pelo dia-a-dia e porque também vou falando com outras pessoas, ah... cada vez isso começa a ser com mais força. E aquilo que nos está a acontecer [na Empresa K] é a redução do horário e cada vez estamos sujeitos a um stress, a uma pressão maior, não é? Porque a procura [i.e. os pedidos de emprego] aumenta quando há mais desemprego, então isto leva a que as pessoas novas que entram tenham ordenados mais baixos e começa-se a notar uma pressão por parte da entidade.*

**Que tipo de pressão?**

*Não estou a falar por experiência própria, mas é aquilo que oiço, por exemplo... Para o meu pai, para pessoas de mais alguma idade, já começam a ter aquela pressão de dizer: «se não estás bem, põe-te!», «se*



queres ir embora, vai!», «a porta de saída é aquela!», e... e sempre esse tipo de... e eu acho que cada vez vai ser pior.

#### **Tu conheces outros casos?**

*Sim. O desemprego para as pessoas que têm, em média, 50 anos está... está a mesmo a aparecer, porquê? Porque essas pessoas não têm disponibilidade ou vida para terem formações, para terem um curso, normalmente, rejeitam quando os patrões... assim o querem, não é?, e então é mais um motivo que as pessoas dão que eles podem usar... Por exemplo, isso é muito fácil, começam [os patrões], começam «ah, você não está disposto a fazer um esforço pela empresa, nós estamos aqui a tentar ajudá-lo... com a sua formação e para o seu futuro», mas a gente sabe que não é nada... Se é vantajoso para uma empresa que esteja, por exemplo, certificada, dizer que os empregados estão formados nisto ou naquilo, para estatísticas e não sei quê, isso começa a acontecer, não é? Mas uma pessoa com cinquenta anos, que trabalhe, por exemplo, oito horas por dia, ou seja dez ou seja aquilo que for, que chegue a casa é claro que não tem aquela disponibilidade de ir para uma formação... Eu vou e custa-me, não é?, uma pessoa chega a casa às oito horas, nem janta, é tomar banho, um gajo vai directo, sai de lá às onze, é um bocado complicado! E fazer isso uma semana aguenta-se, uma ou duas semanas, agora quando é meses, meses seguidos, faz-se uma formação de 90 horas e dá quase três meses. Aquilo é uma rotina, é uma rotina que tu... É possível as pessoas conseguirem, mas vão ter que tirar tempo noutros sítios, vão ter que... Outras pessoas pagam por causa desse desgaste, desse stress. Aliás nós tínhamos um caso lá na empresa que... um homem tinha cinquenta anos e o stress dele era tal... que andava sempre stressado e então... era o mundo a fugir-lhe pelas mãos e ele a ficar cada vez mais... a ficar mais desgastado e... aconteceu essa situação que o meu gerente mandou-o embora, não é?, mesmo por causa disso.*

#### **És capaz de me explicar melhor essa história?**

*O senhor chamava-se Senhor L, ele veio embora de uma empresa lá vizinha, estava lá há trinta anos e... por esse motivo, por causa da idade, de ele trabalhar lá há muitos anos, começaram a... ele depois começou a ter lá alguns problemas, ele começou a faltar, mas... Foram as pessoas que começaram a pressioná-lo, por exemplo, pô-lo a fazer outras funções e... funções que, normalmente, são os aprendizes que fazem e, isso é duro, não é?, para uma pessoa quando tem 30 anos de uma casa e que está num patamar que tenha o seu ordenado, que tenha as suas coisas, que tenha tudo e comece cada vez mais a diminuir, a cortar... E esse homem tomou a atitude de sair, e veio para a nossa beira. Estava lá bem, mas depois com os problemas que ele começou a ter...*

#### **Que problemas?**

*Do género, ele começou... a estar sempre preocupado porque nós não trabalhamos pela folha, trabalhamos à peça. Ele estava sempre a fazer as contas e, e... a ver quanto este ganha, quanto aquele ganha, quando ele ia receber, estava sempre preocupado com as horas, com o transporte, com o almoço, estava sempre a tentar negociar comigo... (...) As pessoas tentavam ajudá-lo, diziam-lhe as coisas, «faça assim...», tentavam explicar, e ele: «não, eu faço assim porque acho melhor!», e não era nada melhor, então começou a ter problemas. Começou bem mas depois começou a complicar para ele. Por causa desse tipo de situações.*

#### **Mas o que é que começou a acontecer para ele achar que estavam contra ele?**

*Não consigo perceber! Ele... penso que aquilo que ele começou a pensar que estava a funcionar mal foi por uma situação... Normalmente, as pessoas tinham direito a dois, três dias de férias à escolha e esses*

*dias nunca foram descontados e na altura foram, então... mas ele estava lá há pouco tempo e não sabia... então a partir daí começou «já estão a começar, já estão a fazer isto, já estão a fazer aquilo», e... A partir daí começou a ter pequenas discussões com os outros, mas nós dissemos-lhe «isto funciona assim, quando você veio para aqui isto já era assim, nós não temos culpa disso», não é?, eu tenho... aliás, nem... nem eu tenho nada a ver com as coisas [da contabilidade], tenho a ver com a produção, só. E assim com pequenos conflitos, e acho que só foi mau para ele... (...) Pronto, começou a complicar-se a ele próprio...*

*Começou-se a falar que ele tomava medicamentos e tudo. Começou-se a falar não! Depois descobrimos que ele tomava medicamentos para... porque teve um esgotamento e depois... Ele estava constantemente alterado porque... ele, às vezes, parava com a medicação um dia ou dois e... e eu dava com ele completamente parado, a falar sozinho, mesmo a... mesmo com problemas. Acho que para bem dele, e para nosso bem que estávamos ali a tentar ajudá-lo e ainda estávamos a ser acusados... tivemos que pôr um ponto final nisso.*

#### **«O homem começou a bloquear, chorava...»**

#### **Tu contaste-me que outro senhor da fábrica também começou a ter problemas. Acho que ele agora está na produção. O Senhor A?**

*Sim, o Senhor A... O Senhor A trabalha à maneira dele, trabalha mal, mas... mas é assim, é um homem que desde que veio para a minha secção tem melhorado... eu costumo dizer isso a ele e ele concorda... parece-me que não é preciso de fazer pressão... É um homem que está ali, está a fazer um trabalho de ajudante, desenrasca. Se eu detecto algum problema, ele fica logo preocupado, se foi ele, se não foi, e... porque ele é outra pessoa do género, passa a vida preocupado com tudo, se acontecer alguma coisa de mal tem medo que ele [seja] o primeiro a ser... a ser prejudicado. (...) Por exemplo, diariamente, meia hora, é sempre, é sempre o mesmo assunto, chega à minha beira, tem o vício de me chamar chefe, e ele chama-me e eu vejo se há problema, fico um bocado com ele, «pronto, você está preocupado sem razão, vá trabalhar descansado», e ele é... é sempre o mesmo paleio «se fosse toda a gente como o chefe havia paz no mundo!». Antes só chorava, isso é uma coisa que não pode acontecer, não é?, um homem não pode fraquejar, nem chorar em frente a um superior que seja mais fodido... que tenha uma forma de trabalhar diferente da minha, não é? Porque é assim, se calhar, ele dantes chorava de nervos, mas para a outra pessoa [refere-se ao outro encarregado], que eu conheço bem, aquilo era uma brincadeira, percebes? Pôr o homem a chorar era uma brincadeira, coisas que... é impensável da minha parte fazer isso.*

#### **O que te ia perguntar é como é que ele vai parar à tua secção?**

*Ele foi para lá [para a secção de produção] porque chegou a um ponto em que eles iam... em que o meu superior começou a pensar e colocou-lhe tempos e tudo para fazer ele desistir... Uma solução era ele ir-se embora, mas como foi preciso um ajudante de maquinista na minha secção, eu então, por conhecer o homem e por ter algum respeito por ele, pedi para que ele viesse para a minha beira. Porque ele ia lá, de vez em quando, ajudar. Ele como já tinha um conhecimento mínimo daquele trabalho e é um trabalho fácil, que é de moço, ah... lá foi desenrascando. Ele vinha embora, se não fosse eu a falar para ele ficar... Porque ele era mais lento do que os outros e... estava a não dar produção... (...) E então, e assim, qual era a solução, era ele [o encarregado] começar a descobrir as partes piores [na secção], então como o homem se mantinha sem mudar, há que usar outra táctica que é a pressão, «vou-te pressionar, vou-te apertar, vou berrar contigo, vou-te chamar nomes!», que isso aconteceu várias vezes, coisa que eu nunca fiz, nem à minha frente admito que se faça... E foi por aí, depois foram acusá-lo ao gerente, o gerente, claro, ficou do lado*



do encarregado. E as coisas começaram-se a complicar, ao homem foram-lhe postos tempos, o homem começou a bloquear, chorava e... até mesmo... chegou-se a dizer que ia embora, e ele próprio chegou a dizer que ia embora. E é como eu digo, como eu tenho algum respeito já por ele, disse: «vamos experimentar pô-lo à minha beira, vamos ver como ele se porta, senão der, não dá...» Ele agora anda ali muito mais bem-disposto. É um homem, por exemplo, que deixou de ter problemas das tensões.

#### A sério?

Contou-me isso, que nestes últimos sete meses, tem tido um controlo normal. Antes tinha problemas de tensões. Tomava medicação e tudo, por causa disso. Ele vai, semanalmente, ao posto médico fazer, fazer o controlo. E isto foi dito por ele e pelo filho dele que trabalha lá, conosco.

#### Ele contou-te como é que a situação mudou?

Ele, um dia chegou lá, foi quando foi a altura dos aumentos, foi agora em Maio ou Abril, chegou lá e disse-me: «olhe, é assim, eu tive um aumento bom, não sei se o chefe teve alguma coisa a ver com isto, mas eu também fico contente por duas coisas, primeiro porque fui aumentado, e depois porque ainda hoje foi ao médico e o médico deu-me os parabéns, porque eu tenho as tensões boas, e isto tem a ver consigo!», prontos. Ele deu a opinião dele sobre aquela situação, que achava que eu tinha alguma coisa a ver com isso. Não sei se é verdade, pode ser, ajuda sempre, mas...

#### Então o homem nunca mais voltou a ter problemas?

É... E até uma vez, uma senhora veio ter comigo, que era a mulher dele e eu nem sequer fazia ideia, e ela veio-me agradecer... Veio-me dizer que o marido não tem nada a ver, que... que está sempre a falar bem de mim e que... e que está mais alegre, e o *caralho*, e *queria-me agradecer porque antes em casa ninguém o aturava, ele estava sempre a chorar em casa, sempre...*

#### O que é que ela te disse?

Que agora já está uma pessoa diferente. Que ele... está muito mais aberto para ela, mais amigável, está muito mais calmo, muito mais... muito bem-disposto. Ele é como outra pessoa, quando não tem problemas tudo lhe corre bem, não é?, quando lhe corre mal é porque tem algum problema. E foi isso, foi isso. Que inclusive, agora, fui convidado para o casamento do filho, nem estava à espera... [risos] ele, por acaso, trabalha comigo e tudo, mas o filho dele está numa secção que não é a minha, mas convidou-me a mim, ao José F [outro encarregado] e ao encarregado dele não, que era o encarregado do pai, percebez?»

Os processos de precarização social, tal como os que afectam os segmentos do operariado mais sujeitos à usura do capital corporal e incorporado («é uma questão de força, energia, porque as pessoas mais velhas já começam a ter problemas») e colocados perante a desvalorização ou desadequação dos seus esquemas de acção, percepção e apreciação do mundo («não evoluiu, ficou sempre naquilo, bloqueou»), tendem a inibir, complicar ou impedir o acesso à integridade social («ser alguém», «respeitar um homem»). A aceleração dos ritmos de trabalho («sistema à base do suor das pessoas»), a intensificação do controlo hierárquico («pressioná-lo», «stress»), a obsolescência das competências oficiais («eu até pergunto para que é que eu aprendi a fazer tantas coisas?») e a contracção das garantias laborais («mudá-lo para tarefas de moço», «diminuir o ordenado») caracterizam um *regime de fábrica* que, supostamente expressão de «novas» políticas de gestão orientadas para valores positivos («polivalência», «inovação»), significa para certos operários ter «o mundo a fugir-lhe pelas mãos». Quando

o *Senhor L* «tem que tomar medicamentos» ou o *Senhor A* começa a ter «problemas de tensões» para suportar o trabalho, mostra-se assim o agravamento dos sentimentos de negação que emergem da perda de controlo sobre o espaço, a substância e o tempo de trabalho («tu agora és só um número», «tu és uma chicla, quando já não serves, deitam-te fora»). Nestes casos, as «tensões» ou o «esgotamento» são índices que acompanham, subcutaneamente, um processo histórico de transição entre regimes de produção. Da mesma maneira, o «peso no peito», o «aperto da alma», as «pontadas no coração» podem ser vistas como mediações fisiológicas e psicológicas de uma «cultura de desigualdade», patologias crónicas que estão associadas a condições de trabalho caracterizadas por «privações relativas envolvendo o controlo sobre a vida, insegurança, isolamento social, ambientes socialmente nefastos, intimidação e depressão<sup>4</sup>. Só a recuperação das condições que tornam viável o «respeito» em relação a si próprio e plausível a exigência de «respeito» aos outros, é que permitiram ao *Senhor A* reabilitar a «boa disposição», a «calma», a «abertura», e reencontrar uma relação «amigável» com a existência («andar de bem com a vida»). O *Senhor L*, esse, teve de largar o emprego, incapaz de esperar a reconversão pessoal que o compatibilizasse com as inusitadas solicitações da *Empresa K*. ●

<sup>4</sup> Michael Marmot e Richard Wilkinson, «Psychosocial and Material Pathways in the Relation Between Income and Health», *British Medical Journal*, n.º 322, 2001, p.1234.

# Ao som da sirene: a vida no Bairro de Santa Maria

**INÊS BRASÃO** Socióloga, Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar de Peniche do Instituto Politécnico de Leiria (ESTM-IPL).

O Bairro de Santa Maria, também conhecido por «Bairro da Caixa», foi construído há 45 anos, na cidade de Peniche. Trata-se de um conjunto habitacional encostado às arribas desgastadas pelo oceano, e a sua vida é regulada pelo som da sirene como, em algumas aldeias, o é pelo sino da Igreja. A edificação do Bairro inseriu-se num plano mais vasto de construção de casas de rendimento económico, as CRE, e antecedeu o arranque da operação SAAL, posta em marcha no período revolucionário. A imaginação do Bairro de Santa Maria esteve a cargo do arquitecto Vítor Figueiredo, cuja grande síntese do seu percurso profissional remete para a obra «Cinco Dedos», em Chelas. Vítor Figueiredo expõe no seu trabalho «a predilecção por volumetrias límpidas e de grande presença paisagística. O corpo urbano funciona como um meio de dignificar um programa destinado a populações em processo de realojamento, evitando assim conotações de cunho pejorativo»<sup>5</sup>.

O parque industrial da cidade situa-se numa das extremidades do Bairro de Santa Maria. Se percorrermos a estrada com vista para o Atlântico, percorremos também as cores, os símbolos e a estética das indústrias dependentes dos recursos marítimos. Embora hoje menos pujante, competem nesse cenário algumas fábricas em actividade e as carcaças de outras, entretanto falidas, extintas e expropriadas das suas máquinas e operários. A contiguidade entre a urbanização e o parque industrial foi propositada, uma vez que grande parte dos moradores trabalhava nas unidades fabris, em especial as mulheres. «Era assim: quando o barco chegava a terra com o peixe, quando o homem vinha do mar, vendia o peixe e a fábrica apitava e as mulheres iam logo a correr para a fábrica. Andávamos sempre desencontrados. Elas estavam à espera que o peixe viesse do mar para ir trabalhar. Ao contrário dos homens que quando chegavam à terra iam descansar. Tínhamos duas ou três horas para descansar. À tardinha a mulher vinha e a gente já não estava em casa. Só ao sábado e ao domingo é que a gente se juntava»<sup>6</sup>.

Como recordaria E.P. Thompson, as disciplinas do tempo impuseram-se aqui a partir do som da sirene. Não apenas os trabalhadores marítimos, como todos os outros, habituaram-se a ouvir diariamente o toque de entrada nas fábricas, como uma marca da alvorada. Nos momentos mais críticos, é a sirene do farol que alerta para o perigo dos que navegam junto à costa, como um lamento ou um prenúncio de tragédia. Como referiu Alexandre<sup>7</sup>, «no mar uma pessoa pode escorregar e cair ao mar, e morrer. Há ventos, nevoeiros e tempestades que são terríveis. Nada é pior que o nevoeiro. É pior que a tempestade. Tanto que a nossa reforma é aos 55 anos. Por causa do risco. Porque a gente, com 55, 58 anos, já não tem equilíbrio. Há um desgaste. No barco, debaixo de mau tempo, temos de andar assim [balançando o corpo]. *Um pescador aos 50 anos é um homem velho. Já está desgastado pelo próprio trabalho. Uma pessoa de 50 anos já não tem equilíbrio. Assim que os aparelhos detectam, a pessoa tem que estar preparada. Tem que estar com os oleados, que são uns fatos impermeáveis. Aquilo é terrível: aquela humidade dos fatos, por causa do reumático. É reumático, é pulmões. A vida do mar é muito dura*».

<sup>5</sup> Ana Milheiro (dir.), *Catálogo Habitar em Colectivo, Arquitectura Portuguesa antes do SAAL*, CIAAM, ISCTE-IUL, Lisboa, 2009.

<sup>6</sup> Alexandre (nome fictício). Morador do Bairro da Caixa, 66 anos, entrevista realizada no dia 2 de Setembro de 2013.

<sup>7</sup> *idem*.



São cinco da tarde e entro no café Polivalente, que ladeia o Bairro, ao lado do Lar de Santa Maria e do supermercado LIDL. Encontro Mário<sup>8</sup> a beber um café, para despertar. Mário tem 38 anos de idade.

#### **Nasceu aqui?**

*Não, nasci em Lisboa, na zona do Lumiar. Regressei a Peniche com quase trinta anos. A minha mãe e avós são de cá.*

#### **Como é o seu dia-a-dia?**

*Levantei-me agora. Como estou no horário nocturno, entro às 11h da noite e saio às sete e meia da manhã. O ordenado é o ordenado mínimo. O trabalho é de escravidão. É congelamento de peixe. É dar banhos a peixe, portanto, é vidrar o peixe. É ter que andar a bater caixas, a abrir caixas. Cada caixa são 20 quilos. Eu passo a noite naquilo. Há umas passadeiras. A gente chama-lhe passadeiras mas não é mais que uma banheira, por assim dizer, com um tapete, com umas pás que (levam) o peixe para a outra extremidade da máquina. Ou seja, há um tapete que está enfiado dentro de água, onde a gente despeja o peixe.*

#### **O peixe fica mais limpo?**

*Não é limpo. É só mesmo uma vidragem para o peixe aguentar mais na congelação. É peixe para exportar e para conservar durante muito tempo. Tem de levar esse banho para garantir o aspecto e a qualidade. Nós ontem estivemos a congelar sardinha que vai ser vendida só para o ano. E eu já provei sardinha de lá, do ano passado, e posso dizer que é como se saísse agora do mar. Garante a conservação, e o aspecto.*

#### **É um trabalho duro?**

*Duríssimo.*

#### **E só faz o turno da noite?**

É só nocturno. Actualmente, é só nocturno. Comecei nesta empresa vai fazer 4 meses porque estive quase 2 anos no fundo de desemprego. Cheguei de Inglaterra há 3 anos. Consegui trabalhar como pintor durante um ano, mas a empresa faliu devido a encargos fiscais. Faliu e eu fui para o fundo de desemprego. Meteram-me a fazer um programa de trabalho comunitário, não sei se a senhora sabe. Pode ser varrer ruas, pode ser trabalhar nas obras da Câmara. Eu fui trabalhar para o Parque de Campismo num horário nocturno, da uma da manhã às oito da manhã, como segurança e vigilante e porteiro. Não tínhamos habilitações nenhuma nem qualificações, quer dizer, não tínhamos seguro porque é trabalho nocturno e os seguros não abrangem o pessoal que não é contratado pela Câmara. Foi também uma situação caricata. É assim, eu compreendo que uma pessoa que está no fundo de desemprego tenha que ajudar a sociedade, agora, uma coisa é ajudar, outra coisa é sermos explorados porque uma pessoa que despendeu...se eu estou no fundo de desemprego tenho que fazer procura activa de emprego. A gente tem que se deslocar aos sítios e eu devia ter dois dias por semana para fazer essa procura. Nunca os tive. Nunca os tive. Foi quase um ano. Foi o tempo que eu lá estive. Para procurar um emprego, aquilo que me desse o ganha-pão. Tive que abdicar da minha vida pessoal, para estar da uma da manhã às oito da manhã, todos os dias. Uma pessoa chega às oito da manhã e das duas, uma: ou faz como os camarários que vão para lá dormir dentro do carro, ou se preocupa e tem receio e também se preza um bocado para mostrar trabalho e fica acordado a noite toda, que era o meu caso. E depois, claro, durante o dia tem de dormir, é inevitável.

<sup>8</sup> Nome fictício. Morador do Bairro da Caixa, entrevista realizada no dia 10 de Setembro de 2013.

#### **Teve implicações na sua vida?**

*Familiarmente, mais porque, quer dizer, uma pessoa quando está no subsídio de desemprego, tem direito a 30 dias de férias, os tais 22 dias úteis. Eu vou para um parque de campismo trabalhar, um parque de campismo camarário e digo, quando lá chego, «epá, sou pai separado, o meu filho tem 15 dias no Verão para vir ter comigo porque eu não estou muito tempo com o meu filho. Ele mora em Lisboa e as coisas não estão para a gente andar cá e lá. Portanto, nos meus 15 dias, vou querer ter férias. Qual é a altura que vos dá mais jeito?» – «Não, vocês não podem tirar férias.» Não tive direito às minhas férias, não foram pagas, trabalhei sem subsídio nocturno para ganhar quatro euros e meio por noite. Da uma às oito da manhã ganhava quatro euros e meio que era o subsídio de alimentação e a tal percentagem sobre o fundo de desemprego. Foi uma exploração.*

#### **O salário dá para tudo?**

*Nada. É mesmo nada. Porque é assim. Num bom mês, trago 520 euros. Num bom mês: com subsídio nocturno, meia dúzia de horas extras e o ordenado. Quer dizer: pago 350 de renda e mais a prestação do carro que tivemos de comprar porque fazia mesmo falta. A minha esposa tem muitos problemas de saúde e todas as quintas vamos às Caldas fazer um exame e uma consulta. E também vai muitas vezes a Lisboa, ao Hospital de Santa Maria. Mas pronto, paga-se a prestação da casa e do carro, vai-se a um supermercado e felizmente há um cunhado que é marítimo e nos arranja peixe. Muito difícil, muito difícil.*

#### **E aqui no bairro?**

*Também. Pedir não é vergonha nenhuma mas as pessoas acabam sempre por pensar que é vergonhoso ter de pedir. Compreende-se porque foram pessoas trabalhadoras, e agora estão aí muitos desempregados e com crianças com 5 anos, quer dizer, o que é que a gente faz? Ajudamos, nós, de fora. E aí está. Vai-se fazendo.*

#### **E os filhos das pessoas que aqui fizeram a sua vida, conseguiram uma vida melhor?**

*Há muitos emigrantes. Nos anos 80 e 90, os nossos políticos fizeram o favor de acabar com a nossa frota e eu lembro-me de ser pequeno e ouvir as pessoas dizer. «Arranjei trabalho nas obras. Vou para aqui, vou para ali, abatemos o barco, cada um fica com os seus e vamos para as obras». Resumindo: como o mar não estava a dar e estavam a abater as frotas, as pessoas arranjaram outras vidas. Na maior parte, obras. O que é que acontece agora?! Não há barcos para trabalhar, não há obras. O que é que há para fazer numa terra como esta? Entregámos a fábrica aos chineses, a Mardouro<sup>9</sup>, que tem sempre 800 trabalhadores. Desses oitocentos, não entendo como é que mais de 600, provavelmente, estão a trabalhar nas agências temporárias!... Portanto, uma pessoa está hoje a trabalhar e amanhã não. Eu próprio, no meu caso, estou a contratos mensais. Já assinei quatro contratos. E depois as falcatruas que a gente vê...mas isso só não vê quem não quer ou quem não se interessar.*

#### **E na sua fábrica?**

*Pergunto como é que minha empresa (ainda não disse o nome, nem vou dizer) como é que eu, na minha empresa, entro à uma da manhã e sei que às sete da manhã vai lá estar uma fiscalização e eu tenho de preparar tudo o que não pode lá estar, ou o que pode estar. Quer dizer, que é que se passa aqui? Como é que eu assino 4 contratos, se eu, ao fim do terceiro, havia de ser efectivo? Não sei bem. Estou a falar um pouco de cor mas lembro-me que era um bocado assim. Os contratos, x tempo. E depois outra coisa: eu faço o*

<sup>9</sup> Nome fictício.



trabalho nocturno. Como é que eu, nestes 4 meses, já tive dois horários? No dia em que comecei, foi desde as 6 da tarde às duas e meia da manhã e numa sexta-feira a minha patroa chegou ao pé de mim e disse: «Vocês, a partir de segunda-feira, entram às 11h da noite e saem às sete e meia da manhã. Não é «podem». Percebe? Não é «podem». Não. É assim. «Ah, mas eu não posso.» – «Ai Não? Está aí a lista». Como é que uma pessoa, com sessenta e poucos anos, trabalha 25 anos nesta fábrica, num horário nocturno, de limpezas, das seis da tarde às três da manhã – uma pessoa com sessenta anos – e quase vinte cinco anos de casa. Tem netos, tem família acamada, organizou a vida durante estes 25 anos e habituou-se a tratar de tudo assim e de um dia para o outro: Você, a partir de agora, entre às oito da manhã e sai às seis da tarde. E acabou. «Não quer? Não faz mal. Nós até trazemos uma mais nova para o seu lugar.»

#### Há medo?

Eu costumo dizer que estamos a entrar numa situação explosiva. Falo por mim. Sou uma pessoa muito revoltada. Há muita gente que me chama «O Che Guevara».

#### A sua mãe trabalhava fora de casa?

A minha mãe reformou-se aos 40 anos, por invalidez, lordoses, nas costas. E reformou-se mas teve que fazer alguma coisa em casa. Teve que fazer uns salgados porque o que ela fez na vida foi trabalhar nas cozinhas. Por exemplo, foi a primeira grande chefe de cozinha do aeroporto. Era ela que estava no refeitório para os funcionários. Estamos a falar de uma pessoa que organizava refeições para 600, 700 pessoas. E depois foi radiologista. Foi para radiologista e surgiu-lhe a oportunidade de ir viver para a Madeira, como radiologista mas, na altura, isto na TAP, em 1973, 1974, era preciso a autorização dos maridos para as esposas se ausentarem e, pronto, o meu pai não deu. Conheço melhor o Hospital de Santa Maria que muitos estagiários. Conheço aquilo de uma ponta à outra. Ainda me lembro de passar na morgue do Hospital de Santa Maria com os cadáveres no corredor. Eu era uma criança, 5, 6, 7 e nunca mais parei de ir a Santa Maria.

#### Tem algum envolvimento político? Aqui discute-se política?

Não, qual política. Quer dizer, isto é uma ilha. Devem ser, não sei, 10 000 e tal pessoas a viver aqui. Já pode ver. Mas as que estão cá deviam unir-se para combater certas coisas que a gente vê aí. Esta de, em tempo de eleições, se começar a fazer as obras no bairro social, acho piada! Outra coisa é o hospital. Se a terra tem 1000 pessoas empregadas a trabalhar numa fábrica, com dedos fora constantemente, ou braços, ou pernas, como é que andam a pensar fechar uma coisa destas? No espaço de um mês, o helicóptero do INEM [Instituto Nacional de Emergência Médica] deve ter vindo umas doze vezes. Quer dizer, estamos a falar de milhares de euros de desperdício quando temos aqui máquinas do Serviço Nacional de Saúde paradas. Só não ver quem não quer.

#### Como é a noite no bairro?

A noite no bairro morre a partir das 9h.

#### As pessoas ficam a ver televisão?

Vêm tomar um café. Há as patuscadas aqui. Já houve mais festas: os carnavais... Chegaram a ir duas camionetas só de mulheres ver um jogo do Benfica, em excursão, mas foi-se perdendo porque, quer dizer, 90% ou 80%, ou seja mesmo 50% que esteja no fundo de desemprego com 300 a 400 euros, quer dizer, acabaram-se as festas. Parou. Morreu tudo. Há os jovens, que ainda compensam muito na vida. O que é

que há? Há os putos que fumam ali as brocas. E o ringue até é perigoso porque aquilo está muito degradado. Cheio de buracos na rede e o pavimento de cimento. É com cada cratera... Eu sempre me lembro de andar ali de patins. Minha senhora, hoje em dia nem de skate. Aquilo é um buraco autêntico. Porque as crianças aprendem o gosto se fizerem exercício. Este polidesportivo [aponta para a estrutura onde o café se encontra] que era um ex-líbris da cidade, está quase ao abandono: o basquete, o badminton. Ainda o que há mais aqui é a Casa do Benfica. É a que promove mais actividades. O campo de futebol foi construído a 3 km da cidade. Como é que os velhos vão até lá? Aquilo está ao abandono.

Peniche é, ainda hoje, uma cidade dependente da actividade piscatória. O cruzamento dos testemunhos orais permite recompor uma interligação ainda remanescente que funciona como um todo: o conjunto das famílias ligadas à pesca reparte-se entre mar e terra, o que significa que multiplicam a sua dependência pela mesma fonte de rendimento. Até 1974, a precariedade do pescador e do operário conserveiro impunha-se pela sazonalidade do trabalho que a tecnologia não era capaz de ultrapassar: os trabalhadores viviam sem subsídio de desemprego, prisioneiros dos três meses de defeso, obrigados a ir para os armazéns trabalhar, atando redes ou ocupados com outros remendos. E sem ganhar. Hoje, as formas de dominação pelo trabalho aparecem-nos menos dependentes da sazonalidade, e os produtos da fábrica conserveira mereceram mesmo um *upgrade* no gosto burguês e instalaram-se nas vitrinas das lojas *gourmet*. As latas de conserva têm sido usadas como tela para desenhadores e a qualidade do produto elogiada com prémios a nível internacional. Passou a ser de bom gosto oferecer cavala picante, sardinha ou anchovas. Os empresários das fábricas de conserva estão, portanto, a atravessar um período de aumento de vendas no mercado interno e de exportação. Ao mesmo tempo, o testemunho de Mário permite-nos compreender a existência de um enorme fosso entre a tecnologia das formas de produção, e estetização dos produtos e, por outro lado, o trabalho humano de base, intimamente dependente do esforço físico, do ruído das máquinas e da repetição das tarefas. Os períodos de confiança na garantia do trabalho são, para Mário, extremamente curtos, obrigando a uma renovação mensal. Embora tenha algumas armas de conhecimento sobre a regulação do Código do Trabalho, a denúncia das fraudes não é uma possibilidade à vista. A sua voz levanta-se quando assiste à degradação sucessiva do Bairro da Caixa, apenas menos visível porque os próprios moradores se ajudam mutuamente, para reparar isto ou aquilo. «Mas falta muito apoio, visto isto ser um bairro social. Falta muito apoio. Não há uma cadeira ou uma mesa num bairro que é parcialmente de reformados. Não há nada para eles. Olhe, estão aqui na esplanada, passam aqui o dia, coitados. Pá, bebem uma pinguinha, tudo muito bem, mas não há um jogo de cartas...E vão ficando.»

Ao contrário do que foi a pretensão de que o Bairro de Santa Maria funcionasse como um programa para populações em processo de realojamento, evitando conotações pejorativas, é hoje tomado por um Bairro pobre e socialmente desclassificado, de onde se quer, afinal, fugir. ●

# O retrato da jovem enquanto trabalhadora: da precariedade à precariedade

JOSÉ NUNO MATOS Sociólogo

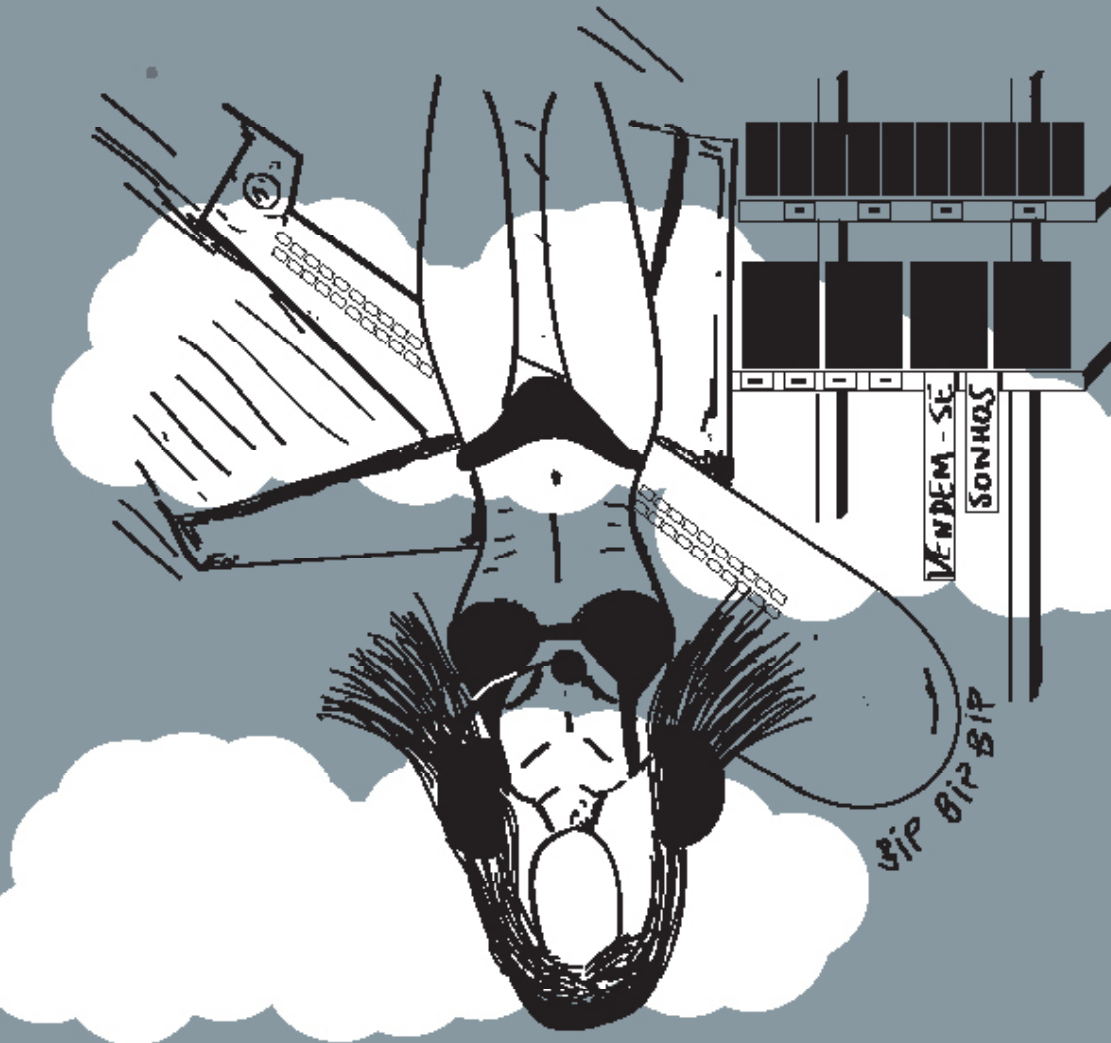
Beatriz [nome fictício] tem 26 anos e trabalha numa associação social. Nasceu e morou sempre em Lisboa. Milita num partido político. Ao longo da sua vida teve diversos empregos: alguns ilegais, outros legais, mas todos eles precários e, em geral, mal pagos. As respostas que se seguem são uma descrição desse percurso, marcado pela intermitência de trabalhos, por períodos ocasionais de desemprego, pela frequente mudança de casas e por dificuldades económicas permanentes. Um retrato que, com claras marcas distintivas, assinala uma condição social onde cada vez mais pessoas se vêem incluídas.

## Quando é que te lembras pela primeira vez de trabalhar?

*Tinha cerca de doze anos quando tive pela primeira vez noção de estar a desempenhar uma função que deveria ser remunerada. Comecei a ajudar a minha mãe – empregada doméstica de profissão – nas limpezas em casas de particulares, pequenos escritórios e num talho com sensivelmente seis ou sete anos. Inicialmente desempenhava pequenas tarefas, como limpar o pó, lavar vidros ou estender roupa e à medida que ia crescendo as responsabilidades iam aumentando. O objectivo era permitir que ela desempenhasse mais rapidamente as suas tarefas, de modo a poder trabalhar em mais locais e ter um salário maior. Embora tal me tirasse tempo de estudo e de socialização, sempre o vi como uma obrigação familiar que desempenhava a contragosto e não como um trabalho. Apenas aos doze anos tive noção de que os meus colegas não saíam de casa após o jantar para limpar um talho, que aquilo que estava a fazer não era legal e que existia uma remuneração associada ao que estava a fazer. Compreendi que tinha um trabalho que tinha de cumprir diariamente mas não aquilo que entendia como um emprego. Continuei a ajudar a minha mãe depois das aulas e a trabalhar em padarias e mercados, dando todo o vencimento aos meus pais, até aos dezassete anos, altura em que passei a ficar com parte ou a totalidade do meu salário.*

## Como descreves a relação com os patrões da tua mãe?

*Não posso responder com segurança a essa questão, era criança e não prestava muita atenção a isso. A maior parte dos patrões davam-lhe as chaves de casa que ela limpava durante o dia, quando estavam no trabalho. Essas eram aquelas a que ia durante o almoço ou nas manhãs ou tardes livres da escola. Os pequenos escritórios eram limpos ao fim-de-semana, pelo que nunca me cruzava com quem lá trabalhava. Havia uma casa, onde a minha mãe fazia mais horas, trabalhou durante mais anos e em que ajudou a educar o filho mais novo dos patrões, onde se sabia que eu ia para lá. Não tenho a certeza se arrumava e limpava a casa quando os patrões estavam presentes. Tenho é memória de eles me chamarem para junto deles e tentarem ensinar-me a ter boas maneiras, explicando-me como se comia à mesa, como se recusava uma oferta ou se dizia «não aprecio» ao invés de «não gosto», sempre numa forma que me incomodava, me fazia sentir inferior àquelas pessoas. Era muito tímida e sossegada, creio que gostavam de mim ou talvez sentissem pena.*



Sei que no talho o patrão sabia que eu ajudava nas limpezas e não terá feito nenhum comentário pois ajudei sempre ao longo dos anos em que a minha mãe lá trabalhou. Quando por algum motivo o talho fechava mais tarde ou nós chegávamos mais cedo, o patrão deixava-me jogar um jogo arcaico, semelhante ao ténis mas num cenário espacial, que vinha com o Windows na altura – ficava sempre contente quando isso acontecia. Eu começava a lavar a cave (onde estava a arca frigorífica, a casa de banho e o pequeníssimo escritório com o tal computador) e quando a minha mãe terminava de lavar o andar onde entravam os clientes (e que era rodeado por montras de vidro), descia e ajudava-me a acabar a minha parte. Tenho memória de lavar os vidros das montras e não me recordo de alguma vez alguém ter feito comentários.

#### **Como foi a conciliação entre o ensino secundário e a intermitências de empregos e biscates?**

Não senti grandes dificuldades até concluir o ensino obrigatório. Os trabalhos eram sempre fora do horário das aulas, na hora de almoço ou ao final da tarde, por isso nunca faltei. A escola era frequentada por crianças pobres, por isso a ideia de ajudar os meus pais não era estranha. Acabava sempre por perder horas de estudo mas não o via como algo negativo: na escola onde estudava o objetivo era passar de ano até completarmos o 9.º, não ter boas notas. Nunca tive notas muito boas mas sempre fui uma das melhores alunas da turma e, contra as sugestões dos meus pais, inscrevi-me no ensino secundário – fui a única da minha turma a fazê-lo.

Ao entrar no liceu a situação mudou. Passei para uma escola de classe média alta, onde a maioria dos meus colegas vinham de colégios ou de boas escolas públicas. Foi aí que tive maior consciência de que a minha vida, referências e oportunidades eram diferentes das pessoas com quem estava diariamente. Comecei a esconder o facto de ajudar os meus pais, assim como escondia o facto de ter nascido em barracas e de morar num bairro social – coisas normais nas escolas que tinha frequentado até então. Senti dificuldades em conjugar os trabalhos e o estudo com o que fazia depois das aulas e por isso comecei a trabalhar só ao fim-de-semana e apenas duas vezes por mês. Ainda assim, as dificuldades mantiveram-se. Não estava habituada à disciplina de estudo, faltavam-me os conhecimentos básicos nas disciplinas elementares e a minha preparação prévia era muito inferior à dos meus colegas de turma. As minhas positivas não eram elevadas, os professores não preparavam as aulas para os alunos mais fracos e os meus pais não acompanhavam o meu rendimento ou percurso académico.

No 12.º ano todos os meus colegas sabiam a que cursos se queriam candidatar mas eu não tinha informações básicas sobre o ensino superior. Não entendia bem o que era uma «disciplina específica», não sabia como funcionavam as candidaturas e achava que não existiam apoios sociais. Por vergonha, nunca falei sobre isso com ninguém e a minha escola não tinha orientação académica (ou pelo menos eu desconhecía a sua existência). Abandonei a escola na altura dos exames nacionais. Trabalhei durante um ano a tempo inteiro e no seguinte a tempo parcial, enquanto repetia cadeiras do 12.º. Candidatei-me ao ensino superior e entrei. No primeiro dia de aulas o meu pai deu-me 100€; achava que o traje académico era obrigatório.

#### **Ao longo da universidade, viste-te obrigada a trabalhar? Em que empregos e sob que condições sociolaborais?**

Tive direito a bolsa de ação social nos quatro anos em que estive na faculdade, sempre entre 100€ e 220€, dependendo do ano. Entre propinas, passe, refeições, livros e fotocópias, o apoio era bom mas não suficiente e a minha família também precisava de ajuda. Quando, no final do primeiro semestre, fui aos Serviços de Ação Social (SAS) perguntar se podia ter um emprego em tempo parcial e qual seria a redução na bolsa, disseram-me que não podia conciliar as duas coisas. Comecei a procurar empregos sem con-

trato mas nem sempre era fácil encontrar trabalhos nessas condições com horários conjugáveis com os da faculdade. Ao longo dos quatro anos que levei a fazer a licenciatura trabalhei em restaurantes, lojas de centro comercial e feiras, geralmente sem contrato, e ganhando entre 150€ e 300€. Comecei a usar o esquema de procurar trabalhos com contrato em Janeiro, quando a bolsa de ação social já tinha chegado e nunca lá ficava mais de dois ou três meses. Queria escapar ao radar dos SAS e consegui-o sempre. No Verão trabalhava como porteira ou padeira no mercado do meu bairro.

Na faculdade as dificuldades prendiam-se mais com os horários das aulas e o tempo de estudo. A minha faculdade tinha horários incompatíveis com a ideia de trabalhador-estudante, era «normal» o dia em que tinha uma aula às 08h00, um furo de quatro ou seis horas ao final da manhã e a última aula a começar às 18h00. Apanhei também o início do controlo de faltas e, como não tinha estatuto de trabalhadora-estudante, não podia faltar, sob pena de me baixarem a nota no final do semestre.

#### **Podias descrever os processos de recrutamento?**

Variavam bastante. Os empregos em mercados ou como porteira eram conseguidos através de «cunhas», geralmente através de conhecidos da minha família ou a fazer as férias de familiares e vizinhos. Nenhum legal, nem alguma vez essa hipótese se colocou. Os trabalhos em lojas ou restaurantes funcionavam de forma diferente. Deixava o meu currículo nas lojas que tinham anúncios de procura de funcionários na montra e quando era chamada para a entrevista perguntava de forma discreta se tinha de haver contrato, sendo que geralmente já sabia quais as lojas que tinham trabalhadores ilegais. Era habitual que os funcionários a tempo inteiro tivessem contrato legal e os a tempo parcial fossem estudantes universitários que iam rodando, uns durante semanas, outros durante meses. O processo de recrutamento era em tudo igual ao de um trabalhador a contrato, embora não se colocasse a hipótese de gerir as faldas para poder estudar na véspera dos exames. Enquanto estudava o processo foi sempre simples, sabia que me escolhiam pelo aspeto físico e que estudar na faculdade era uma mais-valia – diziam que éramos mais bem-educados com os clientes.

Em call-center trabalhei sempre com contrato, no tal esquema de fuga aos SAS. Os anúncios falavam das empresas para as quais ia trabalhar de facto, o contrato era sempre com empresas intermediárias. O tratamento que recebia era semelhante ao dos empregos sem contrato, sendo que nestes não estava ilegal e supostamente tinha direitos. Tal como nos empregos em que me pagavam «por baixo da mesa», também aqui sabia que se me queixasse ou exigisse o que era meu direito estaria desempregada no dia seguinte.

#### **E depois do curso?**

Uma vez concluído o curso inscrevi-me num mestrado em horário pós-laboral, tive bolsa de ação social mas como já não vivia em casa dos meus pais tive de procurar emprego. Não tinha esperança de vir a arranjar emprego na minha área, e não arranjei. Decidi procurar emprego nos sítios onde tinha trabalhado anteriormente. Entreguei currículos em todos os centros comerciais de Lisboa e só uma loja me chamou para uma entrevista. Riram-se na minha cara quando disse que pretendia tirar o mestrado e que não me iriam contratar por ter uma licenciatura. No final, aconselharam-me a esconder qualquer formação além do liceu e a desistir do mestrado.

Acabei por arranjar um emprego de vendas em call-center, onde os salários com as comissões pareciam sempre ser elevados mas que incluíam objetivos impossíveis de atingir para quem vendia o produto mais caro do mercado em contexto de crise. Desmotivou-me o facto de ali ter ido parar após quatro anos de licenciatura mas pior era perceber que a maior parte dos meus colegas tinham mais de 30 anos, muitos com filhos no final da adolescência e que, como eu, trabalhavam com contratos quinzenais. Era normal

vermos pessoas a serem despedidas enquanto trabalhávamos, uma vez uma colega desatou a chorar a meio de uma chamada – vivia sozinha com a filha e foi despedida.

Como tinha conseguido a bolsa de ação social e os horários me impediam de ir às aulas, despedi-me achando que conseguiria encontrar um emprego em part-time. Não consegui, passei a ouvir que as vagas para call-center tinham sido preenchidas por pessoas com mais qualificações. Passaram-se meses e desisti do mestrado após o primeiro ano, estava a usar o dinheiro da bolsa para sobreviver. Pensei em emigrar e comecei a candidatar-me para empregos como hospedeira de bordo entre as companhias aéreas que agora recrutam em Portugal duas vezes por ano. Fui aceite logo na primeira entrevista: para passar bastou-me falar inglês, maquiá-los e dar as respostas certas. Não sabíamos em que cidade europeia iríamos ficar mas foi-nos dito que o salário era fixo. Quis esclarecer se o salário seria igual para quem trabalhasse numa cidade norueguesa ou croata; responderam-me que sim, mas que poderia aumentar o salário com as comissões das vendas feitas a bordo ou que gostariam que me candidatasse para ser modelo de biquíni no calendário de caridade da empresa.

Teria de pagar a estadia fora de Lisboa durante o mês de formação e poderia descontar essa mesma formação nos primeiros oito meses de trabalho. Não tinha como pagar, fui chamada para um emprego temporário como caixa de supermercado e aceitei. Era a única pessoa com a licenciatura completa entre as selecionadas e a única que tinha um contrato de três meses sem direito a renovação. Na formação para supermercado era-nos dito que só lá estávamos por “não [sermos] muito feias” e eram comuns os comentários racistas e sexistas que ninguém questionava. Aceitei fazer horas extraordinárias no armazém e na reposição, trabalhava o mesmo que os colegas com o dobro do meu tamanho e findos os três meses mandaram-me para casa com a indicação de que teria duas semanas de férias e que depois poderia ir trabalhar para o armazém a tempo inteiro e com contrato de seis meses.

#### **Alguma vez foste sindicalizada? Por que razão?**

Não. Só quando trabalhei em call-center e no supermercado é que senti que poderia ser positivo sindicalizar-me ou pelo menos informar-me sobre o sindicato da área. Quando estava a trabalhar num supermercado procurei informações sobre o meu sindicato, contactei-os via email e nunca obtive resposta. A verdade é que também tinha receio de que se soubesse que estava a pensar em sindicalizar-me, uma vez que o meu contrato era curto e a renovação dependia muito do meu «comportamento». Dependendo da secção onde se trabalhava, era normal trabalhar 30 minutos ou 2 horas de graça por dia. Uma vez fiz o meu turno normal, de 8 horas, e tive de trabalhar outras 10 horas de forma gratuita – tendo a sorte de estar de folga no dia seguinte, ao contrário de alguns colegas que nem a casa foram tomar banho. No dia seguinte decidi imprimir uma petição pelo fim das horas extraordinárias não pagas na área, mas toda a gente me aconselhou a não reunir assinaturas até assinar um novo contrato.

Só num dos meus empregos em call-center é que o sindicato entrou em contacto connosco durante a formação. Entraram na sala, distribuíram um folheto a cada pessoa e saíram, sem dizerem uma palavra. O folheto não era sobre direitos laborais, continha o nome do sindicato, o telefone e uma lista de protocolos que estes tinham com empresas de formação profissional. Fiquei profundamente desiludida quando percebi que era assim que funcionavam os sindicatos. Tinha uma visão romântica dos sindicatos e percebi que na realidade estes não tinham nenhum contacto com os trabalhadores precários e que, conseqüentemente, não teriam qualquer impacto na minha vida profissional. Dificilmente iria aderir a um sindicato e conseguir criar alguma mudança nas suas estruturas e menos ainda conseguiria fazer política dentro do meu local de trabalho, fosse na sala de refeições de um call-center ou nos vestiários de um supermercado. A minha realidade laboral e o trabalho dos sindicatos não são a mesma coisa.

Não constituindo um relato exaustivo da vida, a narrativa aqui exposta convoca uma série de fenómenos de âmbito mais alargado, os quais traduzem a existência de estruturas que, no seu seio, integram tantas outras vidas. O trabalho, tema convocado pelas questões apresentadas, assume uma especial importância no percurso da entrevistada. Ao invés de compor um horizonte imaginário, motivado por perguntas frequentes em torno do que se «quer fazer quando se for grande», o trabalho é algo que já se faz e cujo exercício, aos poucos, se torna reconhecível: não mais como *uma obrigação familiar que se desempenha a contragosto*, mas como algo *associado a uma remuneração*.

Porém, a carga social exercida sobre a vida de cada um não significa que a última se limite a ser pura e simplesmente transportada de forma automática. Mais do que compreender o que motiva a vontade na continuação dos estudos, *contra as sugestões dos meus pais*, importa realçar o encontro das estruturas necessárias à concretização desse desejo. Com todas as suas contradições e antinomias (um sistema de ação social incapaz de colmatar as necessidades primárias dos estudantes, empurrando-os para «biscates» à margem do direito laboral, por exemplo), a existência de uma escola e de uma universidade pública assegurou a ruptura com o processo de reprodução social.

O aumento do desemprego e da precariedade, e a aplicação de medidas de austeridade ao nível do sistema de ensino público representam, por contrário, a perpetuação de uma sociedade classista de fronteiras inamovíveis. Como podemos comprovar, a posse de qualificações deixou de significar o acesso à condição de *empregada*, chegando a sua utilidade a ser mesmo ridicularizada face a uma formação mais específica na área laboral. A ser alvo de reconhecimento, as qualificações educativas não deixam mesmo assim de ser equiparadas a outro tipo de atributos, nomeadamente entre as mulheres: a maquiagem certa, o corpo adequado ao biquíni ou, em último caso, «não [sermos] muito feias».

Por fim, existe uma relação, cada vez mais visível, entre a aplicação extensiva deste tipo de engenharias sociais e a incapacidade sindical na aproximação a qualquer trabalhador que não seja dos quadros. Mesmo *na sala de refeições de um call-center ou nos vestiários de um supermercado*, o contacto com a realidade laboral limita-se à oferta de uns panfletos com endereços. Tal ausência, manifesta na descrença do sindicato enquanto instrumento de mudança, acaba por fazer com que mesmo essas regiões de retaguarda acabem por ser integradas no espaço de influência da empresa. ●



# Do entusiasmo à amargura – um percurso na (des)industrialização

MARIA INÊS COELHO e SANDRA LEITÃO Sociólogas.

Actualmente desempregada, Elisabete [nome fictício], de 55 anos, é casada, tem dois filhos e é natural do Vale do Ave, assim como os seus pais, ambos operários têxteis. Antes da entrada na fábrica, a sua vida no espaço doméstico era já repleta de um conjunto de aprendizagens transmitido geracionalmente que, não obstante o seu carácter informal, era altamente disciplinador, visando prepará-la para um futuro «expectável». A par da escassez de recursos económicos, Elisabete assumia a responsabilidade de executar tarefas domésticas essenciais que muitas vezes incluíam a «criação» dos cinco irmãos. «Nos princípios sabíamos pouco mas éramos nós que fazíamos, que arrumávamos a casa, fazíamos o comer, é que lavávamos. Era eu e uma mais velha, diferença de um ano uma da outra, os outros eram todos mais pequenos, nós éramos mais velhas e mais sacrificadas um bocado.»

Apesar da passagem pela instituição escolar a ter afastado do analfabetismo modal na região, Elisabete, que concluiu apenas o 5.º ano, salienta que os saberes formais adquiridos estavam desarticulados com a realidade do trabalho fabril, tendo o processo de aprendizagem sido marcadamente violento. «Não era muito má na escola. Por acaso eu passei sempre. Só reprovei, nunca mais me esquece, na terceira classe (...) A gente não podia fazer nadinha. Qualquer erro que fizesse a gente era com a cabeça no quadro, a gente, enfim, elas eram más, era de régua, eram muito más as professoras. (...) Por isso é que a canalha estava morta por sair da escola e ir trabalhar. Nós preferíamos ir trabalhar do que estar na escola...» Assim, com o seu discurso meritocrático, a escola não conseguiu assumir um papel disruptor das lógicas sociais enraizadas, tornando-se mesmo um actor determinante na incorporação da disciplina do corpo e da mente, contribuindo fortemente para a reprodução dos destinos pessoais e, consequentemente, de classe<sup>10</sup>.

A tomada de decisão para a entrada precoce no mundo do trabalho, amplamente desejada por Elisabete, representou um momento de afirmação pessoal e social, e simultaneamente, o produto de uma relação cúmplice entre as estratégias familiares, laborais e escolares. «Foi o primeiro emprego. Lembro-me, era uma alegria quando fui trabalhar, era uma alegria era. Todas contentes por ir trabalhar.»

## E foi para que fábrica?

*(...) Fui para a fábrica P. Era uma fábrica muito conhecida. (...) era uma fábrica que levava muita gente. Já chegou a ter duas mil pessoas. Depois acabou nem com duzentas.*

## Chegou lá e como é que conseguiu o emprego ali?

*Mandaram-me para a tecelagem, como a minha mãe trabalhava na tecelagem, sabe? Eles viam que nós... já a minha outra irmã também mandaram para a tecelagem. Quando é assim, o que a família trabalha, sabe, punham dentro disso como quem diz «a mãe sabe bem daquilo ela também pode aprender bem daquilo, não é?» (...) Foi a minha mãe que pediu, os meus pais trabalhavam lá e já a minha irmã mais*



André Luz. *Tecido pelas mãos dos outros* (2014)

<sup>10</sup> Para uma leitura sociológica aprofundada em torno dos processos de reestruturação socioeconómica na região, cf. Virgílio Borges Pereira, *Ao cair do pano. Sobre a formação do quotidiano num contexto (des)industrializado do Vale do Ave*, Afrontamento, Porto, 2012.



velha já trabalhava lá há um ano. (...) A gente chega lá, eles agarram e fazem a ficha da gente e vamos ao médico. Fazia a consulta (...) e ele dizia se a gente podia trabalhar ou não, se tivesse problemas ele dizia que não, e pronto, agarrava e dava-nos e então agarrou (...) e dava a carta. (...) Os primeiros oito dias eram para a limpeza. (...) de vassourinha a limpar os teares, era o que a gente ia fazer e andava um, que era chefe, a dizer como é que a gente havia de fazer, limpar todos os dias espanava os teares, todo o dia aquilo. (...) Ao fim de oito dias, puseram-me a meter trama. (...) Depois da trama então puseram-me a aprender a atar teias. Porque para atar teias eles escolhiam as mulheres altas. Porque a gente para atar teias e pentear aquilo era (...) Um cavalete comprido, e a gente tinha de se esticar a pentear. E a mim escolheram-me porque eu era altica, era magrinha mas era alta, fui sempre alta, sabe? Eles escolheram-me logo para isso. Disseram logo que eu era alta e jeitosa para aquele lugar, fui logo para atar teias, andei muito ano a atar teias até sair de lá a atar teias. (...) Era o que mais adorava. (...) Empregavam a pessoa e a pessoa ali ficava. (...) Era logo de palavra, agora não.

**E como é que era... sei que gostava de ir, como foi o impacto que teve aquele mundo? Não conhecia a fábrica, como é que foi para si?**

Ora bem, primeiro é um bocadinho um obstáculo, aquele barulho dos teares, era um obstáculo ao princípio, Deus me livre. (...) Mas no princípio é um bocadinho difícil, com aquele barulho a gente vinha cá para fora e parece que trazia as zoadas do tear todo nos ouvidos. Só que depois pronto, a gente habitua-se àquilo, habituei-me àquilo, e sou franca, gostava, sempre gostei de fazer o que fazia lá e corri os turnos todos.

**Quer dizer, esteve a trabalhar durante os nove meses da gravidez?**

Trabalhei sempre, sempre. Eu só estive em casa para ter o meu filho mais velho três dias. (...) Tanto de um como de outro trabalhei até ao fim. Com a barriga grande mas trabalhei até ao fim. Sabe Deus que me custava muito a trabalhar mas tinha que ser, a gente com a barriga grande a pentear teias. (...) É porque meter trama a despejar uma trama grossa eu trabalhava muito mais que a atar teias e depois apanhar a trama era mais desagradável. Do segundo já não pedi. Não pedi nada, deixa-me estar onde estava.

**Então como é que comiam?**

Quando tínhamos fome, às escondidas. Ia à bolsa buscar qualquer coisa e comia, andávamos lá por trás dos teares. Sabe que tinha secções muito grandes, os chefes andavam espalhados pelas secções. A gente topava-os ao longe, ia à bolsita e pegava em qualquer coisa para comer. Eles também, se visse, eles facilitavam, não ligavam porque bem sabiam que não tínhamos a meia hora. Depois houve uma altura que foram obrigados a dar as meias horas.

**E para ir às casa de banho? Não tinham horas certas para ir à casa de banho?**

À casa de banho ia, tinha lá um guarda-retretes a vigiar. Que a gente tinha de sair depressa para fora. Ai não! Eles andavam em cima da gente! Abriam a porta para trás e escoraçavam-nos!

**E lembra-se de haver punições, portanto, castigos a trabalhadores? Como é que era? Ora bem.**

No meu tempo nunca tive castigo, mas no tempo da minha mãe havia. Quem fizesse defeito na obra, no armazém ou assim eles castigavam as pessoas, no meu tempo já não havia isso, não.

**E o que era o prémio? Era em dinheiro?**

Era, quem fizesse mais produção, tal por cento. Por exemplo quem fizesse mais oitenta por cento davam

xis, oitenta e cinco tinha mais, quem fizesse noventa tinha mais, em dinheiro. Ao fim do mês mais mil escudinhos já era uma alegria. Em escudos, não é? Eu tanto andava a atar teias como ia para os teares, eu corri tudo. Eu lá nisso na secção sabia fazer tudo. Graças a Deus.

**Era uma máquina de pé e tinha que atar quando se partiam as...**

Era num cavalete, tinha uma máquina grande, pesada e a gente tirava de uma mala e punha em cima do cavalete. A máquina é que atava mas a gente tinha de estar a ver se atava bem. Às vezes rebentavam fios, apanhava fios a mais, tínhamos de estar com atenção a isso. (...) Não podíamos virar a cara para o lado! Se virássemos tínhamos que parar a máquina. Ai não podíamos! Tínhamos de estar a olhar para o que estávamos a fazer e mesmo assim a olhar para o que estávamos a fazer fazíamos asneiras. Mesmo assim, às vezes não se via bem tudo. Porque aquilo tinha uma luz, uma lâmpada, a gente tinha de ter a vista sempre ali fixada, tínhamos de olhar ali. Lá disso, eu digo já, é o lugar que sempre gostei, desde nova era o que eu adorava, é verdade mas corri tudo. Sabia tudo, eu sabia se fosse preciso por fio, sabia a coisa do fio, até cheguei a ir para o fio. Eu era nos teares, eu era a fazer carros para os teares, eu ia para as bobinadeiras que às vezes a passar fio, como é que eu hei-de dizer, havia os fundos de urdir teias, aqueles fundos tinham de se passar nas bobinadeiras. Chamavam-me para passar aqueles fundos, eu fazia qualquer coisa. Graças a Deus. Varrer e tudo! Eu servia para tudo.

**Como é que eram os chefes lá?**

Ai na outra, ui! Chorava muita água, foi preciso o meu homem ameaçá-lo. Ai não! Era fraco, a gente não podia levantar, olhe que até à casa de banho não podia ir. Uma vez foi-me chamar à casa de banho, foi aí que o meu homem uma vez foi ameaçá-lo. (...) Nem à casa de banho podia ir, chorava lágrimas de santo. (...) Aí acalmou, mas eu nem à casa de banho podia ir.

O primeiro dia de trabalho na fábrica têxtil P, marco histórico da região do Vale do Ave, não deixou de ser para Elisabete um desafio pessoal de desconstrução de uma imagem idílica da fábrica e do trabalho. Após um processo de selecção que obedecia a uma lógica informal paternalista, em que o corpo (particularmente, feminino) assumia um atributo essencial para a indicação do seu lugar na cadeia de produção, seguiu-se a sua formalização através da análise médica ou da entrega de documentos necessários para o processamento da ficha do trabalhador, eficaz no controlo das entradas e saídas da fábrica.

Já integrada no quotidiano fabril, Elisabete facilmente se sujeita às regras formais e explícitas de estruturação das relações laborais, ainda que o conhecimento apreendido sensorialmente fosse muito valorizado. Esta identificação com o posto de trabalho, fruto de estima pessoal, dos benefícios económicos e do reconhecimento social, não deixa de traduzir uma eficaz estratégia de adaptação a um mundo de possibilidades muito limitado. Daí que, uma vez adquirida a categoria profissional, o retorno às tarefas de limpeza fosse tido como algo extremamente desprestigiante. Por outro lado, na fábrica P, a Elisabete teve de submeter-se à personalidade e ao estado de espírito do encarregado, bem como às características ambientais e a uma organização física que tinha como principal objectivo a rentabilidade dos maquinismos e das tarefas.

No entanto, à medida que a crise se foi agudizando no interior da empresa, sobretudo a partir de meados dos anos 90, estas lógicas funcionais intensificaram-se, resultando no reforço dos contextos de trabalho de forte imprevisibilidade e dos mecanismos de controlo físico e psicológico. Este foi um período crítico que precipitou a saída de muitas das suas colegas de trabalho para fora da vida pro-

dutiva e para uma vida dependente da protecção social, quer através do fundo de desemprego ou da reforma.

#### **Depois tinha-me falado que começou esse tempo de crise, as operárias estavam lá na mesma?**

*Começaram a chamar as pessoas, uma por uma, a dar indemnizações para vir embora, umas aceitavam outras não, porque não queriam vir, outras ficaram em casa mas acabou por vir tudo embora. Por fim, as últimas não queriam vir mas eram ameaçadas. Tantas que choravam lá que não queriam vir embora, a mim mudaram-me logo para outra secção. (...) Fiquei e na maré se me tivesse vindo embora até era capaz de ser melhor, se calhar arranjava trabalho e ainda hoje trabalhava noutra fábrica. Mas pronto, como eu era mais nova até fiquei contente por ficar, aqueci mais uns anos, aqueci mais uns anos.*

#### **Quantos anos é que ficou mais lá?**

Lá está foi... agora que a fábrica fechou ... e a partir daí foram mais vinte e tal anos que eu trabalhei. (...) Puseram-me no turno de fim-de-semana, acontece que eu tinha o meu filho mais velho a estudar e nunca mais me esquece, ia para o décimo primeiro ano e foi até ao décimo segundo, ele é muito esperto, é bem verdade e eu pensava que ele ia para a universidade. (...) Não desejo a ninguém passar aquilo que eu passei. Foram sete anos e meio que eu andei neste turno. (...) Eu sujeitei-me e foi, foi horrível, era só dois dias por semana, ia ao sábado, primeiro entrava ou às seis da manhã e saía às seis da tarde, no domingo era igual das seis da manhã às seis da tarde. Na outra semana entrava às seis da tarde e saía às seis da manhã. Dois turnos! Era ao contrário, porque foi de noite na outra semana, esta semana é de dia era trocado. E ao domingo a mesma coisa, entrava às seis da tarde. (...) Eu não conseguia dormir de dia, chegava aqui e parecia que tinha o barulho dos teares na cama, pousava a cabeça na almofada e só ouvia pum, pum, o barulho dos teares. (...) foi um sacrifício que fiz, foi aí que eu fiz esse sacrifício e depois o meu filho não quis ir para a universidade. (...) Mas custou-me muito este turno, aí é que era trabalhar de noite, olhe passamos a cruz de Cristo, o frio que passávamos no Inverno à beira do rio, depois ligavam o ar condicionado e aquele frio, a gente andava cheia de roupa com tanto frio, eu andava sempre doente quando trabalhava de noite, alergias do nariz. Sempre, digo já, custou-me muito isso. Então corria tudo, a gente até limpeza fazia. (...) A tecelagem metia nojo, toda suja e era eu e a mulher do fio (...) nós andávamos a fazer carretos, nós íamos bobinar fio, nós corríamos tudo. Eu era assim: «Filha da punha só nos falta lavar as retretes!». Nós fazíamos tudo e mais alguma coisa. Corríamos todas as tarefas, nos teares e em tudo. Eles sacrificavam o povo, agora para o fim, era demais, mas éramos todas sacrificadas, agora para o fim era demais porque era pouca gente. (...) O dinheiro era igual, se houvesse feriados ou pontes, por exemplo no carnaval, as pessoas faziam a ponte à segunda-feira, nós trabalhávamos sábado, domingo, segunda e terça, doze horas por dia e ganhávamos o mesmo dinheiro ao fim do mês. (...) Acabaram com o fim-de-semana (...) e disseram que só duas é que tínhamos aproveitamento. Era eu e uma tecedeira. (...) Diz ele assim [o engenheiro]: «Mas é que você tem aproveitamento, sabe de tudo». «Então se eu tenho aproveitamento, aproveite-me como deve ser. Eu estou a subir ou estou a descer? Eu para a limpeza? Não vou!»

#### **Era só limpar os teares?**

*Limpar, espanar e varrer! Todo o dia. (...) Mandaram-me para lay-off. Nessa altura mandaram-me para lay-off, (...) olhe, estive mês e meio e fui a primeira a ser chamada logo. (...) A mim puseram-me a atar teias, disse-me assim [a colega]: «Pronto, olha Elisabete, vou-me embora e fica o lugar para ti. Afinal é o teu lugar atar teias». (...) Eu fiquei toda contente e fiquei a atar teias até que a fábrica fechou.*

#### **E como é que foi, lembra-se do dia em que percebeu que a fábrica ia oficialmente fechar?**

*Aquilo começou a não haver encomendas, começou a parar tudo, a começar a parar os teares, a não ter que fazer, acabaram com o terceiro turno, começaram a por tudo no turno normal, era para tirar o dinheiro aos homens, sabe? (...) Puseram lá a arrumar coisas velhas, as pessoas a arrumar lá uns fundos que tinha coisas velhas, faziam pouco das pessoas quanto mais queriam. Olhe que eu ainda lhe vou contar uma melhor! Nós tínhamos lá o tal engenheiro (...) ele fechou umas poucas de fábricas, ele fechou uma fábrica (...) disseram logo que ele que ia para ali para a nossa fábrica: «Pronto, fechou uma (...) agora vem fechar a nossa!»... e foi. Fechou a nossa e depois foi (...) para a fábrica onde trabalhava o meu sobrinho e eu disse isto lá na minha cunhada (...) Passados dois anos fechou. (...) Eles sacrificavam o povo a ver se saturava e ia embora. (...) Aquilo era muito frio e nós tínhamos uns fundos, não tinha gente e dava o solinho logo de manhã, como nós estávamos todos parados o povo fugia para ali para o cantinho para apanhar sol. Uma ocasião, poucos dias de fechar, ele [o engenheiro] entrou por lá dentro e virou-se para o chefe e disse assim: «Que é do pessoal?»; ele sabia mas disse: «Estão para aí!» «Estão para aí! O que é que tu estás aqui a fazer, não é a vigiar o pessoal?» «Mas senhor [engenheiro], afinal o povo não tem que fazer, estão por aí!» «Anda cá.» (...) E sabe o que ele disse: «Quem tiver frio que vá embora. O povo que tem frio que vá embora». E fez-nos ir para a secção passar frio, lá fomos todas para a secção para o frio. Estivemos ali ao frio até, isto foi em Janeiro e Fevereiro, depois em Março foi quando a gente parou.*

#### **O trabalho doméstico não contribui tanto?**

*Gostava e gosto de fazer o que faço em casa e tudo mais, mas eu gostava de trabalhar, gostava de no fim do mês ter o meu dinheiro, não gostava de andar à custa do marido, não é? Tenho de andar sempre às messias dele como se costuma dizer, mas eu não. Eu lá nisso nunca precisei de pedir porque a carteira é só uma cá em casa, em minha casa a carteira é só uma. Mas não precisava de andar ao messias do marido, ganhou mas eu também ganhei. Agora acabando é complicado, sinto-me triste nesse aspecto porque acho que sou nova para estar sem ganhar dinheiro. Sinto que tenho forças para trabalhar só que não há trabalho, é isso, acho que sou nova para me meter em casa, não é? Porque sinto que tenho força para trabalhar.»*

Com o encerramento da fábrica, quebraram-se as rotinas instaladas e alteraram-se os ritmos de vida. A vivência do desemprego e a consequente entrada na vida doméstica dificilmente se tornaram pacíficas para Elisabete. As marcas da contínua e sofrida permanência dos hábitos adquiridos no quotidiano fabril mostram-se ainda visíveis na actualidade. De facto, a *saudade* de um passado produtivo e socialmente útil que, acima de tudo, facilitava a sobrevivência diária, entra em ruptura com um presente de declínio e de impotência face à clara consciência da ausência de alternativas para obtenção de trabalho. «Não queria ser velha mas não me importava de ter a tua idade, só para ao menos poder ir para a reforma. Agora vai ser complicado, já vii? Porque agora tenho de fazer descontos, senão só aos 65 anos é que tenho reforma. Tanto ano se não arranjo trabalho. (...) O que queria que mudasse era trabalhinho para a frente. Que houvesse empregos, era isso que eu gostava, era que houvesse muitos empregos, não só para mim, para mim e para os outros, não é? Porque não sou só eu que estou desempregada, infelizmente.» ●

## «Manipuladora de aves»: a privação da vida

SARA CONCEIÇÃO Socióloga.

A Margarida<sup>11</sup> ainda não tem cinquenta anos, mas já trabalha há trinta e quatro. Dentro e fora de casa, toda a vida trabalhou. Aos três anos do filho mais novo começou na apanha dos frangos, onde se manteve durante doze anos, primeiro como apanhadora e mais tarde, já *legalizada*, como motorista e chefe de equipa. Obrigada a escolher entre ver os filhos crescer ou ter o que lhes dar para eles crescerem – num momento da vida em que as limpezas, as substituições que fazia para *dar férias* a uns e a outros, os trabalhos agrícolas sazonais e o quintal que mantinha deixaram de ser suficientes –, *aguentou-se* como *ilegal* durante três anos. Seguiram-se-lhe quase nove de contrato, sem horário, mas também sem horas extra.

Numa terra onde o trabalho escasseia para os homens e ainda mais para as mulheres, a apanha do frango é uma pena que se encara como oportunidade – não se aguentar é *um luxo*. A necessidade dos vinte euros que se ganham numa noite é de tal modo angustiante que se aceita o que *aparece* e uma parte significativa das pessoas que *lá andam* trabalha sem contrato. Feito de noite, às escuras, sem grandes pausas e ainda menos férias, é um trabalho extenuante. A vida pessoal e familiar, o sono e a saúde são profundamente afectados. A casa não é um sítio onde se chega, mas onde se vai e o salário, que permite a custo fazer face às despesas da vida corrente, está longe de compensar as infindas horas ao serviço da empresa.

*A falta de ar, a empreitada, o é só mais este, é só mais aquele*, as viagens, a privação do descanso, a pressão das tarefas domésticas, marcam a cadência dos dias que passam apressados entre as muitas horas passadas fora e as *coisas de casa*. Entremeio de um longo percurso feito de *coisas por pouco tempo*, estes factos não aparecem, na vida de trabalho que a Margarida leva, isolados. Talvez por isso o tom do discurso seja de normalidade, daquela normalidade que atravessa e molda o quotidiano. Aqui, apesar de se trabalhar e de se trabalhar *no duro*, as dificuldades do quotidiano não são um período por que se passa, mas uma constante, feita de fôlegos, de momentos de tímida largueza e de fases de grande aperto. Aqui a normalidade é a dificuldade dos dias.

### De noite e com a luz apagada

«Quando o meu filho mais novo tinha três anos lembra-me que comecei nesse trabalho dos frangos... é um nome assim muito complicado “manipuladora de aves” (risos) é... é assim os frangos, frangos louros, codornizes, frangos brancos, perus, são criados em pavilhões grandes e depois para ir para os matadouros são transportados em camiões com jaulinhas. Só que eles não *entram sozinhos para as jaulas, tem que ser as pessoas a apanhar frango por frango e levar três ou quatro em cada mão; se tem mais ou menos um quilo são três em cada mão, se os frangos pesam dois quilos e tal são quase galos já pode ser só dois em cada mão, porque vai o mesmo peso mais ou menos para a jaula, porque não pode ir mais de quatro frangos grandes numa jaula daquelas. E aquilo é um trabalho muito duro, olhe para além de... olhe é sempre feito de noite, porque de dia eles fogem muito (risos), de noite e com a luz apagada!*»

<sup>11</sup> O nome da entrevistada, dos lugares e das empresas são fictícios.



A única coisa que existe nos pavilhões, ou se não existe nós temos uma luz, é a chamada luz de presença ao pé das portas, ou então temos uma velinha a arder ou um foco para o tecto por exemplo, para baixo não, se não eles fogem... e depois o espaço, aquilo está completamente limitado quando se metem os pintos em pequeninos, que vêm das incubadoras, tem metade do pavilhão e todas as semanas se vai dando um espaço até que chegam às três semanas têm todo o espaço, às quatro começam a sair (risos), por norma é assim. Se for naqueles pavilhões com bons acessos, que sejam mais ou menos seis pessoas, é uma equipa certa, para uma galeria que leva seis mil frangos (risos) hum... estamos a falar de duas horas, uma hora e quarenta... É, é muito acelerado, porque aquilo é tipo uma empreitada, porque não convém andares ali três horas a apanhar ali dois mil frangos, porque o próprio frango está a bater até chegar ao matadouro sempre e faz nódoas negras e hematomas, porque sente-se desconfortável e vai batendo a asa e não convém. Também não é... não é recomendável... tem que ser uma coisa feita, pronto, não é dizer assim “tens que andar sempre a correr” mas depois aquele espaço de tempo, depois até vir por exemplos, nem que tenhas quatro camiões, até vir o outro camião, tu vais beber água, vais fazer chichi, quem quiser fumar um cigarro vai, pronto, ali uns dez minutos tu tens o teu intervalo, ou comer uma sandes, pronto! Os perus é péssimo, os perus é péssimo (risos), enormes, chegam a pesar trinta quilos e mais, se forem machos é mais, e os perus é um, é um e vai lá com sorte (risos), mas tens que agarrá-los pelas patas pela parte de trás, porque da parte da frente ele vai-te sempre a bater com as asas, por isso assim e as costas dele encostadas ao nosso peito e depois fazeres assim [levanta os dois braços, como que a içar o peru], porque o senhor que está, aí as jaulas são diferentes, mas o senhor tem que estar sempre em cima do camião portanto tenho que o levantar quase à minha cabeça, trinta quilos não é fácil! (risos) porque o peru tem muita força.... Também apanhei codorniz. Quer dizer isto varia do tamanho! (risos) A codorniz é horrível! (risos) Olhe é assim, eu experimentei de toda a maneira e não sei bem qual foi a parte que foi pior (risos), não é a que foi melhor, é a que foi pior! (risos) A codorniz é assim, por norma são casas mais pequenas, a codorniz é apanhada pelo pescoço ou pela cabeça ou por donde calha, enquanto os frangos é pelas patas, e é para um saco (risos) e então nós andamos curvada tipo a apanhar azeitona (risos) há quem traga de lado, mas assim a meio das pernas é o melhor, porque uma das mãos tem que andar sempre na boca do saco porque tu vais assim vroup três ou quatro “tumba, trinta e duas, trinta e quatro, quarenta e três” sempre sempre assim. Por isso mesmo aquela mão tem que ter muita resistência porque tu tens que ter a tabela para abrir e para fechar o saco, porque senão tens lá vinte, abres o saco já te fugiram três metes lá quatro nunca mais sabes a quantas andas. Essa parte de os contar é muito mais difícil, e depois a posição, elas parecem ratitos, titititi, embora nós cercamo-las... eu chegava-se a uma parte da noite que eu já não conseguia de maneira nenhuma, andava de joelhos, eu trazia um calo de estrume nos joelhos, que eu já não conseguia andar de posição nenhuma, as costas não aguentavam tanto tempo dobrada e a cabeça sempre a contar sempre “tarara tarara tarara” [ladainha para contar]. Seis mil codornizes, se fossem cinco ou seis pessoas aquilo, trinta ou quarenta minutos fazia-se que era um instante. Agora se tu apanhasses vinte mil codornizes, é pá! Apanhavas vinte mil codornizes numa casota que tinhas que andar atrás delas, num sítio que o acesso não era assim grande coisa, e às vezes as condições do pavilhão também não eram muito boas... e depois a posição do cheiro, do estrume, porque enquanto o frango vamos, apanhamos e levantamos, a codorniz andamos constantemente com o nariz a trinta centímetros do chão, que é o tamanho do braço para a apanhar. Nós temos [máscaras], mas é tão difícil usar máscaras que aquilo, porque a respiração já é tão... (risos) eu tinha e cheguei a usar, mas aquilo não dá jeito de qualidade nenhuma. Aquilo não dá jeito, depois eu usava óculos, depois às vezes eu já os tiro porque o pó é muito, mas a noite toda fazia-me muita diferença à cabeça.

### **Eu ficava toda assada**

Os do campo são mais complicados que os brancos, fogem mais, como estão habituados a vir à rua... esses passam por cima da gente e arranham muito também... Eles, os do campo têm umas garras mais afiadas, porque eles estão habituados a vir à rua esgravatar. E os brancos também têm, mas coitados estão ali naquele espaço limitado, aqui é só “comer e vê se engordas” nem sequer têm muito tempo...têm unhas e também aleijam, pronto... eu andei sempre de luvas, eu tenho uma pele muito sensível, sempre tenho trabalhado no campo e assim, mas nunca ganho calos, ganho assim estas coisas [mostra-me as mãos], mesmo as minhas mãos, ó!, estão sempre transpiradas... e eu debulho-me toda, debulhava-me toda! Eu se andasse uma hora ou duas sem luvas “Ai! Esqueci-me das luvas no carro...” e até pôr o pessoal a trabalhar, até ver se esta porta se abria, se aquela não sei quê, andava ali um bocado sem luvas, quando chegava a pô-las aqui assim ficava logo toda debulhada, e aqui assim, eu cheguei a comprar pomada daquela do rabo dos bebês, do assado, ai! eu gastava frascos daquilo! Tinha que dormir noites quase assim [com os dedos abertos] que eu não conseguia... porque aquilo eu ficava toda assada, debulhava-me toda, porque aquilo tem um... o estrume dos frangos é muito ácido, pronto há pessoas a quem não faz diferença, a mim queimava-me a pele toda (risos) era muito complicado...

### **Aquele peso da água em cima**

Não é fácil, cheguei a sair de casa muitas vezes de Inverno a chover, água que Deus a dava, molhávamos todos, porque depois é assim tem que haver uma pessoa, o camião encosta à porta, e as pessoas que andam, encosta o máximo, mas há sempre meio metro, e a beira, aquilo tudo, e as pessoas que andam a apanhar andam dentro do pavilhão e há ali um espaço, quarenta centímetros, um metro, que tem que haver sempre ali uma pessoa que está ali certa a passar os frangos todos de quem apanha para quem os carrega. Por norma é um homem, mas cheguei a estar lá muita noite eu, a chover sempre sempre, que eu não havia pecinha de roupa nenhuma que eu tivesse... eu tinha uma capa de chuva, um oleado, mas tantas horas aquele peso da água em cima, não havia nada que estivesse seco.

### **Estou quase como comecei, não quer dizer que tivesse grandes altos, mas já tive algumas baixas grandes**

Eu quando comecei, comecei a apanhar como... não sei se é funcionária normal que se diz, mas pronto, na equipa da apanha, depois com o tempo foram-me dizendo “não sei quê, que precisavam de motoristas” e essa parte foi mais complicada ainda, porque a parte de ser motorista não é só conduzir. Eu fui, não que gostasse muito de andar como motorista ou como chefe de equipa ou como queiram que lhe chame, foi mesmo porque precisava! (risos) Hum... precisava mesmo, foi uma situação, a minha vida não está fácil, eu acho que estou quase como comecei, hum... não quer dizer que tivesse grandes altos, mas já tive algumas baixas grandes. O tempo que eu andei como motorista, estive legalizada, tinha direito às férias, tinha descontos para a Caixa, tinha o subsídio de turno porque trabalhava de noite... nada exagerado, era o trabalho que era, mas estava no contrato. Eu naquela altura estava a ganhar... era 650€, tinha a carrinha, tinha o telemóvel, tinha subsídio de turno e tinha outro subsídio qualquer, já não me lembro o que era... Portanto, ia parar perto dos 800€, à volta disso... Não era mau, deu-me para me desenrascar ali uma fase complicada (risos), que já estava com algumas situações pendentes hum... pronto, mas posto na balança o trabalho e o dinheiro, não era bem pago. Porque era muito trabalho, o esforço e a responsabilidade. Não estou a dizer assim “ah, não está contente com o coiso”. Não é isso, e eu já sabia que era assim quando fui para lá. Mas era muita hora... eu cheguei a fazer dezasseis e mais horas, porque eu saía às quatro da tarde e cheguei a entrar às onze da manhã do outro dia. Eu ia toda partida. Era ao mês, o mês



era o mês, era sempre do mesmo tamanho (risos), aquilo não tinha as quarenta horas semanais (risos) não havia, isso não estava no contrato (risos). Essa parte não era contabilizada, e tanto que para os outros acho que não era contabilizada, e ainda hoje não é contabilizada na mesma, é pronto, quem anda à unidade é aquela unidade. Se for para muito longe, pode andar muito longe para ganhar vinte euros. Se for para perto, pode ganhar os mesmos vinte euros em cinco ou seis [horas]. O caminho não conta. E quando é legalizado, também não conta, porque tens que fazer na mesma, não ganhas mais por isso. Por isso quanto mais tempo andares, mais horas estás fora de casa, portanto o ordenado é o mesmo. Quando nós fazemos quase duas horas de caminho, vamos para BC, portanto eu ia de LF até chegar a EG são dezoito quilómetros, até chegar a MD são uma carrada deles, sem auto-estrada, vamos sempre pela nacional, que isso auto-estrada os patrões não pagam, só pagamos nós e isso também não adianta nada, e quando vamos para S, é pá, ainda é mais para cima, MD aquela parte toda lá para cima e ao domingo à tarde aí é um movimento terrível, hum... porque esse trabalho faz-se de noite e é de véspera, porque o matadouro, pronto o matadouro da A, e naquela altura mais, o da B e o da C e outros assim também faziam isso, começavam a abater à meia-noite de segunda-feira, portanto para eles começarem a abater à meia-noite de segunda-feira, já nós tínhamos de ter saído de casa há uma carrada de horas e os motoristas, para o carro estar já carregado e já estar lá para abater. Eu ia buscar as pessoas de dia, porque quando se fizesse noite já tínhamos que estar à porta do pavilhão para apanhar o frango, por isso é que eu estou a dizer que ao domingo almoçávamos e eu ia-me embora. Eu cheguei a ver os meus filhos, na altura andavam os dois na escola e quando o meu filho... o autocarro lá na aldeia é às sete horas para vir para EG e eles vinham para a escola, e eu às sete horas ainda não estava em casa! E depois se eles não tivessem tarde livre, por exemplos o J. esteve dois anos que só tinha tarde livre à quarta-feira e então eu só o via ao domingo e à quarta-feira, porque ele vinha no autocarro das cinco, chegava a casa às cinco e meia cinco e quarenta, a essa hora já eu não estava lá, (risos) já tinha ido embora outra vez.

#### **Aquelas horas que ia a casa...**

E depois havia as reuniões da escola aqui em EG, quando era lá na aldeia às vezes eu ainda falava com a professora e não sei quê, por norma é à tarde, no fim das aulas, por norma a essa hora eu já não estava cá! (risos, suspiro). Depois eu lembro-me, falei com... nessa altura era... nós chamávamos-lhe a M, foi também acho uma pessoa muito acessível, eu contei-lhe e ela conhecia e disse assim “não tem problemas, vem falar comigo à hora que puder, da parte da manhã x e x dias eu tenho este tempo livre e vem” sim, senhora, “tava-me a facilitar muito, mas essas duas três horas que eu vinha eu não dormia. Tinha que dormir, tinha que lavar a roupa e fazer a comida. Aquelas horas que ia a casa... (risos) era um segundo trabalho! E foi, foi... foi assim muito stressante. Foi mesmo muito muito stressante. Mas na altura, também, e hoje também não está fácil, e eu não podia dar-me ao luxo de dizer “olhe eu não quero ir para aí porque eu não me aguento”. Pronto, e depois havia as outras partes, era preciso mudar o óleo à carrinha, era a motorista que ia mudar o óleo à carrinha, embora, não era eu que pagava, o patrão dava-nos o nome das oficinas que tinha em acesso, fundia-se uma luz era ao electricista que tinha de ir. Quando havia de dormir, que era para depois à noite estar tudo ok, pronto, era todo este processo que se calhar para um homem era o emprego dele dormia três ou quatro horas e andava, porque eu se dormisse três ou quatro horas descansada tudo bem, mas eu nessas três ou quatro horas antes de me ir deitar punha a máquina a lavar, quando me levantava estendia a roupa, tirava algo do frigorífico, da arca a descongelar, depois punha a fazer, pronto, eu não descansava essas quatro horas... portanto a igualdade de trabalhos eu acho que sim... eu não considero que deixei de fazer hum... como é que eu hei-de dizer? A minha parte no trabalho por eu ser mulher, mas era muito mais pesado para mim ser mulher e andar lá do que para um homem que

não tivesse alguma responsabilidade. Como se calhar para uma mulher, não sei, mas... pronto, também não estou contra a ter a minha família e gosto dela e era por ela que eu lá andava também! Porque era muito complicado a entrada na escola e essas coisas e eu saber: “onde é que eu vou buscar dinheiro para os livros?” (silêncio) Não é fácil. Ou por exemplos, a conta bancária está a zeros, o mês ainda vai lá não sei para onde, trabalho não sei onde é que há (silêncio) e o frigorífico vazio... não é fácil (silêncio).»

#### **Um calo de estrume nos joelhos e o frigorífico vazio...**

Para a Margarida, o primeiro trabalho pago foi, com uma perna em cada rego e uma mão para arranjar a erva de cada rego, na monda da ervilha. Era ainda uma menininha.

Seguiram-se-lhe inúmeros trabalhos penosos, dolorosos física e intelectualmente. A «manipulação de aves», nome que percebe como demasiado faustoso para um trabalho que era o que era, foi aquele em que se aguentou mais tempo. No desenrolar da conversa, das explicações sobre o que fazia, a descrição dos gestos do trabalho monopolizou muitas vezes o discurso, como se esta descrição permitisse exteriorizar as dores que o trabalho inflige – os braços que numa noite se levantam vezes sem conta; o corpo dobrado; a dor de costas que de tão insuportável obriga ao arrastar-se pelo chão (eu já não conseguia de maneira nenhuma, andava de joelhos, eu trazia um calo de estrume nos joelhos, que eu já não conseguia andar de posição nenhuma); a cabeça que, apesar do calor, do cansaço, do cheiro, tem de funcionar; o peso da chuva que gela o corpo e o dos bichos que, vivos, se debatem... o sofrer na pele, a ponto de se debulhar toda.

Cansada, com os filhos já criados, a Margarida acabou por desistir. Substituída por outros que têm ainda a juventude para vender, respeitada no lugar onde nasceu e vive, com uma família, uma casa, trabalho, longe dessa categoria inóspita que é a dos excluídos, relembra-nos que as desigualdades sociais não são fruto de um momento de excepção na vida política e económica de um país, mas que, ao contrário, exaurindo uma parte da população, privando-a, fragmentando a vida que lhe pertence, consoante o que o momento histórico permite, elas estruturam e mantêm as sociedades capitalistas. ●





André Luz. 5-4 Torres (2014)

# A experiência reiterada da rejeição socioespacial perspectivada a partir de um bairro do Porto

JOÃO QUEIRÓS Sociólogo, Instituto de Sociologia da Universidade do Porto e Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto.

Realizada no início de 2010, aproximadamente ano e meio depois do anúncio oficial pela Câmara Municipal do Porto da decisão de demolir o Bairro do Aleixo, considerado pela autarquia o «mais degradado e problemático» bairro camarário da cidade, a entrevista a J.P., 70 anos, casado, motorista de pesados de mercadorias reformado, residente há três décadas e meia naquele espaço habitacional portuense, foi uma das primeiras oportunidades que me foi oferecida de apreciar a receção e efeitos locais de um rumor enfim tornado facto – o de que em breve se iniciaria o processo de desalojamento das famílias residentes, visando o esvaziamento dos fogos e a posterior demolição das cinco torres do bairro.

Elemento sempre presente nesta e em diversas outras das entrevistas que realizei no Aleixo entre 2010 e 2012, a demolição iminente do bairro construído pela Câmara Municipal do Porto em meados da década de 1970 para realojar famílias provenientes do centro histórico desalojadas em virtude das operações de renovação urbana então iniciadas naquela área da cidade depressa centrou atenções e colonizou discursos, colocando o sociólogo interessado na história e vida locais perante a difícil tarefa de tentar perceber de que modo os relatos dos moradores estavam a ser transfigurados pelas reações ao anúncio da demolição e pela aproximação da possibilidade – ou da realidade – do desalojamento. Entrevistas como a de J.P. ajudaram-me, entretanto, a perceber que a agitação gerada pelo anúncio da demolição do bairro não teria de ser um problema, podendo antes ser encarada como uma oportunidade de recolha de elementos empíricos sociologicamente relevantes. Com efeito, as emoções espoleadas por aquele anúncio, evidenciadas em posturas, gestos, interjeições e racionalizações discursivas mais ou menos elaboradas, correspondendo à reabertura de «feridas» antigas, evidenciavam, sobretudo no caso dos moradores mais velhos, as marcas profundas dessa «violência inerte da ordem das coisas», a violência que está inscrita nos mecanismos implacáveis dos mercados escolar e de emprego, do funcionamento do Estado e das políticas de habitação, do racismo de classe, e que se exerce com especial vigor sobre aqueles que se concentram nos lugares da rejeição socioespacial e que, em virtude desse facto, experimentam o «efeito de destino» inscrito na pertença a um grupo estigmatizado<sup>12</sup>.

Em diversos momentos da entrevista, a iminente demolição do bairro é o mote a que J.P. recorre para demonstrar como a respetiva «degradação», hoje apresentada como justificação para o «inevitável» derrube das torres, é produto de opções políticas e corolário de um processo de abandono favorecido – quando não objetivamente promovido – pelo Estado. Ou para expor o rol de «promessas» incumpridas a que os moradores foram sendo sujeitos – das promessas de regresso às habitações renovadas do centro histórico às promessas de salvaguarda e requalificação do bairro avançadas por Rui Rio no início do seu primeiro mandato camarário, passando pelas sucessivas promessas de provisão

<sup>12</sup> Pierre Bourdieu, «L'ordre des choses», em Pierre Bourdieu (dir.), *La Misère du Monde*, Seuil, Paris, 1993, p. 133.

de novos serviços e de realização de obras de reparação dos edifícios e habitações. Ou ainda para reafirmar a persistência e transferibilidade do estigma que impende sobre todos os que habitam os mais depreciados contextos socioterritoriais da cidade («outrora a Ribeira, hoje o Aleixo»).

Em passagens como as que seguidamente são apresentadas, J.P. mostra-se contundente nas críticas que tece à Câmara Municipal do Porto – e, em especial, ao seu presidente de então – e faz questão de afirmar «não estar resignado» perante o que a edilidade no verão de 2008 anunciou para o bairro; mas há nas linhas e entrelinhas do seu discurso sinais evidentes do desgaste que a experiência reiterada da relegação socioespacial, acentuada neste caso pela marginalização política, inevitavelmente produz.

Para os mais velhos moradores do Aleixo, a realidade de todos os dias não é apenas a do inevitável declínio físico, mas é também a da desvitalização social: por força da invalidez ou da reforma, a ligação com o universo do trabalho está perdida; aliás, tal universo não é hoje, na maior parte dos casos, senão uma memória de um passado sem continuidade; quanto ao espaço público do bairro, ele é agora percebido como hostil e perigoso e tende, por isso, a ser evitado, em especial desde que passou a estar parcialmente colonizado pelas atividades ligadas ao consumo e tráfico de drogas; em redor do bairro, o cerco da «habitação de luxo» e dos «condomínios fechados» aperta-se, alterando as referências que faziam a velha Lordelo do Ouro; retomar a ligação com o centro histórico não é opção, já que a zona há muito «não é o que era».

Num tal quadro, a política poderia funcionar como esse espaço de reconhecimento e restituição de (auto)estima capaz de proporcionar às classes populares os meios para «aparecer», rompendo com a relegação e mesmo a invisibilização a que crescentemente têm sido votadas pelas formas necessárias, «legítimas», para existir na cultura pública. Quando, porém, as instâncias e agentes estatais agem precisamente no sentido do aprofundamento dessa relegação e dessa invisibilização – ao abandonarem ou, talvez pior ainda, ao regressarem a estes espaços sociais para, com o seu poder classificatório, juntarem a estigmatização «autorizada» do Estado à subalternidade quotidianamente experimentada pelos grupos que os habitam –, então a política reduz-se a atividade de «soma-zero», com os mesmos «ganhadores» e «perdedores» de sempre.

As narrativas ordinárias acerca do aparente «individualismo», «desinteresse», «apolitismo» e «passividade» das classes populares na cidade contemporânea deixam obviamente por questionar os fundamentos da periferização social destes grupos. Porque «o social é um mediador constante do fracasso de cada um», se faltam as oportunidades e os meios para se aparecer de forma apropriada, positiva, integrando espaços de relações sociais capazes de proporcionar autonomia e realização pessoal e coletiva, então recluir o contacto social é perfeitamente compreensível<sup>13</sup>. Ampliando-se esta «agorafobia socialmente constituída»<sup>14</sup>, não será, entretanto, de estranhar que nos contextos mais deserdados da cidade se reforcem processos de produção social de autênticas «identidades negativas»<sup>15</sup>, se generalizem sentimentos de indignidade e ressentimento e que, enfim, aumentem a tensão nervosa e as respostas de stress e ansiedade, transcritas ora em ocasionais e aparentemente aleatórias erupções públicas de frustração e raiva, ora, mais frequentemente, no silêncio sofrido do confinamento doméstico.

<sup>13</sup> Simon J. Charlesworth, «Understanding social suffering: a phenomenological investigation of the experience of inequality», *Journal of Community & Applied Social Psychology*, 15, 2005, p. 311.

<sup>14</sup> Pierre Bourdieu e Loïc Wacquant, *An Invitation to Reflexive Sociology*, Polity Press, Cambridge, 1992, p. 74.

<sup>15</sup> José Madureira Pinto, «Considerações sobre a produção social de identidade», em *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 32, 1991, pp. 228-229.

### «O primeiro fruto foi bom... vai-se deitar ácido na raiz da árvore?»

*Eu sou das pessoas que... Bem, eu resignado não estou. Eu tenho uma convicção que, se houver uma lei que venha buscar o atrasado, desde que isto começou, e como foram as promessas... não eram promessas, eram leis! Se fossem buscar isso, nós estaríamos sempre garantidos aqui e a Câmara tinha que fazer aquilo que ficou prometido, desde o princípio até agora. Mesmo que seja já pròs nossos [filhos ou netos], isto tinha que se manter. Nem que tivesse que haver... mediante as possibilidades de cada um, que agora também já há pessoas aí que podem, em vez de cinco, pagar sete, em vez de sete, pagar dez, mas... também queremos ver os resultados. Porque ainda agora se viu: vêm mais uns milhões que vieram pròs bairros e o senhor vê este caso d[uma] Iniciativa Bairros Críticos no Bairro d[um] Lagarteiro, o problema que está a dar. E porquê? Onde estão os milhões? A Câmara do Porto também encaixou os milhões. Onde é que está? Está a dar agora umas lavadelas... Já se vê ali no [Bairro de] Pinheiro Torres. Andam lá. Pelo menos, eu vejo aquilo tudo vedado. Com certeza que também veio prò Bairro do Aleixo! (...) E os milhões estão aonde? Porque com certeza que também veio [dinheiro] prò Aleixo, o nome do Aleixo deve lá estar também. Sabe o que é? Prò senhor Rio já não existe Aleixo. Existem outros; sabe que esses [bairros] vão ficar e este ele tem uma possibilidade de o deitar abaixo. Sabe? Julga-se... E, não sei, se houvesse uma lei, digamos, que mandasse mais do que ele... Isto está aqui [bate na mesa], vamos buscar isto desde que enraizou. Vamos ver como é que a árvore começou e qual o fruto que primeiro deu? Deu bom. Então, o fruto está mesmo bom e o senhor quer deitar ácido na raiz da árvore, pra ele se enterrar por aí abaixo? Não senhor! Mas não estou a ver esse poder noutro lado... Será que todos vivem do mesmo? É o que se vê. É o que se vê. É o que se vê! Porque estes terrenos dão um tanto por tanto sobre o metro quadrado...*

*Mas acha que vai ser fácil...?*

*Vai ser difícil... (...) Eu estou convicto que, daqui, só prò cemitério, mas daqui por muitos anos, se eu tiver saúde. Que eu agora ando a fazer hemodiálise... (...) De maneira que, eu já disse à minha mulher: «Não nos vamos chatear. Nós é que vamos abaixo, nós e muita gente. Quanto a isto... deixa andar! Ele em 2013 tem de sair, vai dar mais três ou quatro, e já são doze, e os nossos anos também vão passando e vais ver isto ainda em cima. Deixa andar assim, deixa andar...». E ela: «Ah, mas já andam pessoas aí...». «Deixa andar. Nós, quando formos, também têm que nos dar uma casa, e não é uma casa assim qualquer. Não é vai pràqui, vai pracolá. Eu já não posso, tu também já não podes, por isso...».*

### «No Aleixo não são todos iguais, mas, lá está, é o Aleixo»

*Se fosse a Câmara a realojar, isto já estava comprado, mas parece que é o consórcio que tem de realojar, o próprio consórcio [detentor da parte maioritária do fundo imobiliário criado para concretizar a operação de demolição e reconversão urbanística da área]. Eles já foram fazer aí um rastreio, que eu soube, (...) e ainda só havia duzentas e sessenta e tal casas [para realojamento dos moradores do Aleixo], salvo erro, pelo que eu li. Ora, são precisas trezentas e tal. Mas é preciso vermos que já também se ouvem bocas. Quem mora na rua de Mouzinho [da Silveira, no centro do Porto], quem mora em... coisa, também diz assim: «Quê?! Vêm do Aleixo pràqui?! Vem pràqui a droga?! Não é assim... Não, nós não queremos!». Não é como aqui. Aqui, aceita-se tudo. Sentem dificuldades em realojar, claro. Porque antigamente, eu ainda me lembro, a gente ia procurar trabalho, se dissesse que éramos da Ribeira, uii, não ajeitávamos trabalho. E a Ribeira tinha má fama porquê? A Ribeira tinha má fama porque eles vinham doutros lados e, de qualquer maneira, não sei como era, vinham aparecer à Ribeira. Iam presos por isto ou por aquilo... «Donde é?». «Da Ribeira». Mas não eram da Ribeira. Vinham morar pròs quartos mobilados da Ribeira. Se perguntasse:*

«Donde é?». «Sou da Ribeira». «Onde nasceu?». «Ai, eu sou de Baião». Ou «Sou de Cinfães». «Então, o senhor não é da Ribeira». E a Ribeira começou a ter má fama. Perguntava-se: «De que freguesia? S. Nicolau? Vitória? Miragaia?». E não era. Mas, lá está, é a má fama. Como aqui: começou a ter má fama também. Eu, se procurar trabalho, «Do Aleixo?!». Porquê? Porque o Aleixo começou a ter a má fama quando começou a aparecer a droga. Até, inclusivamente, já havia táxis que não queriam trazer uma pessoa ao Aleixo, e no Aleixo não são todos iguais, mas, lá está, é o Aleixo. É o Aleixo. É por isso que, às vezes, se houvesse qualquer coisa: «O senhor onde é que mora?». «Na rua de Carvalho Barbosa». «Isso fica...?». «Em Lordelo do Ouro». E diziam: «Aí não é o Bairro do Aleixo?». «Não sei, moro na rua de Carvalho Barbosa, entrada tal, piso tal, casa tal, Lordelo do Ouro. Se é Aleixo, isso já não sei». E ali na Ribeira era a mesma coisa. (...) Mas também só começaram a dizer mal disto quando começou a haver esta porcaria, que ò primeiro isto aqui era tudo muito sossegado... Quando começou a aparecer ali aquele focó, isto é como em todo o lado...

### «Qualquer dia, temos de fazer um calendário de onde desaparecemos»

Mas, lá está, isto se tivesse um... O senhor presidente da Câmara, se tomasse uma atitude, isto desaparecia, isto limpava-se, limpava-se, sim senhor! Isto limpava-se! Não me digam que se tivesse, por exemplo, aqui uma esquadra... Bastava só manter a lei! É isto, é isto. Chamava à atenção, castigava, prontos, era uma lei como antigamente. O caso, como eu há bocado disse ao senhor: eu fui preso por andar descalço! Porquê? Porque não se podia andar descalço. A minha mãe foi presa por falar mal. Porquê? Porque não se podia falar mal. A outra porque andava... foi prà esquadra. Porquê? Porque andava a lavar a porta. Não podia. A outra foi porquê? Porque estava a sacudir as toalhas e as carpetes na varanda, a deitar o lixo cá pra baixo. A polícia via, atuava logo. Aqui, o senhor vai a passar, leva com uma saca cheia de comida ou assim... Porquê? Não a podem trazer na mão, como eu trago, e pô-la nos latões? (...) Se houvesse uma lei que impusesse, isto era obrigado a endireitar. Então, se a lei existe!... O senhor Rui Rio punha aqui uma lei e isto estava direito. Ele não pôs lei porque a lei dele agora é pôr isto abaixo. A lei dele é o dinheiro. É isto. É pôr-lhe a mão por cima do cachaço, do senhor Rui Rio, que ele assim merece, em cima do cachaço, que é um homem sem palavra... Se ele fosse um homem digno da sociedade humanitária, ele verificava que estão aqui pessoas humanas, estão aqui pessoas humanas, estão pessoas que vieram pràqui estes trinta e tal anos, daqui estão prontas pra ir prò cemitério amanhã, mas querem morrer condignamente, na sua casa, e não serem espoliados, espoliados duma coisa que lhes foi dada. Aqui, praticamente, ao sairmos do Barredo, uma vez que fugiram à promessa [do regresso ao centro histórico], e que nos meteram aqui praticamente no cemitério, era bom que nos deixassem morrer aqui. Já que não nos deram a ida prò nosso, pra lá, pra irmos prò cemitério que nos pertence, puseram-nos aqui pra irmos prò cemitério daqui, agora vai-nos pôr aonde? É pra conhecermos outra área de cemitérios? (...) Ele agora vai-nos ajeitar outra morada. Nós, qualquer dia, temos família em todo o lado. Nem sabemos... Temos de fazer um calendário de onde é que desaparecemos. Porquê? Porque, com pessoas assim, sem palavra, a gente nunca sabe. Olhe, eu já estou pronto pra ir. Mas não queria sair daqui, não queria sair daqui, e estou convicto de que não saio daqui. Daqui sairei prò cemitério. Eu e os meus. Porque a lei vai-se impor e o senhor Rui Rio não vai... Isto só vai quando Deus quiser, quando Deus quiser é que isto vai abaixo. Mas isso é quando ele quiser, ele não quer e isto ficará. O meu Barredo antigo é que era bom, mesmo com a miséria e a fome, nós éramos uma família, a gente cá nos íamos remediando uns com os outros. Agora... Isto veio alterar muito também, a vida é outra, mas eu também já não estou pra isso, já sou velhinho, velhinho não, só tenho setenta anos... Miséria que passei, fome... É por isso que eu... Vou com os trastes para onde, agora? Os trastes já estão como eu – quando lhes tocarem, cai a perna da mesa, cai... eu sei lá! É a vida...

No dia 12 de abril de 2013, dezasseis meses depois da demolição da «torre 5», a primeira das torres do Aleixo a ser demolida, o prédio onde J.P. vivera desde meados da década de 1970 foi, também ele, derrubado. Havia várias semanas que o edifício se encontrava vazio. Durante o ano anterior, as famílias ocupantes haviam sido chamadas aos serviços da empresa municipal responsável pela administração do parque habitacional camarário e transferidas para outros bairros da cidade. Desconheço o paradeiro de J.P., como desconheço o paradeiro de outros moradores, da mesma ou de outras torres, que entrevistei entre 2010 e 2012 e que entretanto abandonaram o Aleixo. Perante esta realidade evanescente, não me resta provavelmente outra alternativa que não seja a de criar, eu próprio, para prosseguir a investigação, um «calendário» dos «desaparecimentos»... ●

# A escolha de Vitória: trabalho doméstico e os equívocos da moral burguesa

**NUNO DIAS** Sociólogo, investigador no Dinâmia'CET, ISCTE-IUL e Professor Auxiliar Convidado do Departamento de Sociologia da FCSH-UNL.

Há uns anos atrás, uma jornalista, chamemos-lhe f., espantou-se com mais uma desarmonia entre os costumes dos países nórdicos e os costumes do recorte de classe média que habitava no Sul da Europa – o da inexistência de trabalhadoras domésticas nos, como lhes chamou, «países ricos» do Norte da Europa. Mais impressão do que investigação, esse espanto alimentou uma pequena controvérsia em meia-dúzia de blogs, que se regenerou numa discussão mais importante sobre os limites analíticos da classe média e sobre qual o peso da variável «empregada doméstica» na operação de avaliação sobre quem pertence e quem está fora da ubíqua categoria. Nessa altura, a jornalista argumentava que a prosperidade não é mensurável somente pela propriedade de bens materiais e que a terceirização do trabalho reprodutivo era tanto um direito quanto uma marca de desenvolvimento que permitia justamente produzir tempo e, por conseguinte, acrescentamos nós, mais-valia. A polémica diluiu-se entre considerandos, de universalidade duvidosa, de que a realidade do serviço doméstico também se fazia de profissionais liberais, que ganhavam mais à hora do que alguns jornalistas de redacção, e cujo aumento podia ainda ter como consequência a descida dos salários médios do país. A discussão sobre o serviço doméstico, e as condições sociais que historicamente o permitem, enquanto um tipo de relação laboral em estreita relação com sistemas sociais caracterizados por desigualdades socioeconómicas cavadas – que hoje, ainda assim, mantêm as remunerações médias do sector independentes da culpa fantasiosa da dita classe média – ou ainda sequer sobre a desvalorização do trabalho de redacção, ficou por fazer.

Recentemente a questão surgiu, novamente sublinhada por f., ainda intrigada com o que entende ser a essência particular deste fragmento da realidade social e das relações laborais. A perplexidade primeira, essa, derivava de um incómodo percebido em torno da ideia de recurso à terceirização das tarefas domésticas por parte de uma contingencial classe média que se formava no país de f. Hoje, legitimado o *modus vivendi*, as ambiguidades incómodas do serviço doméstico são experimentadas em outro terreno. Naqueles em que aparentemente ainda é legítimo discutir se a relação entre uma empregada, que vende a sua força de trabalho, e um empregador, que acorda com essa empregada um período de tempo pelo qual manterá os seus serviços, e o valor a pagar pelos mesmos, merece estar sujeita ao código do trabalho. Neste ponto, a classe média, cada vez mais agredida nos direitos conquistados nos seguintes ao fim da ditadura, parece vacilante em reconhecer o direito de segmentos particulares do mercado de trabalho a serem incluídos no espaço protegido pelas mesmas regras que são, hoje ainda, o último reduto na defesa dos seus direitos laborais.

Tem sido neste chão, encardido pela crise existencial de uma classe média que recusa assumir-se pequeno-burguesa, que se continua a produzir a invisibilidade do sector do serviço doméstico e a emudecer-se a voz das empregadas domésticas enquanto trabalhadoras. Por outro lado, repetem-se e reciclam-se os discursos em torno das afinidades electivas que ligam patrões e empregadas, ora pronunciadas enquanto marcas autênticas da proximidade emotiva que desvaloriza a necessidade do





vínculo; ora, suspeitosas, justificadas pela ideia inquietante, para o patrão, do poder mudo das empregadas, aquele que repousa por debaixo do suposto acesso incontrolado à sua intimidade e anonimato.

A história que Vitória, empregada doméstica, migrante, desempregada, mãe, nos conta sobre si, sobre quem é e de onde vem, é memória e testemunho tanto de um tempo histórico, que se estende até aos dias de hoje, em que o valor do trabalho continua a ser subtraído a quem o executa, quanto de uma condição, de um lugar profissional que tem cor, tem gênero e tem a marca de classe do insignificante.

#### **Podemos começar, Vitória?**

*Nasci em São Paulo, em Fevereiro de 1956. Venho de uma família em que a minha mãe já era doméstica. Eu já fiz de tudo, fui babá, já fui ama de leite – tinha uns filhotinhos que só vinham para mamar. Sou empregada doméstica desde os 7 anos. Desde que eu trabalho. A minha mãe me disse: «você não tem pai, não tenho tantas condições assim e temos de trabalhar ou se morre de fome». O meu avô foi escravo e a minha avó (mãe da minha mãe) foi cria de fazenda. Sabe o que era? A minha avó era diferente porque aprendeu a bordar, a costurar, a servir à mesa. Viveu sempre dentro de casa, à mesa. Era uma filha adotiva a quem a senhora deixou as outras negras dar o peito. Ela viveu na fazenda até casar. O meu avô, que já era viúvo, tinha ido levar um recado do dono da fazenda onde trabalhava à fazenda onde estava a minha avó. No regresso ele falou com o patrão dele dizendo que tinha gostado de uma menina. Viram-se só três vezes na vida antes de casar. O patrão dele aceitou falar por ele com os senhores da outra fazenda que deixaram ela casar. Ela quando chegou o meu avô já tinha sete filhos e ela teve mais sete. Eu sou filha da segunda filha da segunda esposa do meu avô.*

#### **O seu avô nasceu ainda escravo?**

*A lei áurea vem libertar todos os escravos mas é antes, com a lei do ventre livre, que se vem interromper a escravatura. Mas as coisas não mudaram logo... Mas quando deixaram de ser escravos, e essa é que é a grande briga dos negros brasileiros... eu faço parte de um grupo de «consciência negra» no Brasil que trabalha essas coisas. É que ficamos sem referências, por sermos escravos, quando foi a libertação todo o escravo tinha que ter um sobrenome, não tinha nome, tinha que ter o que vocês chamam de apelido e não tínhamos apelido. Por exemplo, eles cismaram que o meu avô tinha que se chamar Ismael e ficou Ismael, mas com a «lei da princesa» tinha de ter um apelido, e então cada senhor colocou um apelido no seu escravo e então o meu avô ficou com o Ferreira porque os donos dele, o sobrenome era Ferreira e é por isso que eu sou Ferreira, mas eu não sou uma Ferreira, eu devo ser de uma tribo africana com qualquer outro nome, mas ficou assim e foi por aí fora (o Ferreira).*

#### **De que região é a sua mãe?**

*A minha mãe nasceu em Minas Gerais. O meu avô não sabia fazer outra coisa. Com a liberdade houve muitos escravos que não foram embora. Se fosse para a cidade não sabia o que fazer. A vida toda foi trabalhando na roça, na luta não é? Viviam em sanzala e depois parou de viver em sanzala. É que eles tiveram o privilégio de ter bons donos que deram uma casinha para cada um, cada um fez a sua casinha com a sua família. Ele não tinha para onde ir. Esse que é o maior problema da maioria dos negros brasileiros, que quando veio a liberdade não foi como em outros sítios onde os donos deram um pedaço de terra, condições de vida. O negro brasileiro ele não teve condições. Ele ficou livre, foi como se tirasse um bicho da selva, domesticasse ele e de repente por um acaso não quisesse mais ele. De repente vem a liberdade, mas sem direito a nada. Sem terra. E eles não tinha dinheiro para comprar. E também não ganharam dos seus donos. Alguns ganharam, outros não. A maioria não ganhou, não tinha para onde ir e pronto continuou ali.*

#### **Que trabalho é que faziam?**

*Era o trabalho escravo. O horário do escravo era levantar às cinco da manhã para ir para a roça para quando os seus senhorios acordarem já estar tudo trabalhando. Às cinco da tarde acabava, tomavam banho e voltavam para a sanzala onde tinham um pratinho de comida. Foi aí que nasceu a tal famosa feijoada brasileira. Nasce aí, do resto dos porcos. Quando se matava porco a parte nobre era tudo do se-  
nhorinho. O que sobrava era orelha, rabo, mão, aquelas coisinhas tudo que para eles não tinha interesse, focinho, e as negras, habilitadas, na hora lavavam tudo aquilo com água fervendo, limpavam, salgavam e ia guardando. E também se achava que o negro por ser negro tinha que comer o feijão preto. E acabaram por fazer bem, porque o feijão preto é riquíssimo em ferro, cálcio e tudo o mais e então o negro ficava cada vez mais forte. E foi assim que com os restos do porco nasce a linguíça e, junto com o feijão, a feijoada. Foi a essa a herança que foi deixada para os negros no Brasil.*

#### **Até hoje?**

*Com o Getúlio Vargas as coisas começaram a mudar um pouco, ele começou a exigir à indústria que começasse a empregar o negro. Eles são seres humanos, têm que sobreviver. O «consciência negra», onde estive em G., é um movimento que ensina o negro a não ter vergonha de ser negro. Por exemplo, os negros só chegaram à faculdade depois do presidente Lula. Muita gente não sabe mas o Lula é neto de uma negra. Não existe um brasileiro puro, é tudo mestiço. As minhas filhas elas são todas mestiças. O meu avô é de origem sudanesa e a minha avó é de origem angolana. Do lado do meu ex-marido vem o pai que é português e com uma avó que era da Índia. O meu pai verdadeiro eu nunca o vi na vida. Já o meu pai adoptivo, com quem eu comecei a trabalhar desde os 7 anos – ele também tinha sido adoptado por uma família espanhola – e foi ele que quando me conheceu perguntou para minha mãe se eu podia trabalhar para ele que ele me daria condições. O C. ele era uma figura pública. Foi com C. que eu aprendi tudo, ele era muito culto e tratava eu como uma filha, era a filhinha pretinha dele. Foi ele quem me proporcionou ter estudo e educação.*

#### **Nessa altura vivia com a sua mãe?**

*Sim e ele pediu à minha mãe. No começo ela não queria, ela não tinha estudo nenhum e um dia falou com a patroa dela, que não achava certo aquele rapaz e o interesse que tinha, ela confiava muito na patroa dela, elas eram muito ligadas uma à outra. E ela disse-lhe que não se preocupasse porque como C. era gay ele nunca faria mal para mim. A minha mãe nem sabia o que era isso. Mas assim foi, eu tenho como pai adoptivo C., foi uma pessoa que me ajudou muito. Foi ele que me cuidou, que me tratou e levou ao médico quando estava doente. Eu fiquei muito tempo na casa dele. Até quando eu conheci o meu ex-marido ele ficou preocupado e depois acabei até me afastando dele por causa do meu ex-marido, e... acho que não o devia ter feito.*

#### **Nessa altura onde vivia?**

*Eu conheci o meu marido na cidade de S. Paulo onde ele já tinha chegado do interior, porque ele trabalhava a terra. Foi o que aconteceu com muita gente, que migrou para as grandes capitais, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e S. Paulo. Ele depois foi estudar para conseguir melhor trabalho, o que aconteceu. Trabalhou na P. bastante tempo e depois mudou para Mato Grosso trabalhando para a P. também.*

#### **E onde trabalhava a sua mãe?**

*A minha mãe começou a trabalhar com 9 anos de idade, depois da mãe dela morrer. Eles precisavam sobreviver. O meu avô com tantos filhos, ele não conseguia. Ele aí pôe os filhos numa carroça e leva para*



as fazendas para os deixar a trabalhar. A minha mãe vai para uma família que precisava de uma empregada já na capital. Ela sai de Minas e vai com os patrões para S. Paulo. Muitos anos ela ficou com essa família. A minha mãe antes de morrer ela disse-me o nome do meu pai mas eu não tenho interesse em dizê-lo. Por um motivo simples: quando eu nasci o meu pai tinha duas mulheres grávidas ao mesmo tempo e pela sua ignorância ele disse que preferia filho homem a filho mulher. A outra mulher teve um menino e ele não quis a menina. Por isso eu nunca fiz questão de ir atrás, nunca mais quis saber. Eu pensava «eu como, eu bebo, eu calço, eu visto e outra, eu já trabalho». Eu desde os 7 anos já dava dinheiro para minha mãe no final do mês, por isso nunca consegui muito ser criança, eu sempre fui responsável. Até os meus filhos falam que eu sou meio-fria, meio-soldado. Sempre fui criada assim, como um soldado, sempre tive de cumprir ordens. Tem que levantar cedo, fazer isto, arrumar aquilo. Tinha a preocupação de fazer o meu serviço como doméstica e correr para a escola.

#### **E a sua mãe manteve-se com a mesma família?**

A minha mãe não era muito de mudar. Ela trabalhou com uma família 12 anos, com outra 5 anos. Elas eram acostumadas a ficar. Tenho uma tia que está há 35 anos na mesma casa.

#### **E era paga, tinha salário, folga, etc.?**

A minha mãe tinha o salário dela, a casinha dela, muito pequenininha, onde ia nas folgas e nas férias dela. Ela trabalhava como interna. Por exemplo, se eles viajavam no Natal ou no Ano Novo ela tinha folga, se trabalhasse nesses dias ela tinha a folga depois. Por vezes a patroa viajava e ela ficava tomando conta dos meninos, do patrão, tomava conta da casa. Os filhos do patrão vinham pedir conselho para ela, não para os pais. Na última casa em que ela trabalhou foi para a família B. Na altura o patrão ia trabalhar para os Estados Unidos e ela teve um derrame, com 63 anos. Ela morreu de avental, minha mãe. Depois de servir o café e o licor. Nessa altura eu estava a trabalhar com a minha mãe porque a casa estava sem copeira e todas as copeiras tinham dificuldade porque estas pessoas mais finas gostam que sirva o prato pelo lado direito, é à francesa, não é? E as empregadas nenhuma sabia e eu acabei por ficar lá para ensinar. Nessa noite ela preparou a bandejinha do café mais o licor que eu fui levar para o pessoal e subi para cima. Como a casa era muito grande os aposentos dos empregados eram lá para o fundo e tinha um cachorrinho que era apaixonado pela minha mãe que estava muito impaciente e quando fui na lavanderia a minha mãe estava lá com dor de cabeça... ela foi para o hospital e o médico falou que ela tinha tido um derrame e que não estava boa para trabalhar. Ela morreu pouco depois. Nesta altura tinha 22 anos.

#### **A Vitória já era casada?**

Eu sempre falava que tinha medo de alguém me querer e não querer minha mãe por isso nunca procurei ninguém enquanto tive minha mãe. Não dava muita confiança para os rapazes que passavam por lá. Mas foi nessa altura que conheci o meu ex-marido. Os anos de casado não foram muito felizes. Ele vivia só para o trabalho e depois tinha a vida dele fora de casa, teve problemas, enfim... Aí fui trabalhar com uma outra família, era uma família portuguesa, Dona M. que casou com Sr. M. que foi deputado. Ele tinha-se apaixonado pela Dona M., que era lavadeira, em casa de sua mãe. Ele foi deserdado e começaram a fazer tapetes numa garagem e começou a crescer, foi até deputado e construiu um império. Foi lá, na indústria deles, que aprendi o meu primeiro trabalho como cerzideira. Nós éramos muito amigas. A minha mãe já tinha sido cozinheira deles.

#### **E quando decide vir para Portugal?**

Eu decidi vir para Portugal porque os meus filhos mais velhos já moravam cá e a minha filha mais velha tinha feito cirurgia e precisava de ajuda. E eu vim para ficar um ou dois meses e ajudar com o meu neto mas acabei por não voltar. Primeiro porque eu gosto do lugar e sinto bem aqui, não sou «perseguida» aqui, ando sossegada na rua, tenho os meus filhos aqui, tenho os meus netos aqui, a minha filha mais velha já teve as meninas aqui, nasceram alfacinhas aqui, na Alfredo da Costa. Elas trabalham aqui, estudam aqui, a minha segunda filha está a fazer a faculdade aqui e o meu neto mais velho com 13 anos está aqui. Criado aqui. Eu não tenho mais afinidade lá. Demorei muito a tomar essa decisão, mas não volto. A única coisa que eu quero de lá é o meu filho mais novo.

#### **Qual é o seu primeiro trabalho aqui em Portugal? É como empregada doméstica?**

Não. Comecei nas limpezas para uma empresa. Estive perto de quatro anos trabalhando para essa empresa no aeroporto. Era um trabalho duro mas acabei sofrendo assédio e ficou insuportável. Tive que sair. Sem nada. Além do mais acabei tendo um acidente, uma queda, de que ainda não recuperei até hoje e que me foi dito que esse problema no joelho eu já tinha desde criança. Mais um motivo para não ter de pagar nada. Esse tempo fui paga com recibos verdes, foi aí que percebi o que era o recibo verde. É terrível. Para todos, imigrantes e não imigrantes. Porque eles te tratam como se tivesse contrato e só depois é que eu percebi que se tem recibo verde você é que é responsável por si. Mas continua a ter de entrar às 6 da manhã, a ir para onde eles querem e a sair quando eles querem.

#### **Depois de sair desse emprego o que fez?**

Olha, fiz vários trabalhos como doméstica, como interna e sem ser interna. Na maioria cuidar de idosos. Mas a situação é a mesma, ninguém te dá um contrato. Na verdade você é contratada para acompanhante mas quer ver, você acaba fazendo tudo o resto. Lavo roupa, passo, faço o café da manhã, passeio, dou banho, faço o almoço, lavo o chão, faço compras, acompanho no médico, passeio o cão e apronto o jantar. É levantar às cinco da manhã e deitar depois da meia-noite. No último emprego eu fiquei tomando conta de uma pessoa como interna por dois anos e a conversa sobre o contrato sempre ficava para o mês seguinte. Ele nunca veio. Nunca fui mal tratada mas chegou uma hora em que a pessoa de quem eu estava cuidando faleceu e aí fui sendo empurrada para fora. Me pediram para deixar a casa pronta para os herdeiros que eles depois viam o que fazer comigo. Fui posta na rua, sem casa, com cinco salários em atraso que nunca ninguém me pagou e sem ter um papel que diga que as pessoas lá me deviam os salários e as férias. Me valeram umas amigas em casa de quem eu fiquei uns meses mas chega uma altura em que você não pode mais ser peso. Acabei por vir viver com as minhas filhas.

#### **Desde então, tem conseguido encontrar trabalho?**

Vou-me virando com algumas coisas e estou à espera de uma resposta sobre um outro trabalho que será das 9h às 17h. Neste momento, no serviço doméstico não consigo encontrar trabalho com quem queira me dar contrato e o que que pagam é sem qualquer tipo de protecção. Eu estou a precisar de cuidados médicos. Estive dois anos a trabalhar para um empregador que se me tivesse feito os descontos eu teria agora outro tipo de ajuda. Mas ninguém quer, não, ninguém quer qualquer tipo de obrigações fiscais com empregada doméstica e nós ficamos assim... Agora cada vez mais... Eu não vou ficar nessa situação outra vez mas tem muita gente que está a usar essa crise para conseguir empregadas que fazem o trabalho sem reclamar por nada. ●

# No bairro da Relvinha, depois de Abril

JOÃO BAÍA Antropólogo.

O processo SAAL (Serviço de Apoio Ambulatório Local) em Coimbra não teve o mesmo impacto que teve no Porto, em Setúbal ou no Algarve. Em Coimbra, as Associações de Moradores que aderiram ao SAAL foram as do bairro da Relvinha, da Conchada, de São José, da Fonte do Bispo e da Quinta da Nora. Estes bairros estavam marcados há vários anos pela pobreza e por condições habitacionais precárias. Dos cinco, apenas um passou da fase do projecto para a de construção – o bairro da Relvinha, cujos moradores conquistaram o direito a uma habitação condigna, substituindo por casas as barracas de madeira onde viviam há 20 anos, através da autoconstrução e de ajudas externas.

A Relvinha foi sem dúvida o bairro que, no contexto daquele movimento, atingiu um grau mais avançado de organização, participação dos moradores e consciencialização. Conseguiu envolver no seu trabalho grupos de estudantes, grupos culturais, grupos como os Companheiros Construtores (com sede na R. Pedro Monteiro, que fazia trabalhos de construção levados a cabo por jovens estrangeiros a título voluntário). A ligação cidade-campo foi estabelecida com a Cooperativa Agrícola de Barcouço, chegando a ter no bairro uma mercearia onde os produtos eram vendidos.

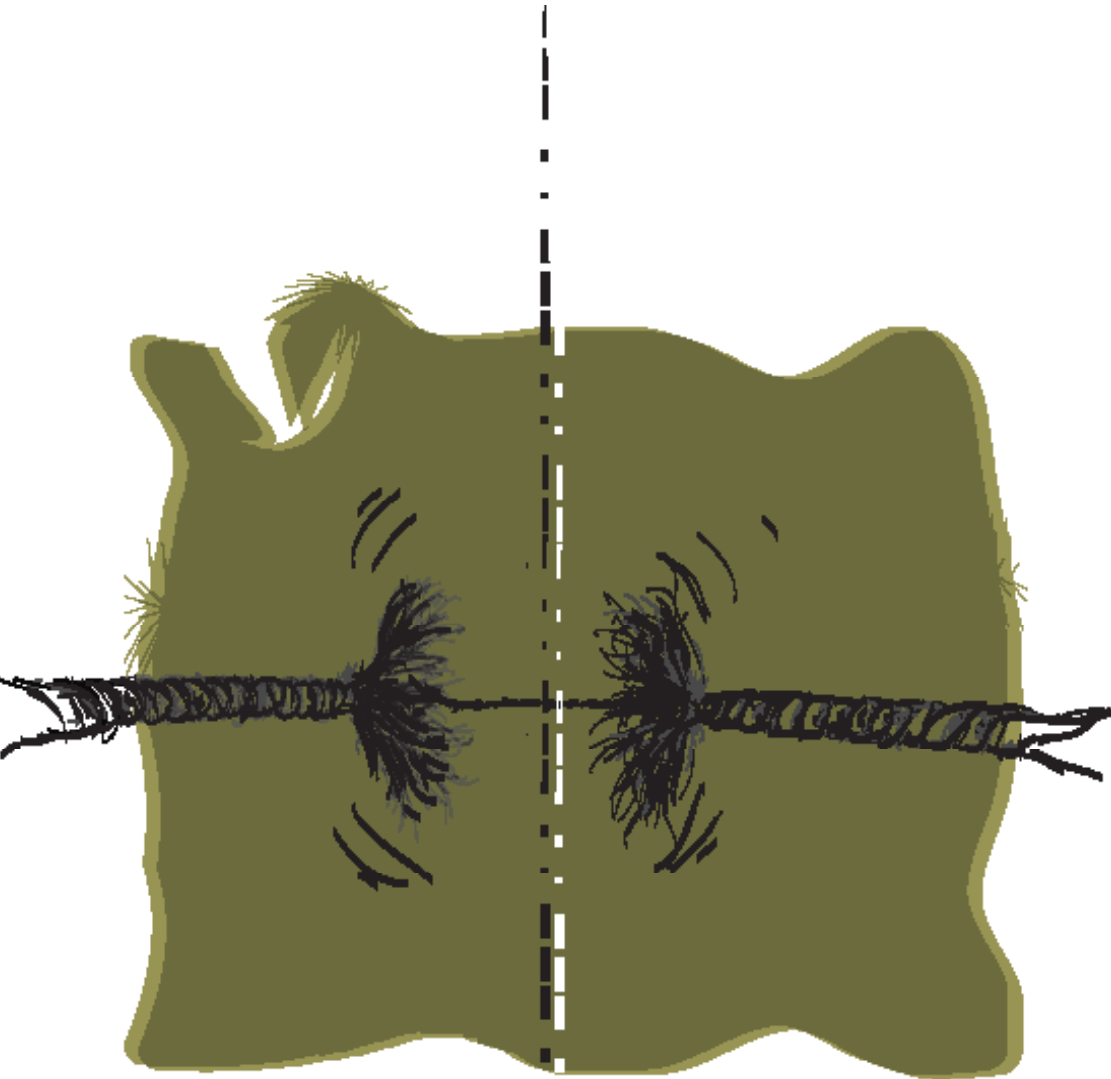
Ao longo desta investigação conclui que existia parca documentação acerca das Operações SAAL em Coimbra e sobre o bairro da Relvinha, e que para conhecer de forma mais aprofundada esta Operação e o impacto que teve nas pessoas envolvidas era fundamental recorrer aos testemunhos orais.

Vinte e oito famílias que viviam na zona da Estação Velha viram as suas casas ser demolidas em 1954 devido à construção da avenida Fernão de Magalhães. Depois de serem desalojadas e viverem em bairros camarários durante cerca de três anos, foram realojadas em 1957 pela Câmara Municipal em vinte e oito casas (barracas) de madeira, de forma provisória até 1974.

Entrevistei o Jorge em 2007 no âmbito da dissertação de licenciatura em Sociologia sobre o movimento de moradores em Coimbra entre 1974-1976 e, em 2009, voltei à sua procura para compreender melhor a importância do seu percurso biográfico para a história do bairro e a importância dessa mesma história na sua história de vida, agora no âmbito da dissertação de mestrado em Antropologia sobre as memórias dos moradores da Relvinha. A história de Jorge e a do bairro confundem-se. Desempenhou o cargo de presidente da Associação de Moradores da Relvinha vários anos, inclusivamente entre 1974 e 1976. Hoje continua a colaborar com a Cooperativa de Habitação Económica Semearelvinhas, mas não faz parte da direcção. Nestes excertos de entrevistas está presente a ucrónia, a preocupação da transmissão da memória às gerações mais novas, a aprendizagem mútua, a importância de espaços de encontro intergeracional como refúgio para se falar de política mais à vontade, numa altura em que «não se podia falar», por causa da polícia política.

## Como foi o seu percurso profissional?

*Serralheiro civil, serralheiro artístico e soldador e ultimamente mecânico, não de automóveis mas de máquinas pesadas. Corria Portugal todo, ia para Loulé, lá para cima para Viana do Castelo, na recuperação das fábricas de celuloses, cimenteiras.*



### Como era a organização interna da Associação de Moradores?

Quando se começou por formar a Associação de Moradores juntou-se aqui um grupo de rapazes. Eu comecei a chamar aí malta, juntávamo-nos ali em cima de um poste. Sentávamo-nos, conversávamos, discutíamos. «O que é que vamos fazer? Isto está mau». Formou-se a Associação. Antes disso tínhamos reuniões aí na rua e eu falava ao pessoal: «É necessário fazer isto. Eh pá, mas vocês têm força. Nós todos juntos temos força para virar isto tudo. E vocês têm que acreditar que são capazes». As pessoas ainda eram muito descrentes, com pouca cultura, aliás que é igual à minha, que não tenho nenhuma. E estavam presos ainda a costumes antiquados e o medo da repressão ainda existia. Eu dizia «temos que avançar». As mulheres manifestavam-se, diziam o que sentiam. Toda a gente falava e manifestava o seu sentimento de revolta e apoiavam. As pessoas choravam. Tudo isto foi muito bom para a consciencialização. Os moradores tinham uma revolta íntima recalçada que depois, com aquilo que se lhes ia dizendo, trouxe ao de cima tudo. As pessoas começaram a ter uma dinâmica nova, a acreditar, a ver a primeira casa a surgir e tudo. E então era toda a gente, sempre que havia reuniões, não havia problemas nenhuns. Chegávamos a uma casa e dizíamos: «Olha, vai haver reunião logo». Não tínhamos microfone, não tínhamos nada, nem instalações. Punha-me assim em cima de um degrau e normalmente era sempre eu que falava e as pessoas sempre iam-se manifestando. «O que é que tens a dizer? Vá, diz aqui...». Isso criou um espírito de solidariedade de tal ordem que as pessoas depois foram vendo que tinham todas as potencialidades para avançar e depois também isso em relação à minha pessoa criou um certo carisma que «ele é que resolve tudo» e eu insurgia-me contra isso: «Não. Vocês não podem pensar que é o Jorge Vilas que resolve o problema: é só um elo de ligação, é um indivíduo que está ligado a vocês por afinidade e por afectividade e é convosco que ele trabalha e quer fazer seja o que for. Há é pessoas com vontade ou não de trabalhar e vocês todos têm a mesma vontade e a mesma capacidade que eu tenho». Por isso é que eu nunca quis estar eternamente na direcção. Tive 27 anos como presidente, mas de vez em quando alternava para pôr pessoas novas para lhes criar o espírito de luta, porque eu entendo que uma pessoa perpetuando-se muito tempo num determinado posto ganha vícios que podem acontecer sempre em qualquer colectividade. «Ele é que faz tudo e tudo o que ele fizer está bem feito.» Não, não pode ser. Vou às reuniões porque as pessoas exigem que eu esteja presente e ficaram na direcção com a condição de eu continuar a apoiá-los e a trabalhar e eu vou lá e vou dizendo isto. As pessoas têm que pensar que amanhã ou depois este ou aquele acaba. E que por morrer uma andorinha não acaba a Primavera. Vocês todos têm que saber que têm que fazer o vosso trabalho. E eu continuo a contestar, continuo a elucidar as pessoas nesse sentido. Não pensar que este ou aquele é imprescindível. Eu já saí, a Relvinha continua e há-de continuar sempre. Há pessoas que são mais aguerridas que outras e que se entregam. Outras não tanto e depois acomodam-se quando começam a ter. Toda a gente tem as mesmas capacidades, têm é que ser desenvolvidas. Quando eu dizia: «temos que ir à Câmara» e às vezes diziam «mas o que é que vamos lá fazer?» e eu respondia: «Eh pá, vamos nem que seja para dar força. Eu estou lá». Claro que quando há reuniões de Câmara e tudo eu falo. Mas a presença deles dá-me força e obriga a que as pessoas que estão lá pensem assim: «Alto. Ele não está sozinho. Afinal ele não vem para aqui mandar papaias. Afinal ele tem um grupo de moradores que está tudo com ele que vêm cá e que fazem das palavras dele as suas». O meu trabalho de início foi dizer-lhes que tínhamos capacidade para avançar e que tínhamos direito a casa. Meu e da direcção, que me apoiava sempre. Dizia-lhes: «Vocês têm que falar, têm que desabafar, dizer tudo o que sentem e ponham aqui os problemas todos claramente que é para se tentar resolver. Eram muito participadas as assembleias-gerais tanto em número como em participação. De vez em quando aqueles ares de revolta «Viva isto, viva aquilo» apareciam, nomeadamente as mulheres que eram muito aguerridas, quer dizer no fundo estavam a extravasar toda uma revolta que estava recalçada, que estava ali metida com medo da repressão. Vinham crianças, vinha

tudo, sentava-se aí tudo. As pessoas ultimamente já não aparecem tanto nas assembleias-gerais. Se juntarmos o comodismo com a política dos governos cria-se uma certa descrença, mas a nível nacional, não é só na Relvinha. O espírito fundamental da Associação de Moradores, esse mantém-se. Se um dia houver um problema mais grave tudo alinha. Porque daqui a pouco tempo, quando começarmos ali a reparar a oficina, vamos conseguir mobilizar as pessoas. Mas isso prova que realmente nós tínhamos muita força, e continuamos a ter. Enquanto nós não tivermos os nossos objectivos totais que é a construção da sede a malta não se acomoda. E temos tido uma luta titânica nesse sentido.

### O Nuno Portas achava importante a autoconstrução para envolver mais os moradores no processo SAAL.

Isto foi uma filosofia que nós adoptámos. Nós quisemos construir com as nossas próprias mãos para sentir uma coisa que é nossa, portanto o valor é totalmente diferente de uma coisa que me dão. Uma coisa que me dão pode ter só um valor estimativo, enquanto que aquilo que é uma coisa que me doeu, uma coisa que eu sinto, que me saiu cá de dentro, é diferente.

### O que mudou com o 25 de Abril em Coimbra?

Mudou tudo. Aliás foi a nível nacional, não foi só aqui. Toda a gente se abraçava, se beijava, se conhecia, toda a gente era amigo, ainda não havia as divisões individuais que apareceram depois. Porque eu recordo-me que a nível universitário a malta era toda contestatária. E estava tudo do mesmo lado. E foi pena que o 25 de Abril, um tempo depois, as pessoas comessem a separar-se. E foi isso que trouxe a tragédia que nós estamos a viver. Era tudo amigo, tudo conversava. Foi dos momentos mais belos da minha vida. Eu vivi situações que me marcaram profundamente para o resto da minha vida. A alegria de as pessoas viverem. E eu quando via as pessoas muito alegres ficava contente. Porque eu sou uma pessoa por natureza triste, não sou aquela pessoa assim muito expansiva. Mas na altura vivi intensamente o 25 de Abril. Trouxe-me uma alma nova, para mim e penso que para todos. Foi o dealbar de uma esperança que estamos agora a começar a ver defraudada. Mas de qualquer das maneiras valeu a pena. E se fosse necessário fazer um 25 de Abril amanhã, eu estaria na vanguarda, porque as pessoas criaram novas expectativas, novas esperanças. Pensavam que o mundo, o português, iria virar radicalmente e virou na altura e agora começam a sentir o desencanto de uma política que os está a arrastar outra vez para o abismo, nomeadamente os mais desprotegidos, as classes médias, estão já a sentir na pele isso tudo. O que é uma pena e por isso é que eu digo que hoje mesmo estava pronto para outro 25 de Abril. Eu e toda a gente que vive aqui. São coisas que jamais esquecemos, ficam para sempre. E porque nós temos a noção exacta ainda de que as gerações vindouras vão ser vítimas do desarranjo mental de muitos políticos. Nomeadamente os nossos governantes, que nos têm conduzido ao caos, embora venham sempre com as eternas desculpas: «Ah o problema não é só em Portugal é no estrangeiro». Com mal dos outros podemos nós bem. Agora não podemos é de maneira nenhuma continuar a estar dependentes daquilo que os outros são ou deixam de ser. Acho que eles têm de se libertar desse estigma. Só assim é que conseguimos andar para a frente. Mas eu vejo o futuro dos meus filhos e das gerações vindouras muito negro. E também vejo um alheamento total da juventude em relação ao seu futuro. Eu refiro-me àqueles convívios são que havia. Eu ia lá para cima para o Pigalle ou aí para qualquer café. Havia aquelas tertúlias, aquelas discussões que eram proveitosas para toda a gente. Agora não se vê. E penso que esta geração está-se a esquecer do futuro. Está acomodada. Não está a agir. A não ser que aconteça como antes do 25 de Abril e comecem a ser espeznhados. Ainda sentem que estão a nadar num mar de rosas. Porque ainda não lhes chegou bem a eles a crise. A alguns com certeza já chegou. Aqueles que têm que trabalhar para estudar e outros tantos que os pais têm dificuldade. Mas uma grande percentagem

*ainda não chegou lá, porque quando eles um dia começarem a sentir na pele, acredito que isso vai acontecer, a verdadeira miséria de um país, aí a revolta vem espontaneamente. Não está dinamizada, não está culturalizada para isso, não está politizada. É um bocadinho complicado, esta malta que está a crescer, não sabe sequer o que foi o 25 de Abril a importância que teve na vida dos seus pais. Inclusivamente na modificação da vida deles, porque se não fosse isso hoje estaríamos na miséria que nós tivemos. Trouxe estas transformações e as pessoas esqueceram-se delas, também porque penso que há interesse a nível hierárquico que isto aconteça, em desviar outra vez as pessoas para o futebol, outra vez para a religião e não sei quê. Estamos a voltar a antes do 25 de Abril: futebol e religião, religião e futebol. Eu penso que devia haver aulas que versassem o 25 de Abril: «O que é que foi? O que é que representou». Porque isso iria sensibilizar os jovens. A gente chega ali e pergunta, e a malta com vinte anos não sabe. Porque também ninguém está interessado em lhes ensinar. Mas esta rapaziada toda que está aqui devia ser consciencializada para amanhã terem força para fazer o mesmo se for necessário, porque vai ser. Portugal ou os portugueses não podem viver eternamente neste marasmo. Eles têm que acordar de alguma maneira, têm que ser espicaçados. Penso que o futuro está nas gerações mais novas, mas continuo a pensar que os mais velhos têm a obrigação de os dinamizar, de os politizar para isso, e de os consciencializar e de dizer: «Oh pá, o mundo é vosso, são vocês que têm que fazer». Há três anos, no dia 28 de Fevereiro, fiz aí um discurso em que disse: «A Relvinha não morrerá nunca porque vocês jovens têm a obrigação de lhe dar continuidade». E isto é uma realidade, não se pode fugir a ela. Temos que ser nós. Portanto isso é outra luta que a direcção tem que desenvolver que é a consciencialização dos jovens. Mas para isso temos que ter estruturas, temos ali uma sede para poder reunir mais pessoas, para ter aqueles debates sãos, aquelas tertúlias de antigamente. E os mais velhos têm que explicar o que é que se passou, o que é que não se passou e o que é que eles devem fazer no futuro. Porque esta não é uma geração rasca. Eles é que estão a criar uma geração rasca. Para não terem quem lhes faça frente. Porque é uma geração cheia de potencialidades que amanhã ou depois consegue voltar a revolucionar isto tudo. É preciso é que eles tenham a sensibilidade e a noção exacta que tem que ser. Porque quando eles tiverem, ah a juventude tem muita força. E é capaz. Porque eu na minha juventude, havia uma força incomensurável de toda a malta, também porque a miséria em que viviam, tudo isso explica-se. Coimbra em si, só na fase de 60 é que os estudantes se começaram a movimentar. Também por causa da guerra, tocava a eles também. Coimbra, hoje, a nível estudantil nem de perto, nem de longe, não tem nada a ver. As pessoas na altura sentiam na pele e revoltavam-se. Era mesmo a sério. E não tinham problemas em ir para a luta e dar a cara. Aguentarem as cargas policiais. É uma diferença abismal da malta de agora. As mentalidades também evoluíram noutro sentido. As pessoas preocupam-se mais com discotecas, com isto, com aquilo. Fecharam-se muito. Aquelas tertúlias que havia antigamente nos cafés aí na baixa isso acabou. As repúblicas que eram muito activas agora a crise também chegou e agora concretamente nem sei como é que aquilo funciona. Os estudantes perderam a capacidade de luta.*

#### **As condições de vida dos moradores pioraram ou melhoraram?**

*As condições de vida após o 25 de Abril melhoraram substancialmente. Porque eu recordo-me na altura que o chão era cimento, as pessoas não tinham água, luz, frigorífico, não tinham o mínimo de condições e hoje felizmente já todos têm o indispensável. O desemprego e essas coisas todas estão a arrastar isto realmente para uma situação muito grave. Portanto estou a ver o futuro das pessoas muito, muito negro. O desemprego aqui na Relvinha é muito forte. Era tudo operário fabril praticamente.*

#### **As fábricas fecharam quase todas.**

*Pois. Não há nenhuma aberta. Coimbra agora é uma cidade de serviços.*

#### **Que futuro imaginou nesta altura, durante este período?**

*Imaginei que iríamos ter realmente um Portugal mais solidário, mais feliz, onde toda a gente tivesse pão para comer, direito à habitação, à instrução e à cultura, toda a gente tivesse direito ao trabalho e onde as desigualdades sociais não fossem tão abismais. Pensei que sempre conseguíssemos eliminar as bolsas de pobreza e o abismo existente entre os ricos e os pobres. Não acabar com isso, porque isso é impensável, mas diminuir esse espaço e criar uma geração nova que transformasse na totalidade o Portugal que estava a ser esquecido e destruído lentamente. Neste momento começo a constatar que estamos a voltar ao regime de antes do 25 de Abril. Se fosse hoje voltava a fazer o mesmo, mas sinto um certo desencanto pela maneira como os nossos governantes e não só estão a encaminhar o país. Estou revoltado como estava antes do 25 de Abril. Aliás, eu mesmo em criança fui sempre um revoltado. Mesmo durante o 25 de Abril eu acreditava numa coisa, mas tinha cá no fundo a minha revolta sempre latente. Dizia que isto não era aquilo que eu queria. Portanto o meu pensamento da minha meninice não terminou e também já não acaba, porque costuma dizer-se que «burro velho mais vale matá-lo que ensiná-lo». As pessoas não têm condições para manter o nível de vida que tinham e isto começa a ser muito mau, porque começam a criar revolta outra vez. Começa a fazer com que as pessoas se sintam mais próximas. A corda estica, estica e tem que rebentar por algum lado. E isso por um lado até será bom. Porque a consciencialização do povo não deve adormecer. Deve estar activo, deve estar bem vivo e alerta para esta situação. E se for necessário fazer outra revolução, que se faça. ●*



# Ninguém é desafinado

**NUNO DOMINGOS** Investigador em Antropologia Social no Instituto de Ciências Sociais.

Carlos Quintelas começou por dar aulas individuais de piano num Colégio privado em Lisboa. O ensino da música, que não estava integrado na oferta lectiva do estabelecimento de ensino, «era mais para ocupar as crianças com aquela ideia de que as crianças têm de estar ocupadas a fazer actividades. Em vez de estarem no recreio». Muitos dos seus alunos tinham pianos em casa e um contacto prévio com certa cultura musical. Ainda assim, só encontrou uma verdadeira vocação em dois ou três de todos aqueles que ensinou durante dez anos. Centrado no treino para uma audição final, momento de celebração familiar, este era, para ele, «um modelo ligeiro do ensino da música». O piano «tem aquela fama de rei dos instrumentos» e uma poderosa dimensão visual: «há uma associação entre o que se houve e o que se vê». Alguns pais achavam ainda «que se ouvisse muito Mozart irias ser bom a matemática, e os pais punham os pequeninos a ouvir música porque seriam bons a matemática. Perante esta realidade, se queres ensinar música, tens de sair». Quando saiu sentiu-se descontente: «Dez anos é muito tempo, e não há nada, e tu sentes que no fim daquilo tudo... há três alunos que seguiram, sem ser por especial mérito meu». Carlos saiu do Colégio e, por intermédio de uma Associação Cultural, conseguiu um lugar como professor de Música integrado no programa de Actividades de Enriquecimento Curricular (AEC), programa estatal instituído em 2006, dirigido aos alunos do primeiro ciclo do ensino básico, e que incluía, em alternativa, aulas de Inglês e de outras línguas estrangeiras, aulas de Apoio ao Estudo, de Educação Física, de Expressão Musical e outras expressões artísticas. Foi assim que chegou à Escola Básica do Vale de Alcântara, na zona ocidental de Lisboa. A escola servia fundamentalmente a população do bairro da Quinta do Loureiro, mas também do bairro da Quinta do Cabrinha, os novos bairros para onde foi realojada a antiga população da zona empobrecida do Casal Ventoso<sup>16</sup>. Com quinze anos, o estabelecimento tem uma boa estrutura, com salas de aula amplas e «um recreio interessante». Num contexto de precariedade laboral, a experiência na Escola do Vale de Alcântara permitiu-lhe reflectir sobre o modo como o ensino da música podia ajudar a desenvolver o potencial dos alunos, privilegiando a aquisição de competências. Simultaneamente, o seu depoimento ajuda a pensar o papel social da escola, as mudanças que pode gerar, em grande medida sub-exploradas, mas também como muitas vezes o ensino se transforma num mecanismo opressivo, em especial para aqueles que não foram expostos precocemente aos rudimentos da sua linguagem e da sua ética.

## O professor, a escola e o bairro

*Eu recebo a recibos verdes, ao dia, se faltar um dia não recebo. À hora. Na altura eram 12,5 à hora, agora na nova escola já é 10 euros à hora. Está a reduzir. Não há vínculo absolutamente nenhum. Quando lá chegámos, chegámos todos de novo (...) eu, na música, uma professora de Inglês, dois professores de Educação Física, uma coordenadora das AEC, também paga pela Associação. Era um corpo à parte.*





A primeira dificuldade que encontramos foi fixar essa estrutura. Houve logo um conflito entre a diretora da escola e a coordenadora da AEC, incompatibilidades pessoais, e a coordenadora da AEC acabou por sair. O primeiro professor de ginástica foi um dia e foi-se embora. A professora de dança foi dez dias e foi-se embora. Todos os professores destas actividades tinham sido diferentes, tinha havido saídas a meio, tinha havido conflitos entre os pais dos alunos e um dos professores de Educação Física. As AEC já funcionavam há alguns anos, são do tempo do [primeiro-ministro José] Sócrates, mas não havia sequência, não tinha havido passagem de professores de um ano para o outro, isso nem pensar, e mesmo mantido professores durante o ano lectivo. Essa foi logo a primeira dificuldade. Tu chegas ali e não sentes que tenhas ali algum papel... parte da nossa função é guardar os miúdos, propriamente, guardá-los durante o intervalo, o que permite à escola ter menos funcionários. (...) Esse era o papel que era esperado de nós, ter lá alguém que tome conta dos miúdos até às 17h30, os pais trabalham e tu estás lá e se puderes oferecer qualquer coisa (...). Os professores não se sentem autorizados, depois não se sentem motivados, se aparecer alguma coisa melhor vão-se embora, evidentemente, estás ali num horário curto, «se houver um horário maior vou-me embora», nem se sentem obrigados a ficar até ao fim do ano. Essa razão é importante, o ser mal pago e a desmotivação propriamente pedagógica. Além de que muitos destes professores não estão minimamente preparados para dar as aulas. Eu próprio não tenho nenhuma formação específica, ou é por minha iniciativa que procuro perceber alguma coisa ou não é requerido.

A escola fica na ponta do bairro da Quinta do Loureiro, que é um bairro completamente separado, tem uma estrutura de queto, não é contíguo a mais nenhum prédio, é delimitado pelos comboios, pelo armazém do Banco Alimentar contra a Fome, e está isolado; há ali umas estruturas, que eram da Associação de Ténis de Mesa, mas que na realidade estão fechadas, não têm uso. Os putos vêm sobretudo da Quinta do Loureiro, da Quinta do Cabrinha, da rua Maria Pia, também de Alcântara, da rua Maria Pia perto de Campo de Ourique, mas mais lá para baixo. A escola tinha cerca de 85 alunos, mais coisas menos coisa, turmas à volta de 20 alunos. Comecei há quatro anos. (...) Chegamos lá, temos uma reunião... e a forma como a escola nos é apresentada pela coordenadora, enfim, no fim da primeira reunião já estava com medo de dar aulas, «porque estes alunos são assim, porque há os pais dos alunos ciganos que vêm para aqui», depois no ano passado houve problemas, «vocês não toquem nos alunos». Enfim, há ali uma separação, tu sentes logo uma separação. As reuniões eram sempre num tom de lamentação, «muito bons estão eles para as condições de onde vêm». Sempre num tom «de que nós vamos fazer o que é possível», sempre numa espécie de um esforço, um sacrifício, «nós vamos aqui aguentando», sem o mínimo de optimismo, digamos assim, de pro-actividade, e sem pensar quem são estes alunos, logo em primeiro lugar. Essa foi logo a primeira imagem. Eu fiquei até um bocado aterrorizado.

As primeiras aulas foram difícilísimas. Ensinar música numa turma é bastante difícil. Aquela escola em particular era uma escola que tinha um nível de ruído elevadíssimo. Toda a gente gritava naquela escola. Os alunos gritavam, os professores gritavam ainda mais do que os alunos para os mandar calar. Os funcionários gritavam. O nível de ruído era uma coisa inacreditável. As duas horas que eu ficava lá cansavam-me. Tu vais ensinar música e a primeira dificuldade com que te deparas é que não tens silêncio para ensinar música. E isso é inevitável. É preciso cinco a dez segundos de silêncio, pelo menos, para que eles comecem a pensar em música, comecem a ter um espaço, uma página em branco onde tu possas começar a pensar música. (...) Ao fim de três semanas, verdade seja dita, telefonei à associação a dizer «eu não vou conseguir trabalhar aqui, isto é um nível de ruído, não tenho ferramentas, turmas de vinte miúdos, miúdos muito complicados». Eu digo que não consigo, peço para arranjamem uma outra pessoa «que até lá vou aguentando isto». Mas enquanto estou, na minha cabeça, a aguentar aquilo, sinto um certo sentido de missão, estava ali há um mês e vou fazer o mesmo que toda a gente? Toda a gente desiste

daqueles miúdos se puder, é difícil. Quando chego à escola no dia seguinte vejo os miúdos a vir ter comigo e penso, «bom...», e lá telefonei para continuar. Nessa altura o grupo solidificou.

### Os alunos e os pais

Tinhas miúdos que vinham de famílias muito complicadas (...) Pais jovens, às vezes muito jovens, temos ali mães adolescentes... estamos a falar de pais que muitos, alguns deles, com problema de toxicod dependência com heroína, com problemas de saúde, tinhas inclusive uma ou duas crianças com problemas físicos porque a gestação foi feita com dependências, álcool, muito álcool... racismo, também. A escola não tinha praticamente africanos nenhuns, tem ciganos, e depois tem a classe baixa, mais baixa que podes imaginar, mais baixo do que aquilo não há. Perguntei a certa altura qual era o sonho das miúdas da turma... e era ser cabeleira, ser esteticista, ser empregada de limpeza, eram essas as aspirações. E tu ouvires uma criança de 6 anos dizer que quer ser empregada de limpeza. Essa que me disse isso era das mais inteligentes da turma, podia ser o que quisesse, ou melhor, empregada de limpeza pode ser, porque é aquilo que ela quer, mas podia ser o quisesse se estivesse noutro ambiente, mas de facto só tinha aquelas aspirações. (...) Pais que não trabalham, rendimento social de inserção, venda de haxixe, mas é dinheiro que também vai num instante porque parte dele vai em álcool, no próprio consumo, e mães que trabalham na limpeza, esteticistas, auxiliares de acção educativa, contínuos, muitos desempregados, pessoal a receber subsídios de doença, também. E alguns que tinham rendimentos do crime, que tu não sabes de onde é que vem, mas percebias que havia ali algumas crianças que tinham outras roupas, (...) vários miúdos que têm os pais presos... é quase um orgulho para alguns, aquela cultura do street, os miúdos do quarto ano já estavam mais preocupados em assumir as posturas do primo e do irmão que estão a vender, do que propriamente posturas de crianças, elas não querem ser sequer vistas como crianças. Isso pode ser igual em todas as escolas mas ali assumindo sempre uma posição de confronto, contigo. Naquela primeira turma de quarto ano, o que me fez um bocado de impressão foi a ausência de vontade, havia ali um amorfismo, de não quereses fazer nada, alguns até não queriam jogar à bola, estilo desistência total... alguns mais obesos. A questão da alimentação é uma coisa muito importante, má alimentação, aqueles açúcares todos, aquelas porcarias que deixam os miúdos num estado ... com menos capacidade de pensar e alguns não tinham vontade nenhuma... A maior parte dos miúdos vai ficar por ali. Aqueles alunos mais bem comportados são aqueles mais separados da comunidade, são aqueles que dizem mal da comunidade... e resguardam-se em casa e não vivem tanto aquilo. (...) Os pais que insistem com os seus filhos na questão que a escola pode mudar-lhes a vida em termos materiais, se conseguirem perceber isso, esses miúdos vão sair dali, os outros não vão sair dali. Essa sensação de determinismo é de facto... sente-se isso. (...) A certa altura eles próprios sentem que não são capazes, porque há uma décalage, ah «está desafinado», mas ele está desafinado por uma razão muito concreta, porque ainda não sabe fazer isso, não é porque é desafinado. Mas a própria escola quase que assume isso, que eles não vão sair dali. A escola não se integra no bairro. Bairro e escola são dois mundos diferentes... é a própria organização da escola, eu não estou a culpar ninguém, é a própria estrutura da escola, os professores chegam ali e já estão amarrados, estão naquela teia e já não sabem o que fazer.

A porta da escola é uma separação. Os pais não estavam autorizados a entrar na escola, talvez por causa dos conflitos do ano anterior; o resultado é que quando havia qualquer coisa para discutir, discutia-se à porta. Essa barreira de tu estares contra os pais. Essa é a primeira coisa que uma pessoa tem de tentar quebrar. Se alguém vem falar contigo tu vais ouvir os pais, mas ouvir a sério, não é porque tens de ouvir, vais tentar perceber quais são as dinâmicas, porque é que aquele miúdo está a ter aquele comportamento.

(...) Não, tu tens de falar. Tem primeiro de se gostar dos miúdos, isso é a primeira coisa... se tu gostares dos miúdos isso passa para os pais, «ai os pais dos ciganos, os pais dos ciganos», eh pá, todos os pais dos ciganos com que falei tive sempre a maior disponibilidade deles, porque de facto era fácil, eu gostava dos putos, mesmo dos putos que faziam merda. É pá, se eles estão não estão habituados à sala de aula, a estarem quietos, o que vais fazer, não podes estar a forçar os putos às 4h30 da tarde se eles precisam de ir para o recreio, porque eles precisam de ir para ao recreio, pensa-se que eles são mal educados mas eles não conseguem, não conseguem, se tu os vires, sentados, estão a abanar as pernas, abanam as perninhas, porque estão irrequietos. (...) Estamos a falar de aulas das 15h30 às 17h30, os miúdos entraram às 9h, e quando chegam às 15h30 já tiveram uma série de horas dentro de uma sala de aulas, estão irrequietos, cansados, são miúdos que muitas vezes estão mal alimentados, mal alimentados em termos nutritivos, alguns são obesos, vês os lanches, Sumol e essas coisas, e com é que tu vais dizer isso a um pai, o pai tem aquela relação com o filho que «eu é que sei como alimento o meu filho», os professores também não sabem como lidar. (...) A primeira coisa era sair à porta e falar com as pessoas, dizer bom-dia e boa-tarde e não ter medo, porque eles estão ali no gueto parecem muito assustadores mas são pessoas normais, se falares com eles de uma forma normal, se tu os seduzires eles ficam imediatamente do teu lado.

Depois cortámos a violência de uma vez por todas. (...) Tens de assumir: «isto é uma escola pública e aqui não há isso, há em sua casa? Eu não estou em sua casa, aqui não pode ser». Há ali umas fronteiras que não podem ser passadas, a questão da violência, do racismo, acabei por ser mais intransigente. E acho que mesmo nesse aspecto passou-se alguma coisa de bom (...) melhorou o recreio e depois melhorando o recreio melhorou a sala de aula. Ao princípio pensas, «será que posso ir com eles para o recreio, será que tenho autonomia para tomar decisões, ou será que vou ser julgado se fizer alguma coisa». Os próprios professores têm isso, uns com os outros, as tais reuniões são sempre, «vamos lá ver o que é que vão dizer de mim». Portanto se fizeres o que está estabelecido não te chateiam, se correr mal, a culpa não é tua, tu fizeste o que estava estabelecido.

## O piano e o método

Guitarras, órgãos, chamavam órgão àquilo, agora orquestras, esquece lá isso, violoncelo, contra-baixos, oboés, clarinetes, nem pensar nisso. Instrumentos de sopro era a flauta, trompete, era os nomes que evocavam para qualquer instrumento que vissem de novo (...). Quando tu de repente estás sentado numa sala de aula com um piano à frente e começas a tocar, muda tudo. Eles reconhecem-me ali qualquer coisa: «o que é isto?». Mudou tudo. Eles ficam logo impressionados, tu tocas uma nota num piano e o barulho desaparece, é impressionante, começo a cantar umas canções, começamos a experimentar, a ajudá-los a cantar com harmonia, fazendo uns acordes, a coisa começa a engranar. (...) Implementei um método de um tipo que é o Edwin Gordon... ele tem um conceito que é a audição... tu podes aprender uma língua, falar uma língua sem perceberes nada do que estás a dizer, ou podes perceber a língua, e a audição é tu perceberes, dares significado musical e isso tem a ver com tu reconheceres padrões tonais e padrões rítmicos em que tu consegues encaixar isso. As comparações com a linguagem são sempre complicadas mas tu reconheces a sintaxe, e podemos falar de sintaxe musical, e tu vais reconhecendo a sintaxe e adquires esses padrões. Os padrões são, digamos, o vocabulário, tu a certa altura, muito cedo, tens os miúdos a improvisar. É um método que tem resultados, começas dez minutos no início da aula a ensinar os padrões. (...) Uma das coisas fundamentais do método é essa individualização, cada aluno é um aluno, fazes a análise do potencial, até que nível de dificuldade ele tem capacidade de aprender. Com o piano foi uma coisa espetacular. De repente os miúdos cantavam muito mais afinados, tinham muito mais prazer, eram eles

próprios que exigiam ao colega do lado, mesmo os putos mais rufias, filhos de não sei quem, eram eles próprios que iam cantar as canções e mostrar que conseguiam dar vozes agudas. Começam a engajar, a trazer mais músicas, a pedir para cantar coisas.

Tentava levar sempre o máximo de música para o recreio. Levei a minha aparelhagem para a escola. Mozart, Chico Buarque, Radiohead, tudo aquilo que podia. Dizia aos miúdos para levarem as músicas deles, de tudo. Em termos de repertório muitas coisas são coisas que inventei, pegas numa frase... se estiveres a tocar e fizeres a chamada a cantar, alto ali, pára tudo, tens ali 15 minutos, estás a dizer o nome deles e fazes uma frase, focas logo ali a atenção, ou usas lengalengas e fazes uma melodia com lengalengas. O texto é muito importante mas no caso do ensino desta técnica uma coisa importante é saberem cantar sem texto, para pensarem na altura dos sons e no ritmo e não estarem tão dependentes do texto. Mas depois de eles já terem uma base vais fazendo cada vez mais canções e fiz muitas coisas, usei música popular sem autor, fiz Beatles, fiz Zeca Afonso, adaptei coisas do Mozart, coisas do Beethoven, cantámos Beyoncé, cantámos Shakira, que eram eles que traziam. Houve ali algumas barreiras que fui pondo porque não dá, mas até para eles perceberem que eu não gosto e que isso faz parte. O que é uma aula? A aula é comunicação, eu tenho de estar tão confortável como eles (...). E de facto aprende-se, é impressionante, a quantidade de vezes que se é surpreendido, com perguntas.

Se começas a tocar Mozart fora do contexto dos violinos e da orquestração, aquilo é um melodia, pode ser melhor ou pior. Mas tentei pô-los em contacto com outros timbres. Quando ouvem um coro o que eles pensam: «música de mortos, música das missas.» Tens de levar um coro que não cante assim, levar vídeos, para eles terem contacto com outros timbres, música africana da costa ocidental com koras, samba, tentar o máximo de timbres diferentes que isso é um aspecto pouco explorado no ensino da música, ensina-se muito a altura dos sons, a harmonia, que é a articulação entre a altura dos sons, o ritmo, e o timbre é um bocado esquecido, o timbre que é a cor. O timbre é um bocado esquecido. (...) Aprendemos cerca de 25 canções, o que é bom. Dava quase uma média de uma semana. Eles sabiam-nas, integraram-nas rapidamente. Além dos vocalizos, de jogos ritmos que fazíamos, dos improvisos, que era uma coisa que os miúdos gostavam muito. Eu digo um padrão e tu tens de responder com um padrão e são eles que estão a lembrar-se e pensam que estão a inventar um padrão mas não estão a inventar padrão nenhum, estão a ir buscar dentro dos padrões que conhecem um que já consideram seu. Nos ritmos pode haver ali às vezes criatividade pura e dura, inferências, mas a inferência tonal é mais difícil, é preciso ter mais vocabulário, ter mais tempo.

## A música e o corpo

Toda a gente tem background musical hoje em dia. A música está presente em todo o lado (...). Nunca conheci nenhum aluno que não fosse capaz de cantar afinado. É tu perceberes qual é o problema, há um problema com a voz, de acanhamento, há ali um intervalo que fazem sempre, quando há um problema com a voz, que não é de cabeça. Todos os alunos que tive, todos, eram capazes de cantar afinados. No Vale de Alcântara achei que a propensão rítmica era até maior do que noutros contextos que conheci. Aquilo está relacionado com o movimento, o ritmo está relacionado com o movimento, aqueles são miúdos de rua, chegam a casa e a mãe está ocupada e manda-os para a rua, têm uma cultura de rua, há muito movimento. (...) Esta audição, esta significação, é uma coisa muito física, não é um processo propriamente consciente, é uma coisa corporal. Mas noutros contextos os alunos são mais acanhados fisicamente. Aqui, vais ao recreio e vês coisas, os miúdos a dar saltos, naqueles brinquedos que há nos parques infantis e os miúdos mais pequenos a tentarem fazer as coisas mais... e deixam-nos fazer isso, nem há supervisão e

*eles acabam por fazer isso e ganhar outra desenvoltura. Achei que, de facto, estavam fisicamente mais aptos, não tinham é essa capacidade de estar sentados, como é que tu estás sentado a ouvir o som e a pensar o som e depois então a executar um som. A um outro miúdo aquilo até fazia confusão, era assim que eles se exprimiam: «isto faz-me confusão, estar a pensar o som», outros quando punha música puramente tonal tinham reacções emotivas, até exageradas, de chorar. Tem a ver com música que não tem ritmo fixo. Os miúdos ciganos são miúdos altamente físicos, em qualquer sítio por onde andam estão sempre a mexer os braços, é um gesto profundamente musical, estás sempre a respirar. Esses miúdos de facto tinham um prazer em improvisar e quando eu estava a tocar piano eles faziam sempre ritmos [bate na mesa]. Eles têm uma ligação forte e pessoal com a música. Nas elites a música é vivida mais a partir do concerto, tudo mais formal, há o público, há o concerto, vamos ouvir. Os ciganos, há luto, não podes ouvir música, há festas, vais ouvir música, ao vivo, são os primos os irmãos, a música faz parte da vida.*

*Eu dei-lhes discos, cheguei a gravar discos, música variada, uns ouviam mais, outros queixaram-se, e os pais, «ó professor você pôs lá umas músicas que isto dá vontade de chorar»... Pus lá um nocturno de Chopin. Associavam-se sempre a música clássica, os estímulos da música clássica a algo mais sombrio e mais melancólico, «professor aquela música é muito calma». Mas por exemplo Zeca Afonso entrou muito bem. Uma das coisas que fiz foi ensinar o Grândola no último ano que lá estive. E a certa altura pensei, isto para os pais skins pode correr mal. Mas pronto, pensei, ensino-lhes e não faço a apresentação daquilo. Mas depois foram os pais que disseram aos miúdos que gostavam muito daquela canção e os miúdos é que me vieram pedir para cantar o Grândola no final do ano. Foi até um momento bastante emotivo, os pais deliraram. Zeca Afonso foi uma coisa que tentei inculir bastante porque tem muita coisa que os miúdos apanham com muita facilidade e é surpreendente, gostam muito, tem letras muito giras. Mas é difícil encontrar músicas com letras engraçadas e com músicas engraçadas e que seja cativante e que ao mesmo tempo não seja chata. É música popular, sobretudo música popular, são coisas que ficam. Continuo a dizer o que disse à bocado, são competências, porque isso não vão esquecer, saber cantar uma quarta perfeita afinado é aquilo que fica, e isso é que é música.*

*Aquele método nesse aspecto funciona lindamente, a afinação e a capacidade de sentir o ritmo, e de entrarem em ritmo transforma-se radicalmente, e transforma-se também num adulto. O método é tudo. Fica sobretudo a atenção, a capacidade de ouvir. E ouvires música e pensares onde é que está a tónica, ou sentires-te confortável com a tónica, que é a nota central de uma tonalidade e consegues logo cantar e entrarem... Isso fica. Há uma incorporação de material novo (...). O que se deve ensinar na primária e o que na música se deve ainda mais ensinar são competências, não é propriamente conteúdos, vale mais a pena aqueles dez minutos de padrões e não fazer mais nada que depois as músicas eles não-de cantar, do que estar a enfiar músicas que estão a papaguear, e que depois não conseguem transportar, porque assim não ficam com as competências, uma coisa é imitação outra coisa é a tal audição.*

Carlos Quintelas lamentou a sua saída da Escola do Vale de Alcântara porque achava «que estava a ter um papel importante» e sentia «que podia fazer cada vez mais». Para o próximo ao lectivo, como refere, pode «estar em lado nenhum»: «A manutenção na escola é essencial, não há volta a dar a isso, não podes estar a mudar de corpo docente de ano a ano, ou de três em três anos ou seja o que for. Tu ao fim do terceiro ano ainda estás a aprender coisas básicas, ainda nem sequer fechou um ciclo numa escola primária, uma turma que entre no primeiro ano e acabe no quarto ano; tu para acompanhares uma turma dessas, para perceberes todas as etapas precisas dos quatro anos, senão há coisas que te vão escapar. Isso é essencial, a questão da estabilidade». ●

## A luta de Rita: precariedade, vontade de justiça, um «outro lado demasiado grande»

JOSÉ SOEIRO Sociólogo. Doutorando na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Rita é professora de Inglês nas Actividades de Enriquecimento Curricular e nunca teve qualquer contrato de mais de 9 meses. Mas a sua história revela mais do que uma trajectória de precariedade laboral, entre «recibos verdes» e «cheques careca». É testemunho, desde logo, de como persistem associadas ao território desigualdades sociais e lógicas de distinção entre o rural e o urbano. Os menos de 30 quilómetros que separam Antares (freguesia onde mora a família de Rita) da capital do distrito são suficientes para que estejamos perante universos sociais vincadamente distintos. De um lado, uma cidade «aventura», com pessoas «diferentes» no modo de falar, de vestir, de estar, que fazem sentir «pequenina» a gente que vem da «campónia» para estudar. Do outro, as obrigações familiares, decorrentes não apenas do trabalho doméstico mas da sobrevivência dessa pluriactividade de subsistência que compensa salários baixos e que assegura a manutenção de uma relação com a terra.

Pelo relato de Rita passa também a distância entre os segmentos mais jovens e precários da força de trabalho e o campo sindical, que permanece largamente desconhecido. Mesmo quando são activadas disposições rebeldes e lutas pelo reconhecimento, a descolectivização das relações laborais, a falta de recursos, os obstáculos (nomeadamente materiais) no acesso à justiça, a incorporação do medo e a antecipação de possíveis retaliações marcam o quotidiano e as resistências.

O espaço dos movimentos sociais – nomeadamente os grupos de trabalhadores precários criados desde 2007 ou as grandes manifestações do ciclo de protesto iniciado em 2011 – parece ser de mais fácil acesso, sobretudo para quem se sente longe das instituições, sindicais ou políticas, que são supostas organizar o conflito social. Mas a fluidez das suas portas de entrada, que permitiu a emergência no espaço público de centenas de milhares de pessoas em acontecimentos contestatários, não anula o facto de, também ele, produzir no seu funcionamento interno, e fora dos picos das mobilizações, lógicas de reprodução de desigualdades, designadamente de género, e modos de diferenciação entre *profanos* e *profissionais* que são fonte de desapossamento. Aparentemente destituídas das competências militantes requeridas para continuar a cultura da acção colectiva e a sua estruturação, algumas das pessoas que ali chegam não tardam em sentir-se estranhas àquele universo.

Os refluxos que se seguem a grandes mobilizações são por isso momentos vividos, frequentemente, em registos de «desilusão», que produzem o retraimento em relação aos projectos colectivos que pareciam estar em marcha. Reconfigurado o campo de possíveis por uma relação de forças desfavorável, são as estratégias de fuga e as tentativas individuais de escape que parecem ganhar terreno entre as vítimas da crise para quem o «sistema viciado» parece, de novo, «demasiado grande» para ser vencido.

### «Sou precária, claro que sim»

Trabalho em AEC [Atividades de Enriquecimento Curricular] desde que acabei o curso, já vai quase 10 anos. O objectivo era trabalhar no 3.º ciclo ou no secundário, como não consegui colocação, fiz AEC, pensei eu provisoriamente. Depois veio o segundo ano, nada se alterou. Tentei fazer voluntariado, arranjar outra coisa, estive colocada em Lisboa e fui sempre tentando conciliar AEC com colocações, com explicações, vários empregos, com formação de adultos. Desde que vim viver para Gaia comecei a ter menos trabalho, porque os contactos que tinha na região de Ventura<sup>17</sup> começaram a ficar esquecidos.

Comecei com recibos verdes e cheques careca, para uma empresa privada subcontratada pela Câmara de Ventura. Entretanto houve muita movimentação lá por parte dos professores e logo no ano seguinte conseguimos obter contratos de trabalho, de 9 meses, mas contratos. Trabalhei 2 anos a recibos verdes. Em 10 anos de trabalho, nunca tive um contrato de mais de 9 meses. (...) Actualmente tenho apenas 10 horas semanais, são pouco mais de 400 euros por mês. Nos anos anteriores tinha horários muito melhores.

(...) Sou precária, claro que sim. Porque tenho um horário reduzido, tenho um contrato de trabalho que não excede os 9 meses apesar de já estar a trabalhar para a mesma entidade empregadora há anos, porque tive de esconder a minha gravidez. Sou precária porque não tenho nenhum vínculo minimamente permanente com o meu empregador. Quando engravidei uma das minhas grandes preocupações era perder o emprego e então escondi a minha gravidez até à última, candidatei-me e entreguei todo o tipo de documentos sempre a esconder a minha barriga... agora que penso nisso, não o faria, mas também não tinha tido o emprego...

### «Vir para o Porto era uma aventura enorme»

A Faculdade para mim foram os anos mais difíceis da minha vida porque tinha de acordar todos os dias às 6 da manhã, fazer duas horas de autocarro, chegar ao Porto e fazer mais meia hora de autocarro, ter as aulas muito repartidas até à noite e normalmente demorava mais 2 horas a chegar a casa. Quando chegava a casa tinha todas aquelas coisas de vida doméstica que eu tinha de fazer porque os meus pais ambos trabalhavam e portanto eu não consegui usufruir da faculdade. O que eu fiz na faculdade foi assistir a aulas e fazer exames. Em casa tinha de fazer tudo aquilo que uma mulher faz em casa: cozinhar, passar a ferro, alimentar os animais, acender a fogueira, sei lá, aquelas coisas todas... (...) Toda a gente em minha casa trabalhava, todos chegavam a casa depois de mim. Imagina: eu chegava a casa por volta das seis e meia, a minha mãe depois das sete e meia.

Fui a primeira pessoa da família a ir além do 9.º ano. (...) Parecia tudo tão difícil, vir para o Porto para mim era uma aventura enorme, as pessoas falavam de uma maneira diferente, vestiam-se de uma maneira diferente e eu sentia-me tão pequenina...

(...) Quase todas as pessoas de Antares se empregavam lá inicialmente [numa fábrica de acrílicos]. A fábrica deixou de existir, passou a ser uma armazém. O meu pai teve de adaptar-se às necessidades. Ficaram lá quase exclusivamente os homens, a minha mãe foi despedida, juntamente com as outras mulheres. Andou a saltitar de empresa em empresa e acabou por trabalhar durante muitos anos numa empresa familiar de construção, fazia atendimento ao público. Agora estão todos desempregados, o meu pai está aposentado...

<sup>17</sup> O nome dos locais (lugares, freguesias, cidades), à exceção de Portugal, de Porto e de Gaia, foram alterados, bem como os nomes próprios, para salvaguardar o anonimato da história.

### «Vimos de propósito para o 1º de Maio»

Eu andei 17 anos da minha vida entre Antares e Procópia, que são a 3 quilómetros de distância, portanto todas as minhas actividades desenvolviam-se ali e quando vim para a faculdade, na verdade, eu não contactei com as pessoas porque como tinha de fazer aquelas viagens e sabia que tinha as obrigações em casa à minha espera, que a família precisava de mim, eu nem sequer pensava em interagir. Mas quando comecei a perceber que havia jovens como eu que pensavam de uma maneira diferente, que se vestiam de uma maneira diferente, que viajavam pelo mundo, comecei a perceber que toda aquela vida que eu achava que me estava vedada afinal era possível. (...)

O primeiro intercâmbio coincidiu com o fim da faculdade, foi todo um mundo que se abriu, era muito estranho, tinha muito medo como é óbvio, era tudo muito diferente do que eu tinha imaginado e do que me tinham dito desde criança mas tudo começou aí, houve aí uma grande mudança, uma viragem.

(...) Foi lá no intercâmbio que soube [de um grupo de luta contra os falsos recibos verdes]. Na altura fez todo o sentido para mim. Eles na altura já tinham feito o primeiro MayDay em Lisboa. As grandes acções [do grupo] fizeram-se quando eu estava lá [no país para onde emigrou]. Vimos de propósito para o 1º de Maio. Em vez de irmos na Páscoa vimos no 1º de Maio. Naquela altura era muito importante fazer parte de tudo quanto fosse activismo, fazia todo o sentido. Porque eu tinha saído de Portugal, eu tinha decidido fazer voluntariado, por estar cansada de ter trabalhos precários e portanto fazia todo o sentido regressar cá nem que fosse só por um dia, para fazer parte de uma manifestação em que eu acreditava e que representava aquilo por que eu lutava que era a melhoria das minhas condições de trabalho. Um dos motivos pelos quais eu fui para a Polónia era porque estava a trabalhar a 30 km de casa, trabalhando uma hora e meia por dia, a recibos verdes. Eu gastava todo o meu salário em gasolina e materiais.

Lá fiz voluntariado, fiquei lá enquanto porque tinha um lugar garantido como professora de Português na Universidade. Entretanto estalou a crise e já não se sabia se havia lugar para novas turmas ou não, estava tudo incerto e acabei por voltar a Portugal. Regressei a Portugal em Novembro e em Janeiro já tinha três empregos outra vez.

### «Nunca contactei com nenhum sindicato»

Depois de tantos anos de faculdade, depois de todo um percurso académico, ninguém estaria à espera de ter como desfecho uma situação profissional em que nos passam cheques falsos e enfim todas aquelas situações...

(...) Quando nós professoras percebemos que estávamos a ser enganadas, fizemos várias denúncias anónimas, para o jornal [local]. Contactamos com advogados, e falamos abertamente com a entidade empregadora, que negou tudo...

Uma de nós já era uma pessoa muito activa, reivindicativa, muito certa dos seus direitos e dos seus deveres de cidadã e essa pessoa acabou por mobilizar-nos, era a mais informada, a mais capaz... Não estava ligada a nenhuma associação, a nenhum sindicato, ela cresceu aqui na cidade e eu e todas as outras colegas crescemos na campónia e é tudo muito difícil quando se cresce numa família muito humilde. O background dela é totalmente diferente do meu e de qualquer uma das nossas colegas. Foi essa pessoa que nos fez acreditar que era possível conseguir qualquer coisa.

(...) Nunca contactei com nenhum sindicato, não há sindicatos nas áreas de enriquecimento curricular, nós somos um resíduo do corpo docente. Informamo-nos com um advogado. Uma das colegas era professora já há mais anos e portanto estava habituada a leccionar em escolas do ensino normal, e portanto ela



*já tinha um background que nós, acabadinhas de sair da faculdade não tínhamos... esse tipo de coisas, como saber que existia um sindicato...*

*Não chegou a iniciar-se um processo judicial por falta de verba. Foi-nos pedido na altura que participássemos no processo, mas nós não tínhamos salários e portanto não o fizemos... Entretanto o tempo foi passando e as outras pessoas também não estavam muito interessadas em levar a coisa avante e eu também desisti.*

### «Nessa altura eu senti que tudo era possível»

*Foi muito difícil para mim fazer greve, quando temos contrato de trabalho com o nível de precariedade como os que eu tenho, nós sabemos que quando fazemos greve no próximo ano lectivo podemos não ter trabalho, há histórias destas, pessoas que são activistas e são dos últimos a serem chamados para escolherem um horário...*

*Fui a única a fazer [a Greve Geral de 24 de Novembro de 2010]. Foi muito mau estar lá no dia seguinte e fui a única [risos]. Estava toda a gente contra mim e eu era a única «que não respeitava o meu trabalho», quando devia ser o oposto... Nessa altura eu trabalhava em Ventura e é diferente daqui de Gaia. Nas escolas em que eu trabalhei em Ventura, acho que nunca nenhuma fechou... A verdade também é que eu sempre vivi com muito medo, muito medo de ser ostracizada, muito medo de ser despedida, muito medo de não sei quê e isso sempre me limitou.*

*(...) É algo que está muito enraizado culturalmente, o achar que o outro lado é demasiado grande para nós conseguirmos alguma coisa... Eu reconheço isso também em mim. Há demasiadas histórias, casos, em que o mais fraco perdeu e acabou ainda pior, não sei até que ponto isto é verdade ou não. Mas sinto muito isso na minha família, era-nos passada essa ideia de que não vale a pena lutar. Eu na minha família passei a ser rotulada porque eu era aquela que se manifestava, em vez de estar calada e aceitar as coisas como elas são. Rotulada de esquerda, manifestante, sei lá... em Ventura, ser de esquerda é o pior insulto [risos] aquilo lá é mesmo tudo muito cor de laranja...*

*(...) Fui [ao 12 de Março]. Foi a primeira manifestação grande em que eu participei.*

*Nessa altura eu senti que tudo era possível, que nos íamos conseguir tudo aquilo que queríamos, acreditei que tudo ia mudar. Aí senti-me empoderada, quando todas aquelas pessoas saíram para a rua. Porque finalmente as pessoas no geral, no colectivo, as pessoas como eu com medos e inseguranças estavam a sair para a rua e estavam a mostrar que não estavam satisfeitas com aquilo que se passa. Mas depois lá veio outra vez o nhó-nhó.*

*As pessoas saíram à rua e depois não acontece nada, depois aceita-se tudo como está, volta-se à vida e volta-se a não acreditar que as pessoas fazem a diferença...*

*Porque mais uma vez parecia que o outro lado era demasiado grande.*

*(...) Ainda participei algum tempo nas manifestações. Deixei de ir quando engravidei. Lembro-me de estar grávida e o Manuel ir às manif's e depois de engravidar eu deixei de ir.*

### «Senti-me diminuída e acabei por perder o interesse»

*Depois engravidei e mudou tudo outra vez. O facto de estar mais próxima em termos geográficos fazia com que eu tivesse vontade de participar novamente. Mas eu acho que não possuo uma linguagem política, portanto eu não entendo muito bem a linguagem política que se falava ou que se fala nestes ambientes e portanto acho que é algo que sempre me deixou um bocadinho à parte...*

*Eu não estava envolvida em todas as acções que se falava e não tinha um conhecimento profundo nem sequer superficial às vezes daquilo que se falava, estás a perceber? E portanto achava que todas as pessoas ali eram muito mais competentes para fazer aquele trabalho do que eu... [silêncio]. Acho que cada um tem o seu papel e o meu papel decididamente não é esse.*

*(...) Comecei a sentir que o movimento já não tinha aquele impacto inicial, sabes? Parecia mais uma questão de formalidades, de politiquices talvez... Quando a gente ia para a rua e colocava cartazes e fazíamos workshops, eu sentia-me mais ligada. Quando [o grupo] passou a tratar questões mais políticas, houve uma fase em que eu senti que todas as pessoas ali sabiam o que iam fazer, era manifestos e mais não sei quê e toda a gente sabia o que era aquilo e o que era suposto fazer e eu não fazia a mínima ideia que linguagem era aquela e portanto acabei por perder um bocadinho o fio à meada... (...) Senti-me diminuída e acabei por perder o interesse. Não porque não acreditasse mas porque não acreditava em mim e no que eu podia fazer lá (...)*

*Se me perguntas se eu tenho aspiração profissional, provavelmente não, também é algo que eu fui desistindo. Talvez o meu futuro passe por viver noutra espaço.*

*Agora o que me apetecia era arranjar uma casinha de madeira e ir viver para o meio do monte com outras pessoas. Estou cansada da cidade, estou cansada do carro, de todo este materialismo. Às vezes penso que o que quero realmente é isso mesmo, ir para uma aldeiazinha em que possa fazer uma vida comunitária. Eu quero fazer parte de uma comunidade. Fora deste sistema viciado.*

*(...) Já não vejo televisão há mais ou menos um ano. Deixei de ter contacto com as notícias, com a crise, porque acho que me empobrece, que me entristece, porque é uma versão da verdade... isso também não é desculpa para não estar informada... mas eu não tenho procurado informação relativamente ao mundo que se passa lá fora. Tenho lido muito mas sei muito pouco sobre o que se passa no meu país... mas isso não significa que eu esteja menos consciente. Tenho feito muito trabalho em mim. Tenho-me esforçado por perceber o que é que eu posso fazer, o que é que eu posso mudar. Estou numa fase de transição.*

Mesmo em momentos de aparente fuga ou autodefesa, há neste relato uma reflexividade insistentemente. Quando projeto e estrutura objetiva de oportunidades (nomeadamente profissionais) descoincidem, quando a vontade de mudança colide com o estreitamento do possível, essa reflexividade toma a forma de um trabalho sobre si que é um afastamento em relação ao “mundo”, mas que, ao ser também um esforço de crítica sobre esse “lá fora”, é um modo de relação com ele. Porventura até que, de novo, assomem essas conjunturas singulares em que a transformação de si mesmo e das circunstâncias se encontram e se confundem. ●

# Ser mais que um robô

**EMÍLIA MARGARIDA MARQUES** Antropóloga, Centro em Rede de Investigação em Antropologia (CRIA).

Laboram actualmente em Portugal seis fábricas de vidro de embalagem, localizadas em Avintes, Figueira da Foz, Marinha Grande e Amadora. Com uma única excepção, todas se integram em grupos internacionais. Sobredimensionado face ao mercado português, o sector exporta parte considerável da sua produção, (que se destina ao sector alimentar e de bebidas). Encontra-se também internacionalizado no que respeita ao dispositivo técnico, mesmo porque existe, a nível mundial, apenas um punhado de fabricantes de maquinaria para o sector. No tocante às máquinas de moldação, em particular, um único padrão de base é utilizado em todo o mundo – vendendo-se e difundindo-se com as máquinas, evidentemente, manuais de procedimentos e consignas de organização do trabalho.

A máquina de moldação é o dispositivo automatizado e complexo, controlado electronicamente, que transforma cada uma das gotas de vidro provenientes dos grandes fornos de fusão a montante numa garrafa, frasco ou boião. Estas máquinas constituem o ponto nuclear da linha de produção – aquele que replica, em modo automatizado, o trabalho vidreiro manual – e é portanto no seu funcionamento, e no trabalho dos respectivos condutores, que sobretudo vem materializar-se na nave fabril a estrutura financeira, empresarial, organizacional e comercial do sector. Os interesses contraditórios dos vários actores em presença – o cliente que pretende «qualidade», prazo curto e baixo preço, o investidor que quer dividendos crescentes, as direcções fabris que procuram contentar simultaneamente um e outro, impondo cortes nos custos de produção – repercutem-se aqui visivelmente, nos gestos mecânicos, nos gestos humanos e na sua mútua interacção.

Como podem estas fábricas fazer cada vez mais – em quantidade, qualidade, serviço e preço – com cada vez menos: com menos pessoas, com equipamentos mais em conta e substituídos menos amiúde? É na intensificação do trabalho físico, intelectual e relacional dos condutores de máquinas que sobretudo reside a resposta.

A produção de (livre?) consentimento implicada nessa intensificação é um processo contraditório, que entrelaça escolha e constrangimento. Ao quebrar pertenças solidárias, a individualização da relação de assalariamento – conseguida com eficácia assinalável por via salarial, através de «prémios» pecuniários individuais não previstos nos contratos colectivos de trabalho – é um dos principais instrumentos dessa construção. Mas esta apoia-se também, e muito fortemente, naquilo a que o sociólogo Pierre Bourdieu chamou «a dupla verdade do trabalho»<sup>18</sup>: em contexto capitalista, o trabalho é exploração, mas é também investimento subjectivo e realização pessoal. Empenhar-se no seu trabalho, conquistar margens de decisão, transgredir ou ultrapassar o normativo organizacional, apresentar resultados, demonstrar conhecimento e perícia perante um dispositivo técnico complexo e por vezes hermético, posicionar-se favoravelmente no tecido relacional fabril é afirmar-se enquanto pessoa válida, enquanto sujeito autónomo. É recusar-se a ser apenas o termo subordinado de uma relação de assalariamento – ou, pior ainda, na imagem utilizada por um dos dois condutores de máquinas cujas palavras vêm a seguir, um mero robô servindo a máquina.

### «Exploração da máquina», intensificação do trabalho

Luís<sup>19</sup>. Pronto, no geral o condutor de máquina tem que tentar produzir e fazer o melhor. Conduzir a máquina de forma a obter o melhor rendimento<sup>20</sup> durante o trabalho. Digamos que a base é essa. O trabalho em si, não digo 100% mas 80% é dar tocha<sup>21</sup>, dar tocha, dar tocha, porque com cadências altas a máquina 'tá tão explorada que nem os próprios arrefecimentos [mecânicos], conseguem manter [a temperatura correcta]. Então tem que se insistir com a tocha, porque inclusive vai arrefecer mais a ferramenta, vai dar-lhe um melhor deslize do vidro, etc. Porque há situações em que com cadências mais lentas o maquinista tinha uma vida mais calma, dava tocha menos vezes, a máquina por ela trabalhava sozinha, praticamente. Só que as coisas 'tão tão exploradas... Eu até 'tou a pensar no fabrico que lá está actualmente, que eu tenho dado bastante tocha por necessidade, porque aquilo 'tá com uma cadência tão alta que se eu arrefeço a ferramenta demasiado provoca-me alguns defeitos<sup>22</sup>, se eu não arrefeço – como não posso arrefecer – tenho que andar a lubrificar mais vezes pra o próprio vidro entrar normalmente e fazer os frascos sem defeitos. (...) [Dar tocha] é um trabalho porco, é duro, causa tendinites sempre a fazer aqueles movimentos. Eu posso-lhe dizer, por exemplo, que o meu braço direito anda aqui um bocado...

Já se estava nessa fase, quando eu pra lá entrei. Mas mesmo assim continuou-se sempre nessa base: todos os fabricos se fazem sempre no máximo. E aliás aquilo já está... ultimamente já não se sobem cadências, porque já estão – o produto quando entra p'a máquina já vai naquela fase. Às vezes acontece é ter que se diminuir, porque estamos a obter maus resultados, não se consegue, e então vão tirar 1 corte ou 2 por minuto. Um corte em gota dupla significa 2 gotas, 2 garrafas a menos por minuto, às vezes chegam a tirar 1, 2 cortes, 3 cortes às vezes. Mas isso é só mesmo quando já se explorou todas as outras situações. (...) Lá está, planos de marisa<sup>23</sup>, que é o problema número 1, pra mim, e então em frascos de boca larga acontece muito, é um problema que 'tá muito relacionado com cadências. Cadências altas, maus planos – porque não há os devidos arrefecimentos. Os movimentos 'tão tão explorados e os tempos 'tão tão explorados que vai-se reflectir, em cadências rápidas, os maus assentamentos do lado do molde, uma prensagem feita mais à pressa. 'Tá tudo tão rápido que reflecte-se no produto. E quando surge uma situação dessas temos que ir resolver o problema, fica-se ali um bocado, fazer isto, fazer aquilo, lá está, mas não se pode esquecer que se tem que continuar a tomar conta do resto da máquina e manter o rendimento no resto da máquina.

E uma das coisas que eu tenho notado, e já há pouco perguntou, quando pra lá entrei havia mais pessoal (...) 'tava muito mais recheado de pessoal. (...) Nessa altura havia mais tempo, embora eu, como tinha menos experiência, acabava por ter pouco tempo na mesma porque demorava mais tempo a fazer determinadas coisas, não é? Agora já se segue uma rotina... (...) Posso-lhe dizer que é muito stressante, porque é do género: se eu me concentro, lá está, no tal problema, eu 'tou concentrado ali mas ao mesmo tempo não me posso descuidar – olha o resto da máquina, e tenho que ir lá dar tocha, porque senão já está a encravar, ou já está a fazer defeito, já está a fazer vidro mastigado, já está a fazer não sei quantas coisas que pode fazer. E por exemplo, se eu tenho 10 minutos de folga entre dar tocha, já tive que ganhar tempo

<sup>19</sup> Nome fictício, tal como o do operário citado a seguir. As entrevistas aqui extractadas foram obtidas, separadamente, em 2001.

<sup>20</sup> Percentagem de gotas entradas no sistema de alimentação da máquina que são transformadas em artigos aprovados pelos procedimentos de inspecção e qualidade (cada artigo é fabricado a partir de uma única gota). Os condutores recebem prémios de produção calculados a partir do rendimento da respectiva máquina, para lá dos prémios de desempenho individual referidos mais adiante.

<sup>21</sup> Aplicar manualmente na superfície interna da ferramenta de moldação, com a máquina em marcha, uma mistura destinada a evitar que o vidro adira à ferramenta, e que tem também, entre outros, o efeito de a arrefecer.

<sup>22</sup> Um defeito é a falta de conformidade da embalagem às especificações definidas no contrato com o cliente. Encontram-se inventariados dezenas de defeitos, que comprometem em graus muito diversos a aceitabilidade da embalagem.

<sup>23</sup> Chama-se «marisa» à embocadura do recipiente; sobretudo em frascos de boca larga, a falta de horizontalidade neste ponto compromete a compatibilidade da embalagem com o fecho que lhe será aplicado após enchimento, sendo portanto um parâmetro crítico, a manter dentro de intervalos apertados.

em fazer as medições e agora vou tentar, nesses minutos [resolver um defeito], agora vou fazer isto. Mas se não me corre bem tenho que desistir porque tenho que continuar a rotina e depois é que posso voltar lá. Há situações em que se trabalha assim. Não é fácil conseguir-se fazer aquilo e ter tudo sob controlo, quando se 'tá a tentar... por exemplo, quando temos um problema que não tá a ser fácil de resolver. E só uma pessoa a fazer aquele trabalho! Porque o ajudante ou está aqui ou está acolá, nem sempre o ajudante 'tá disponível para nos acompanhar. E já tive situações em que – quando dá pra isso, que é muito raro – olha, toma agora conta da máquina aqui um bocadito que é pra ver se eu consigo resolver este problema. Mas isso é muito difícil porque o ajudante 'tá ocupado, tem isto, tem aquilo, a rotina normal do ajudante também não lhe dá tempo pra...

Trabalhamos sempre naquela base de fazer melhor, fazer melhor. E nós vamos ver: é pá, este indivíduo (por exemplo, do turno que saiu) este indivíduo fez um bom rendimento. Tenho que continuar, ou ver se consigo 'inda melhor. Ou pelo menos 'tamos nessa expectativa, nem sempre se consegue. E às vezes surgem situações que nós não podemos evitar – algumas podemos. E também não conseguimos porque nem sempre nos corre da melhor maneira, nem todos os dias 'tamos tão bem concentrados, ou tomamos as melhores opções, às vezes, pra solucionar os problemas. Mas pronto, trabalhamos sempre um bocado nisso, e há um bocado de brio, no género, ao fim do dia: olha, fiz aqui um bom trabalho, não sei quê... Eu pelo menos falo por mim, e acho que toda a gente trabalha nessa base. O que há também às vezes é... pronto, há lá uns prémios individuais, de desempenho, etc... Às vezes há é também uns que fazem mais – e é lógico que toda a gente quando tenta fazer melhor rendimento [é] também nessa expectativa, de vir a ser compensado por isso. E há alguns que não interpretam isso muito bem no aspecto de, por exemplo: olha, tu 'tás a ganhar mais, trabalha mais, e não sei quantos. Também há dessas situações.

Manuel: Eles neste momento têm os trabalhadores comprados. A empresa comprou os trabalhadores, com a avaliação profissional. Ai é que está. Só que aquilo está mal, continua a estar mal. Eu não aceito, não posso aceitar – sou obrigado a aceitar, claro – é um maquinista ter 35 contos ou 40 duma avaliação profissional, e ter outro maquinista ao lado dele, ou a trabalhar co'a mesma máquina em outro turno, e ganhar 5 contos de avaliação profissional. E se calhar o outro maquinista faz tanta obra como ele, faz igual. E o que é que eles fazem? Ou que eles fizeram? Deram uma avaliação profissional aos trabalhadores, p'a eles poderem – se levantar cabelo, é pá, 'pera aí, pró ano corta; leva um corte na avaliação profissional. Leva 2% ou 3% [de aumento] no CCT e eles, tumba!, aquele trabalhador não teve aumento nenhum. E é aquilo que eles têm feito. Você se calhar não tinha conhecimento disto. A fazerem isso, têm o pessoal na mão. Por isso é que obrigam as pessoas a fazer, às vezes sem poder. E ali a sacrificá-los a trabalhar, a obrigá-los a trabalhar, a dar-lhes uma esmola, que é essa avaliação profissional – p'a não terem o encargo de mais 20 ou 30 pessoas a trabalhar lá.

### Construção da competência, apropriação do trabalho

Luís: Surgiu-me este defeito e eu agora vou tentar resolver. Já fiz isto, já fiz aquilo, continua na mesma – olha, agora dá impressão que já está melhor. Por exemplo, há defeitos que são dimensionais, não se percebe assim a olho, tem que se pôr a arrefecer [uma amostra], depois vamos medir. Agora está melhor, ou está pior. Eu há pouco arrefeci mais, aqueci mais, dei mais pressão, agora vou fazer o contrário. Será disto, será daquilo? Mas isto funciona um bocado pelo nosso conhecimento. Eu já tenho mais ou menos algumas coisas pensadas pra determinados defeitos – que nem sempre se aplicam, portanto... Há ali um conjunto de factores que às vezes andamos uma hora, duas horas, e em que – olha, este molde já está dentro do aceitável mas continua a pisar o risco. E anda-se às vezes 2, 3 horas a tentar melhorar. E nem



*sempre se consegue. E às vezes eu recordo-me que há fabricos que entram num determinado dia e 'tão lá 10, 15 dias e eu continuou a ter o mesmo defeito na mesma cavidade, portanto na mesma secção, continua a andar. E eu inclusive já sei, tenho que ter cuidado c'ó este molde, tenho que ir verificando, tenho que ir tentando. Às vezes, o nosso subconsciente 'tá-nos sempre – é pá, cuidado c'ó este molde, vou fazer mais isto, vou fazer aquilo. Às vezes até no dia anterior, olha, já tentei fazer isto, não resultou, amanhã vou fazer isto. Numa oportunidade, se precisar de parar a secção, vou substituir esta peça que 'tou a suspeitar. Ou vou fazer isto, vou fazer aquilo. (...)*

*Embora às vezes mexa às escondidas [em regulações de parâmetros da máquina formalmente fora da alçada do condutor]. Olha, tenho aqui este problema, ora deixa-me lá ir experimentar. 'Tava x, ou adiantar 5, ou atrasar 5, ou avançar 10 ou atrasar 10. Passado um bocado vou verificar, se não resultar volto a pôr como estava. Mas quase nunca, ou nunca, assim que comecei a ter alguma experiência, ia chamar o técnico p'a resolver. Olha, deixa ver, deixa experimentar. Resolveu, tudo bem, se não resolveu voltamos p'a trás. Mas depois dava a conhecer ao técnico, já apareceu isto e eu fiz isto e resolveu. O técnico, às vezes – pronto, tá bom, porreiro. Outros – não tinhas nada que lá mexer, não sei quê. Pá, mas resolveu, se quiseres vou pôr como estava e vais lá tu resolver. Com outros antes queria não lhe dizer: fiz o meu trabalhinho, resolveu, p'a que é que eu hei-de 'tar a chatear, pra que é que eu hei-de 'tar a dizer? Lá está a situação, aí não há alguma honestidade, já a partir da minha parte não há honestidade. E digamos que o rendimento subiu.*

*Porque se eu tivesse só que dar tocha, substituir um molde, não sei quantos, era... Portanto, digamos que era um robô que ali estava, não precisava de pensar, não precisava de mais nada. Mas como eu – eu e o maquinista em si, e os maquinistas que fazem por aquilo (quase todos, não é? há um ou outro do género cumprem as 8 horas; é como em todos os lados, isto não é 'tar a desfazer as pessoas mas em todos os lados há pessoas que tão ali p'a passar o tempo, só à espera do ordenado) – eu tenho uma maneira de ser que não é assim, eu vou sempre tentar resolver e quando surge um problema arranho-me todo p'a resolver. A minha maneira de ser é assim. Mas se não fosse essa situação, ter que pensar p'a resolver um problema e não sei quê, então éramos uns robôs que ali estávamos.*

Luíis parece contradizer-se nos dois andamentos desta fala. No primeiro – secundado por Manuel – identifica, nos seus dez anos de fábrica, um percurso de intensificação do trabalho, que lhe causa incómodo físico e emocional, impedindo-o de desempenhar as suas tarefas da maneira que consideraria satisfatória. Num segundo tempo, porém, vemo-lo esforçar-se e exceder-se, inclusive acrescentando ao seu trabalho, por iniciativa própria, tarefas que o normativo fabril lhe interditará. Fá-lo por causa do prémio de rendimento, mas também para se afirmar como trabalhador competente (e, de resto, o rendimento salarial acrescido pelo prémio é também ele lido como uma materialização do valor desse trabalho e dessa competência).

Quem ganha? Neste caminho que é ao mesmo tempo de identificação lúcida da sua própria exploração e de aproveitamento pragmático dos valores materiais e simbólicos que consegue extrair do seu trabalho, Luíis sabe que é explorado, consente (livremente?) nessa exploração e procura criar no seu trabalho espaços que, pela transgressão e pela autonomia, parcialmente se subtraíam ao quadro estreito da relação (exploradora e hierárquica) de assalariamento.

Apenas parcialmente, porém. Ao fazê-lo, produz mais e mais barato: quem tem o poder ganha sempre. O esforço de apropriação operária do trabalho é por sua vez, em grande parte, apropriado pela lógica da rentabilidade do capital, e a dupla verdade do trabalho dá-nos certamente um dos segredos da capacidade de durar do capitalismo contemporâneo. ●

# Proteger as amas protege as crianças

**JOANA GOMES CARDOSO** Doutoranda em Antropologia Social no Instituto de Ciências Sociais (ICS).

Emília é uma das cerca de 1100 amas vinculadas e apoiadas pela Segurança Social. Nascida em Cabo Verde, mora desde a adolescência na Cova da Moura, um bairro às portas de Lisboa construído nas décadas de 60 e 70 por pessoas vindas das ex-colónias africanas. O reconhecimento da sua actividade surge em 2002 quando integra o programa Creche Familiar, da Associação Moinho da Juventude, que abrange vinte amas e oitenta crianças deste bairro. A partir de sua casa, cuida de 4 crianças entre os 4 meses e os 3 anos, em coordenação as educadoras e técnicas de acção familiar da associação. Antes, na mesma casa, cuidou de crianças num contexto muito diferente. Quando a sua mãe trocou as limpezas pelo cuidado de crianças da vizinhança, Emília ajudou-a no que era então uma creche clandestina.

São tempos aos quais não quer voltar: «*está fora de questão, já trabalhei uma vez assim e se estou melhor não vou voltar para trás*». Mas tanto o seu futuro como o presente estão ameaçados pelo novo regime que liberalizou a profissão de ama. Apesar das garantias do Instituto da Segurança Social de que o programa Creche Familiar vai continuar nos mesmos moldes, de acordo com o novo quadro legal aprovado na Assembleia da República a 3 de Outubro último, com os votos contra de todos os partidos da oposição, as amas actualmente reconhecidas têm um ano para se «reenquadrarem». Quem quiser continuar a acolher crianças tem de pedir ao Instituto de Segurança Social uma autorização, concedida mediante determinados requisitos. Embora a lei tenha sido apresentada com a justificação de «*prevenir e combater práticas ilícitas no exercício da actividade de ama*», os vínculos com a Segurança Social são relegados, a contratualização dos serviços passa a ser feita entre a ama e os pais. Na prática assiste-se ao desmantelamento de um financiamento existente desde 1984 que visava garantir às famílias com menores recursos o acesso a uma ama.

*«O meu medo é que a clandestinidade volte. Sem condições. Eles dizem que há controlo mas eu não acredito, como vão controlar? Uma ama que trabalhe por conta própria pode pôr ali vinte crianças, para receber mais. (...) Só os papéis não chega, é preciso vir alguém ver como está tudo. Acho que está tudo errado, em vez de darem condições às associações para nos contratar, não, vêm nos prejudicar. E se eu estou desprotegida a criança está protegida como?»*

O percurso de Emília, de 50 anos, é marcado por muito trabalho e diversas estratégias de subsistência para fazer face a um contexto de pobreza extrema. É significativo quando a estabilidade e segurança máximas alcançadas por esta ama consiste em doze precários anos, repletos de dezenas de recibos verdes passados à Segurança Social que, como lembra, «*não dão direito a fundo de desemprego*». Apesar de estar habituada a recomeçar, Emília teme pelas crianças e teme por si. Há uns meses a sua história poderia ter sido sobre a conquista a partir do trabalho. Hoje, é novamente uma história de sobrevivência.

**Éramos sete. Eu era a mais velha. Comecei a tomar conta deles muito cedo**

*Vim para aqui [Portugal] com 12 anos. Nasci em Cabo Verde e vim para cá com a minha avó, ter com a minha mãe e o meu pai que já estavam cá. (...) Eles vieram para cá, só os dois, que é para poder*



orientar e depois nos mandar vir. Portanto em '78, à volta de '76, '78, viemos para cá. Fomos para a outra banda, Quinta da Cantraçona. Agora é Foros da Amora mas antes era Quinta da Capatrapona. (...) Depois o meu pai comprou uma barraca ali em baixo, logo na entrada principal<sup>1</sup>. Era mesmo uma barraca, mesmo feito de madeira, a casa de banho era separado. Antigamente a Cova da Moura era outra coisa. Antes de haver água, íamos buscar água no chafariz... Depois eles compraram este terreno e fomos fazendo a casa.

Éramos sete. Eu era a mais velha. Comecei a tomar conta deles muito cedo. O meu pai trabalhava na construção civil. Tinha curso de cofragem. A minha mãe saía às 4h30 para ir trabalhar para Santa Apolónia, limpava os comboios. Eu tinha de ficar em casa e preparar os meus irmãos. O que ia para o jardim-de-infância, o que ia para a ama... Depois eu ia ter com a minha mãe, ajudar nas limpezas. Ia com ela para casa da patroa que ela também tinha. E depois vinha para casa primeiro do que ela, ia buscar os meus irmãos, dava banho, fazia o comer, organizava as coisas que é para no dia seguinte fazer a mesma vida... Aqui era assim, vivíamos assim.

A partir dos 14 eu fazia isso: ajudava em casa; trabalhava, e ia para a escola das seis da tarde às onze da noite, ali na Azevedo Neves<sup>2</sup>. (...) Porque é assim: eu durante o dia tinha o tempo todo ocupado, tinha que ajudar, quando eu ia para a escola já ia a correr, mais as minhas amigas daqui. Éramos cinco miúdas aqui dessa zona. Cada dia, íamos a correr e depois um dos nossos pais, um deles de cada vez, ia buscar-nos à escola, nunca vínhamos sozinhas. (...) Quando tínhamos roupa para lavar, era no tanque, não havia máquina, juntávamo-nos as cinco também. Ajudávamos, era uma entreajuda... Chegámos a fazer tantas asneiras. Quando uma engravidou todas engravidaram ao mesmo tempo. Todas casaram ao mesmo tempo. Aos 18.

Para eu fazer o 9.º ano, fiz há 5 anos atrás mas fiz já no RVCC<sup>3</sup>. Naquela altura tive de desistir, não dava conta. Não dava para ir. Não dava para ir porque o trabalho era mais que... não dava para ir. Tive pena mas naquela altura... ó pá... não tinha cabeça para pensar se era bom. Hoje é que digo, se eu soubesse tinha estudado. Mas pronto, não estou arrependida de nada que fiz e hoje gosto muito daquilo que faço.

### Se eu estiver clandestina eu não tenho nada

Antes de entrar para ama já trabalhava aqui<sup>4</sup> com a minha mãe. Ela deixou a limpeza dos comboios em Santa Apolónia, abriu aqui a creche – abriu entre aspas, não é, porque era clandestino – e vim trabalhar com ela. Eu também trabalhava na limpeza, mas vim trabalhar com ela na mesma. Saía daqui, ia para a limpeza e depois ia para casa. (...) E entretanto quando surgiu as amas<sup>5</sup>, como ela já tinha uma amiga que já tinha entrado, então ela disse-me: «eu já não tenho idade para entrar porque só se pode entrar antes dos 55 anos, não se pode entrar depois. Vou terminar aqui a actividade e tu tomas conta».

O primeiro grupo de amas eram quatro. Depois passou para seis. Quando passou para seis eu entrei. Tive que fazer estágio, formação, antes de entrar. (...) Passei a estar legal. Recebemos o nosso ordenado no fim do mês, passamos um recibo verde ao Moinho<sup>6</sup>. O Moinho não nos pode contratar,

<sup>1</sup> Refere-se a uma das entradas para o Bairro da Cova da Moura, na Amadora.

<sup>2</sup> Escola Secundária Dr. Azevedo Neves, Alto da Damaia.

<sup>3</sup> Sistema Nacional de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências.

<sup>4</sup> Refere-se à casa onde decorreu a entrevista e onde são recebidas as crianças.

<sup>5</sup> Refere-se ao programa Creche Familiar, da Associação Moinho da Juventude.

<sup>6</sup> Associação Moinho da Juventude.

porque a Segurança Social não deixa. Nós passamos recibos verdes desde 2002 até aqui. Antes era os livros que a gente comprava nas finanças para passar os recibos, agora passaram tudo electrónico.

É diferente de eu tomar conta clandestinamente porque eu tenho uma equipa por trás de mim que me dá todas as indicações. Durante o ano temos duas, três vezes formação, o que é muito bom porque ensinam-nos como lidar com os pais, como lidar com crianças. Se eu estiver clandestina eu não tenho apoio nenhum. Nós fazemos actividades com os miúdos, ginástica, dia da árvore, dia do pai e dia da mãe. Temos uma médica que nos dá formação. Se eu estiver clandestinamente eu não tenho nada disso. Não vou ter seguro para os miúdos, não vou ter nada.

Neste momento tenho 4 crianças dos 4 meses aos 3 anos. Quando fazem 3 passam lá para baixo para o Jardim de Infância. Os pais... há de tudo... cabeleireiros, os que trabalham nas limpezas, nos cafés, na construção civil. E pais desempregados. Eu se estiver a trabalhar sozinha não me posso dar ao luxo de ter um pai desempregado (...) tenho de mandar a criança embora. Há pais que pedem para ter a criança na ama para poder procurar emprego, porque está com a criança não consegue sair para procurar emprego. Depois vão e voltam e dizem: «olha ainda não consegui, está complicado». Mas lá esta, o Moinho arranja solução para estes casos. (...) e cada criança é um caso, cada caso é um caso.

Os pais que trabalham nas limpezas, nos cafés precisam de horários cedo, a partir das seis, cinco horas. Entram às seis, precisam de deixar os filhos às cinco...Eu começo às sete mas temos amas que começam às cinco. Começo às sete e termino às quatro, outras colegas começam às cinco e acabam às três...E assim temos vários horários. (...) Somos vinte amas divididas com vários horários, até às nove da noite. Mas se for preciso até mais tarde. Por exemplo às vezes os pais pedem para a criança ficar. É conforme a necessidade, se um pai me pede «olha, fica-me com o miúdo, eu saio às onze do trabalho», é claro, porque se eu não ficar aquela mãe ou vai para uma ama clandestina ou não vai trabalhar, perde o trabalho.

Há pais que não pagam mas o Moinho tem o Banco do Tempo<sup>7</sup> para os pais que não podem pagar a mensalidade (...) ajudam na distribuição de marmidas, na cozinha, na limpeza, pronto, uma maneira de pagar a mensalidade. Nos temos cá crianças que os pais não tem como pagar, estão desempregados.

Se a Segurança Social me diz: a partir do próximo ano tens de trabalhar por tua conta, eu vou trabalhar outro trabalho. Nós temos mais de 150 horas formação todos os anos. Se esta lei for aprovada vou ter de fazer 150 horas de novo? À clandestinidade não vou passar de novo. Está fora de questão, já trabalhei uma vez e se estou melhor não vou voltar para trás. Quanto muito avançar para a frente mas para trás não. Mas o que me deixa com receio é que se obrigarem as associações a dispensar as amas eu vou para o desemprego...

Se eu fechar os pais provavelmente iam ficar bem enrascados. Iriam procurar amas clandestinas, é a solução que imediatamente teriam à frente. (...) É muito importante a minha profissão e aqui, no nosso bairro, eu acho que é imprescindível, porque é mesmo necessário. Porque só os infantários que temos não chega. E lá fora é mais caro, o Moinho sempre tem o banco do tempo para ir compensando algum pai que não possa pagar.

Tenho uma filha que foi ama, uma das vinte amas, mas ela saiu este mês. Esteve connosco 2 anos mas deixou para ir trabalhar com outras condições, sem ser a recibos verdes. Ela teve receio, medo, desta nova lei e isto tudo. (...) Está a trabalhar na loja das Vitaminas. Eu também disse «é melhor agarrares, que eu não sei...» Agora estou a tentar ensinar a outra filha que é para ela continuar. Agora se isto acaba...

<sup>7</sup> O Banco do Tempo é um programa de voluntariado da Associação Moinho da Juventude.

### **A crise reflecte muito nas crianças**

*Trabalhamos muito os pais. Temos formação para poder trabalhar os pais. O stress dos pais, o correr... os nossos pais deixam as crianças de manhã e depois quando chegam as crianças já estão a dormir... é só dar banho e pôr a dormir...*

*O bairro está muito mais evoluído, temos muitas coisas que não tínhamos antes. O Moinho fez uma grande diferença aqui no bairro porque apoia muita gente. E temos outras associações também. Mas a crise reflecte muito nas crianças. Tem crianças que contam com o Moinho para as refeições e para tudo. Tem crianças que as refeições que fazem é o Moinho que fornece. A cantina social apoia muito. Até a nível de idosos. Se não fosse a cantina social, eu não sei.*

*Mas hoje em dia há mais dificuldade do que antigamente, antes não havia tanta necessidade. Hoje há mais desemprego. Os jovens não têm oportunidades nenhuma. Saem da escola e ficam sem ocupação, não há ocupação nenhuma. Antigamente, quando as amas trabalhavam clandestino, eu acho que naquela altura não se ouvia falar da crise. Havia trabalho, as pessoas pagavam. Um ou outro pai podia falhar mas não havia falta de trabalho e os pais normalmente pagavam. Havia necessidades, sim, mas não era tanta como agora. Agora há muitos jovens na rua que precisam de apoio. Há jovens que são super inteligentes mas que não têm apoio e estão na rua e só fazem é porcaria. Mas fazem porcaria porque não têm apoio...*

*Eu acho que antes os pais tinham mais controlo... tinham mais tempo. Éramos muito controlados e nós respeitávamos não é só os pais, os vizinhos mais velhos eram respeitados. E hoje em dia os pais não têm tempo para educar os filhos, não têm tempo para mostrar-lhes que eles têm de respeitar o vizinho. Eu hoje, antes de chamar o filho de um vizinho à atenção, eu tenho de pensar bem se vale a pena chamar-lhe a atenção, se não vou ter problemas com o vizinho. (...) Agora os pais não têm tempo, não é que não queiram mas não tem tempo, saem de manhã e chegam à noite. Não dão conta do que é que os filhos fazem. E têm de ir trabalhar porque senão não têm como sobreviver... Os pais têm que trabalhar, tem renda para pagar, tem luz para pagar, tem água para pagar, tem o comer, tem a roupa e o calçado. Se ficam em casa não têm nada disso. Mas eu noto que os pais mais jovens estão mais preocupado com os filhos, vão, vêm e deixam. Quando estão desempregados vem buscar mais cedo à creche.*

### **Vou ter o 12.º ano, vou fazer o quê, vou para a obra?**

*Tenho 4 meninas e um rapaz. Tenho a filha com 26. Uma com 25, outra com 22, o Adrianinho com 20 e a Thaissa com 16. Tenho uma que já esta na casa dela e o resto vive tudo comigo.*

*Conselhos que dou agora é que estudem bastante. Eles têm uma vida muito mais...eu tinha que ir lavar roupa no tanque, tinha que ir carregar água, eles não têm nada para fazer. Tudo é feito. A máquina lava, a máquina seca, lava a loiça. Tudo se faz. Antes o chão tinha de ser lavado de joelhos, hoje há a esfregona, já está. Eles hoje não fazem um quarto do que nós fazíamos...*

*Eu não sei se é culpa do sistema, eu não posso culpar o sistema por tudo porque também temos uma parte de culpa. Não sei se é da cabeça deles que há muita evolução e depois acaba por não dar em nada... Não sei explicar... Hoje em dia é muito mais fácil, é tudo mais fácil. O problema é a seguir arranjar emprego. Eu vejo pelo meu filho, ele diz: «vou ter o 12.º ano, vou fazer o quê, vou para a obra?». [Ele] Não quer ir para a obra, quer uma coisa pela qual está-se a esforçar por estudar.*

*Antigamente os meus irmãos foram todos para a obra. Nem se colocava a questão dos estudos.*

*Praticamente todos eles fizeram o 12.º mas não tem nenhum que foi para a universidade, todos na obra. Nenhum sequer pôs essa hipótese. (...) O meu filho – quem fala no meu filho... eu falo imenso com muitos jovens – vamos estudar para quê? Para ir para obra não preciso do 12.º. Para ir tirar cafés não é preciso o 12.º, não vale a pena.*

*Eu falo com todos os jovens na rua, muitos deles muitas vezes vêm cá bater à porta, pedir para serem reencaminhados, estão à procura de emprego, de qualquer coisa. Eu às vezes digo: «mas por que é que não vais para a escola?» «Vou para a escola fazer o quê? Mesmo com os estudos não se arranja emprego...» ●*

## «Koragi nes luta pa bida midjor<sup>1</sup>»

ANA ESTEVENS Geógrafa.

O Malam<sup>2</sup> emigrou da Guiné-Bissau para Portugal na década de 1990, por razões de doença, ao abrigo dos acordos de saúde entre os dois países. A sua chegada coincidiu com a época áurea da construção civil, o que fez com que a sua estadia se prolongasse por mais tempo do que o inicialmente previsto. Ao terminar o seu tratamento médico conseguiu um trabalho nas obras, o que o fez com que continuasse a viver em Portugal e a encontrar solução para os problemas que foram surgindo. Enquanto viveu em Bissau coordenou trabalho técnico na área da agronomia em plantações de arroz nacionais.

Quando chegou a Lisboa tinha à sua espera alguns dos seus patrícios que, entretanto, já regressaram ao seu país de origem ou emigraram para outros países europeus. O Malam continua por cá e vive num dos bairros do centro da capital onde se concentra maior número de imigrantes. Partilha um apartamento com mais seis homens originários da Guiné-Bissau e do Senegal. Cada um destes homens tem um quarto e repartem as partes comuns da casa (cozinha, casa de banho e sala de estar) e, por vezes, as refeições. O quarto do Malam não tem mais de 5 metros quadrados e a renda é de 75 euros por mês. Neste pequeno quarto apenas cabe uma cama de solteiro e uma pequena estante onde guarda alguns dos seus pertences. A humidade do lugar dificulta a respiração e nos dias de Inverno, em que a chuva e/ou o frio são mais intensos, o corpo ressentese. Ao longo dos anos foi passando por vários trabalhos precários, irregulares no tempo e, muitas vezes, trabalhou sem contrato. Os seus vistos de residência foram sucessivamente renovados. Actualmente, tem uma autorização de residência e aguarda pela obtenção da nacionalidade portuguesa. Neste momento está desempregado e sobrevive com o baixo valor do Rendimento Social de Inserção (178,15 euros), que muitas vezes teima em não chegar, por falta de justificações burocráticas, o que lhe traz muitas preocupações. Contudo, as redes familiares e de amizade permitem-lhe continuar na mesma casa e ir sobrevivendo.

O Malam é um dos muitos imigrantes que vive em Portugal. Nos últimos anos, e perante a crise financeira e económica, a situação de muitos cidadãos tem-se agravado sem uma certeza de se resolver. Os retornos e a re-emigração aumentaram mas não é possível quantificar estes processos. Os números só apontam para uma descida do número de entradas no país a partir de 2008 (em 2008 foram atribuídos 76 600 novos títulos, descendo este número para 35 265 em 2014) e para um elevado número de obtenções de nacionalidade portuguesa (quase 138 mil cidadãos estrangeiros obtiveram nacionalidade portuguesa entre 2008 e 2013). A vulnerabilidade destas pessoas é invisível pois escondem-se no receio de serem deportadas, por falta de visto ou autorização de residência, e na vergonha de chegarem ao seu país sem nada ou numa situação pior do que estavam quando de lá saíram.



<sup>1</sup> Tradução da autora: «Coragem nesta luta para uma vida melhor».

<sup>2</sup> Nome fictício. A entrevista foi realizada em Junho de 2015 em casa do entrevistado.

### A doença

Quando cheguei a Portugal vinha doente. Tinha um problema no estômago que não conseguíamos descobrir o que era em Bissau (Guiné-Bissau). Por isso, tive de vir para Portugal. Nasci em Bissau mas mesmo sendo da capital nunca consegui ser devidamente acompanhado na saúde. Há uns que morrem. O Hospital não tem boas condições. Houve alturas em que roubavam o combustível dos geradores e o hospital ficava sem luz. E os desinfetantes? Havia lixívia, quando havia. E os medicamentos? Na maior parte das vezes não havia medicamentos e eu não tinha dinheiro para ir a uma clínica privada. Essas são só para os brancos ou para os que têm dinheiro. Para teres uma ideia, tive de levar muitas vezes lençóis ou algum pano limpo que tinha para colocar na cama dos meus familiares quando estavam no hospital. É muito triste não conseguir sobreviver num hospital assim. Ainda agora me tentam pedir ajuda cá. Como Portugal tem acordos com a Guiné-Bissau ao nível da saúde, há pessoas que pedem para serem assistidas cá, como foi o meu caso, mas é um processo muito demorado e que, muitas vezes, se perde. Deixam de saber onde está o processo. Cá, no Ministério da Saúde, dizem que ainda não chegou. Em Bissau dizem que Portugal não responde. E as pessoas ficam assim com estas respostas. É muito complicado. Eu tive sorte. Consegui vir. Deve ter sido numa altura boa. Consegui vir e ser assistido mas há outros que morrem. Tudo demora tanto tempo que as pessoas que estão em situações mais graves não sobrevivem. Ainda se tenta com remédios tradicionais mas sabes como é... às vezes, a doença é mesmo muito grave.

### A chegada

Quando cheguei fui para casa de uns patrícios enquanto não consegui trabalhar por causa do tratamento. Fiz o meu tratamento no hospital e depois consegui arranjar um trabalhinho, através de um amigo, numa pequena obra. É o que nos vale, os amigos, se não seria muito mais difícil. Estive nessa obra algum tempo e procurei um sítio para viver. Não queria continuar em casa dos meus patrícios, estava a sobrecarregar-los. Havia um quarto livre na casa de um senhor que eu conhecia. Fui para lá. Esta casa não era muito longe da dos meus patrícios e por isso fiquei. Estou lá até agora. Às vezes, fico muito preocupado com esta casa. Queria mudar mas não tenho conseguido. A casa é muito central, consigo ir a pé para muitos lados e por isso, não tenho de gastar dinheiro no metro mas a casa não tem boas condições. Já sabes como é. O meu quarto com aquela saída de ar para a rua, aquela humidade toda e depois os ratos que aparecem de noite. O senhorio recebe a nossa renda e não faz nada. Agora lá arranjou uns baldes de tinta para pintarmos a casa e arranjarmos o chão. Vem um rapaz do Barreiro fazer este trabalho e nós vamos ajudando. É muito complicado. A casa precisava de obras como já fizeram na parte de cima do prédio mas depois, também, aumentaram a renda. Eu não posso pagar mais...às vezes, nem sei como consigo ir pagando a tempo.

Sinto que quando tenho de ir à Santa Casa, ali em cima, pedir ajuda para pagar a renda, quando os pagamentos se atrasam, e quando não está lá a Doutora que tem o meu processo, me olham mal. Eu não sou branco, sou mais um nas suas listas. Sinto que estou de esmola, a pedir alguma coisa a que não tenho direito. Mas não é isso e preciso mesmo de pedir ajuda, não quero que me ponham fora de casa. Eu trabalhei, fiz os meus descontos, paguei Segurança Social, agora não tenho trabalho mas preciso comer e ter um tecto para dormir. É só isso! Na Segurança Social é igual e falta sempre algum papel. Nada está bem logo. Tudo é muito difícil.

Há muita gente como eu. Às vezes, ali no largo de São Domingos está lá muita gente a procurar trabalho. Eu não gosto muito de falar, sou só mais um. Fico calado a ouvir o que dizem. Conheço muita gente em situação pior que a minha. Mesmo assim, tenho uma casa, vou tendo comida e entre todos conseguimos ajudar-nos. A falta de trabalho é que é mesmo uma situação preocupante. Não há trabalho e o que há tem más condições. Vou-te contar! Uma vez um senhor que conheço perguntou-me se eu queria trabalhar. Eu disse logo que sim pois estava mesmo a precisar de um trabalho, o dinheiro já estava muito curto e o meu visto quase a caducar. Se não tenho trabalho, não tenho visto... Aceitei. Como na Guiné[-Bissau] eu trabalhava em agronomia e conhecia bem as plantas achei que ia correr bem. O trabalho era fazer uma obra num jardim de uma casa junto ao mar. Era Verão e estava mesmo muito calor, mesmo muito calor. Eu acordava cedo e ia apanhar o comboio ali no Cais do Sodré. Ia com mais dois patrícios e dois rapazes cabo-verdianos. No primeiro dia, perguntei quanto é que íamos receber por dia e como era o contrato. Eu precisava do contrato tal como os outros. O «dono» da obra foi dizendo que o contrato estava a ser preparado mas passou uma semana e nada. Mas nós íamos todos os dias. Chegávamos antes das 8 da manhã e só voltávamos a casa depois das 7 da tarde, com todos os transportes que tínhamos de apanhar. Na segunda semana eu já estava mesmo preocupado pois pedi dinheiro à minha vizinha para pagar os transportes e ainda não tinha contrato, não sabia quanto ia receber e ele nem nos dizia quando é que recebíamos. Estavam contentes com o nosso trabalho e o jardim ficava bonito. As plantas eram diferentes das que eu conhecia mas eu queria fazer um bom trabalho mais o dinheiro. Voltei a perguntar «o vosso contrato está quase, não te preocupes que estás a fazer um bom trabalho» era o que ouvia sempre que perguntava. Eu tentava explicar mas não tinha resposta. Na terceira semana já não consegui ir mais. Telefonei várias vezes para o «dono da obra» para receber o dinheiro que me devia mas não consegui nada. Duas semanas de trabalho sem receber, com a dívida à minha vizinha para as despesas do comboio e autocarro. Aí um amigo disse-me para ir ali aos Anjos, sabes, àquele serviço dos imigrantes. Fui lá, informei-me e fiz queixa num serviço do trabalho. Sabes o que me disseram? Que o «dono» daquela obra fazia sempre isto. Como as pessoas precisam de trabalhar ele aproveita-se delas e depois não lhes paga. Recebe o dinheiro da obra e, às vezes, desaparece. Ao fim de duas semanas ainda fiquei pior do que estava antes. Fiquei muito abatido durante uns dias mas não se pode ficar assim. É preciso coragem e lutar.

### «A nacionalidade portuguesa»

Pedi a nacionalidade portuguesa faz uns meses. Já passei lá e dizem-me que deve estar mesmo a sair. Acho que a nacionalidade me dará outras possibilidades. Há um senhor, que vivia comigo, que tinha um problema numa perna, era coxo por causa das dores. Cá não conseguia tratamento mas como tinha familiares na Alemanha e já tem nacionalidade portuguesa foi para lá. Já foi operado e tudo. Consegue ir e vir as vezes que quiser sem ter de se preocupar com o visto ou com que este caduque. Eu estou à espera e espero que não demore pois quero fazer um exame ao estômago para ver se está tudo bem. Cá não estou a conseguir. Vou muito cedo para o centro de saúde para ter consulta com a minha médica mas é muito difícil. Se não vou muito cedo não tenho consulta e, nas vezes que já tive, ela não me conseguiu passar a credencial porque o sistema informático não funcionava. Eu só queria saber se continuo bem. E depois, sempre que vou à Guiné[-Bissau] só lá consigo estar, no máximo, três meses. Depois tenho de voltar por causa da autorização de residência. Quando eu tiver a nacionalidade tenho esperança que tudo fique mais fácil. Terei os mesmos direitos para trabalhar, para fazer os descontos, para ir ao meu país.



«Pensam que aqui se vive bem»

Os voos são muito caros para Bissau, mais ou menos 1000 euros, e eu não tenho dinheiro para isso. Mesmo com os pequenos trabalhos que vou fazendo não consigo. Houve uma altura em que passei três anos sem ver a minha família. É muito tempo e os meus filhos estavam com saudades. Muitas vezes cheguei a ir por Marrocos, outras pelo Senegal. Ia como era mais barato. Agora há uns voos novos duas vezes por semana que são um pouco mais baratos. Junto um dinheirinho e vou. Mas é difícil! Também é difícil chegar lá e dizer que não tenho nada. Tenho de chegar bem vestido e com presentes. Todos querem presentes de alguém que chega da Europa. Acham que todos os que vêm ficam ricos. Não é assim. É tudo uma mentira. Mas mesmo assim as pessoas fazem tudo para vir. Querem vir à força sem saber bem. A família vende tudo para eles virem e depois? Já tens visto o que tem estado a acontecer com muitas pessoas. Acham que o que vêem na televisão é verdade: os carros, as casas, as viagens, mas não é. É tudo mentira. Olha onde é que eu moro, olha como tem sido a minha vida. Eu gostava que melhorasse mas não é fácil como as pessoas pensam. É muito difícil.

Quando chego a Bissau tenho de ir às casas das pessoas da minha família levar um presentinho e depois, quando vou à tabanca, tenho de fazer o mesmo. Mas eu não posso levar muita coisa. Só coisas pequeninas que tento comprar aqui numa loja chinesa que é mais barato. Não são luxos. São pequenas lembranças. As crianças ficam contentes com qualquer brinquedo mas os adultos ficam sempre a olhar para mim com cara de querer mais e alguns até dinheiro. Mas eu não tenho. E é muito difícil explicar-lhes que não tenho. «Não tens porquê? O que vemos na televisão não é isso! Todos têm!». A televisão mente. Devia haver uma campanha a dizer para não virem, para ficar com a família, para ficar na terra, a dizer que aqui se sofre e se luta muito. Eu vim pela minha saúde, se não tinha morrido. Agora tenho de lutar mais e ter coragem. Como dizemos «koragi nes luta pa bida midjor». Sem coragem não consigo acordar todos os dias. ●

## Ficar sem Tecto: as demolições no Bairro 6 de Maio

CATARINA SAMPAIO Antropóloga, ICS-IUL

O direito à habitação está definido na Artigo 65.º da Constituição Portuguesa: «Todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal a privacidade familiar»<sup>1</sup>. Contrariando esta determinação, muitos cidadãos portugueses e imigrantes que residem desde há muito em bairros informais na periferia de Lisboa têm sido despejados sem o conseqüente e devido realojamento. As políticas de gestão do território vão promovendo os interesses privados em detrimento do bem público. Através de consecutivas acções de despejo e conseqüente demolição das habitações, muitos moradores do concelho da Amadora têm ficado sem casa e sem acesso a realojamento. É assim negado a estes habitantes, cujo quotidiano já se encontra marcado pela precariedade, vulnerabilidade e estigma, a igualdade de direitos relativamente à habitação e à vivência do espaço urbano. O que já se passou com o bairro de Santa Filomena<sup>2</sup> está agora a acontecer no bairro 6 de Maio, com conseqüências dramáticas. Neste artigo seguimos o processo de despejo de um morador do 6 de Maio e o labirinto burocrático em que está envolvido nas suas tentativas de garantir um realojamento.

António nasceu em Dezembro de 1949 no concelho de Tarrafal, ilha de Santiago, em Cabo Verde<sup>3</sup>. Antes de ir para a tropa trabalhou a partir dos 17 anos como capataz na construção de estradas no concelho de Tarrafal. Depois de ter cumprido o serviço militar em Angola durante a Guerra Colonial chegou a Lisboa em Agosto de 1974, proveniente de Cabo Verde. Ficou então a viver em casa do seu pai, no bairro 6 de Maio. Em Portugal, este período final do Estado Novo foi marcado pela forte emigração para França e pelo recrutamento compulsivo para a Guerra Colonial. Algumas actividades económicas careciam de mão-de-obra, face à expansão das obras públicas e da construção civil. A entrada de cabo-verdianos foi assim incentivada. Este fluxo migratório dirigiu-se essencialmente para a grande Lisboa, sendo o actual concelho da Amadora um dos destinos privilegiados. Depois da chegada a Portugal, António trabalhou na Carris e na construção civil. Em 1995, negociou a saída da Carris através de uma reforma antecipada. Daí para cá tem trabalhado na construção civil, enquanto armador de ferro, sempre com contratos precários.

Desde a sua chegada Lisboa, em 1974, viveu na cintura de bairros de construção clandestina que envolviam o actual bairro 6 de Maio. Este bairro fez parte de um *continuum* de bairros informais, adjacentes à antiga Estrada Militar, cuja construção está intimamente ligada aos fluxos migratórios direccionados para a Área Metropolitana de Lisboa (AML). Deste *continuum* faziam parte o bairro das Fontainhas, entretanto demolido, o Estrela d'África, em avançado processo de demolição desde 2014, e o 6 de Maio. Para ser considerado informal um bairro deve apresentar as se-

<sup>1</sup> Cf. [www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx](http://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx).

<sup>2</sup> Ver André Carmo, «Santa Filomena: crónica de um desastre anunciado», *Le Monde diplomatique - edição portuguesa*, Setembro de 2012.

<sup>3</sup> António é um nome fictício.

guintes características: «A primeira é que sua formação não obedece a nenhuma das regras urbanas ou legislativas: as ruas não são definidas antes da construção das casas e as redes de água e esgoto são implementadas depois da construção das moradias. A segunda é que as unidades habitacionais são construídas de acordo com a disponibilidade de lotes vazios. Esse processo de ocupação acontece, geralmente, de maneira ilegal independentemente de a área ser propriedade pública ou privada»<sup>4</sup>. Depois da demolição do bairro das Fontainhas e da parcial demolição do bairro Estrela d'África, o 6 de Maio aparece como um espaço «amputado», um vestígio da materialidade, das dinâmicas sociais e de mobilidade que aquele todo apresentava<sup>5</sup>.

Em 1995, António voltou a habitar no 6 de Maio. Os bairros informais onde morou anteriormente foram demolidos e os moradores realojados. António recorda-se de como foram os habitantes do 6 de Maio, maioritariamente de origem cabo-verdiana, que autoconstruíram o bairro:

«Este bairro foi construído com bobines de cabos de alta tensão. Ali em baixo, onde é a rua das Fontainhas, está lá o estaleiro da Edifer, era uma fábrica de cabos de alta tensão, uma fábrica onde faziam os cabos de electricidade, só cabos grossos. Então, quando eles tiravam esses cabos grossos, então aqueles bobines iam para lá e a gente ia-lhes pedir. Desmontávamos aquilo à picaretada e fazíamos a barraca em madeira. Para sobreviver. Para podermos viver.»<sup>6</sup>

O bairro caracteriza-se pela precariedade das habitações e pelo espaço de circulação composto por ruas estreitas e sinuosas, tal como o sistema das medinas árabes. Como o território do bairro é diminuto, a ampliação das habitações foi-se fazendo em altura. Cada unidade doméstica é inacabada, tanto a nível formal como no que respeita à organização do seu espaço interior, deixando a possibilidade para alterações que vão ao encontro da satisfação futura das necessidades habitacionais dos moradores. Actos de resistência e teimosia permitiram que o bairro se consolidasse no tempo, apesar das frequentes políticas públicas discriminatórias. A história do bairro é assim marcada por uma luta entre os seus moradores, que desejavam estabilizar a sua situação com a edificação de casas, e as autoridades, a limitarem a construção e a procurar eliminar o que fora construído.

### «Os africanos viveram nessa situação»

«Os africanos viveram nessa situação. Então, quando houve o 25 de Abril, passado uns tempos, começámos a ter um pouquinho de liberdade, houve alguns que compravam uns tijolos... começámos em fazer a barraca em tijolo, já tínhamos um bocadinho de poder... mais ventos, não é como agora. O tempo está totalmente mudado. Vinham os agentes da polícia, da GNR, derrubavam-nos a barracada com tijolo todo feito... Vinham de manhã, pumba, destruíam. Com as famílias lá dentro. Meteram o telhado de noite, meteram algumas coisinhas, uma caminha para desenrascar, mas eles vinham e abusavam.»<sup>7</sup>

O bairro foi-se consolidando, as habitações de madeira foram transformadas em casas de tijolo, para os habitantes conseguirem melhorias das condições de habitabilidade das suas casas. Em 2012, enquanto corria o boato que a Câmara Municipal da Amadora (CMA) estava a construir «um novo 6 de Maio»<sup>8</sup> para esta população, os moradores começaram a assistir a demolições pontuais.

<sup>4</sup> Elisabete França, «O que são as Favelas», AA.VV., São Paulo: Projectos de Urbanização de Favelas, Superintendência de Habitação Popular/Secretaria Municipal de Habitação, São Paulo, 2010.

<sup>5</sup> Catarina Sampaio, «Habitar o 6 de Maio: as casas, os homens, o bairro», 2013, dissertação de mestrado em Antropologia, ICS-UL.

<sup>6</sup> Entrevista a António em Dezembro de 2011.

<sup>7</sup> Relatos de António em Novembro de 2011.

<sup>8</sup> Palavras de vários moradores em 2012.

«Eles começaram a demolir algumas barracas que não estavam ocupadas, porque alguns emigraram para França. Deixaram pessoas de família lá, mas porque estas não tinham nome, puseram os familiares na rua e deitaram as barracas abaixo. Aqui, no início, foi assim... podiam estar a trabalhar ali no Algarve, só vinham no fim do mês ou no fim-de-semana só para visitar a casa. Eles vinham cá, funcionários da Câmara, e o pessoal não estava porque estava a trabalhar fora e eles pumba, mandavam a barraca abaixo. Tiravam as coisas às vezes, mas até com as coisas lá dentro, eles iam depositar no armazém da Câmara lá para o Alto do Casal da Mira, e depois quando quisessem iam lá levantar... isto assisti eu muitas vezes... quando a pessoa vinha encontrava a barraca já deitada abaixo porque não tinha direito à barraca... Não estava em casa, não tinha direito à barraca...»<sup>9</sup>

Estas demolições efectuaram-se ao abrigo do Programa Especial de Realojamento (PER)<sup>10</sup>. Este programa surgiu em 1993 com o objectivo de proporcionar aos municípios das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto condições para erradicar as barracas existentes e realojar estes moradores em habitações de custos controlados. Mas na prática, a melhoria das condições de vida destes habitantes parece menos relevante, e por vezes mesmo em oposição, à criação de infra-estruturas viárias que permitem a «modernização» e rentabilização da cidade<sup>11</sup>. Em 2015, começaram demolições e despejos a uma escala maior do que até então. Consequentemente, aumentaram os dramas humanos, porque grande parte da população do bairro 6 de Maio alvo de despejos não tem outra habitação para onde ir, correndo o risco de ficar na rua.

A história de vida de António é disso exemplo. Apesar de ter pago imposto municipal sobre imóveis (IMI) relativo a uma habitação no 6 de Maio, a Câmara Municipal da Amadora (CMA) planeou a demolição do bairro em 2016 e afirma que António não tem direito a realojamento porque não está inscrito no PER<sup>12</sup>. Até há relativamente pouco tempo, porém, todos os moradores estavam convencidos que a CMA os iria realojar, embora também corresse o boato de que a CMA não tinha dinheiro para estes realojamentos.

Em Setembro de 2015 encontrei António no meio de um processo burocrático complexo de troca de correspondência com a CMA. Ele tem tentado provar a legitimidade da sua presença no bairro onde vive há décadas. Numa sexta-feira, em Dezembro de 2015, recebeu uma notificação para se dirigir à junta de freguesia. Deslocou-se com a esperança de que finalmente lhe entregassem a chave de uma casa, mas ao contrário das suas expectativas, disseram-lhe que não tinha direito a realojamento e devia sair do bairro. Desde esta altura, tem a obrigação de se apresentar periodicamente aos assistentes sociais da CMA na junta de freguesia, como um condenado. São-lhe sempre pedidos novos documentos mas depois de os apresentar a resposta é sempre a mesma: não tem direito a realojamento.

«Ainda penso que estas apresentações às assistentes sociais são para eu ter direito a uma habitação. Mas eles não querem é dar-me uma habitação... Ter que ir lá de quinze em quinze dias incomoda-me porque eu tenho mais coisas a fazer. Olhe eu já sou reformado, mas o meu rendimento é pouco. Eu tenho que andar a fazer biscates, a fazer a minha horta para eu ter um

<sup>9</sup> Entrevista a António a 8 de Dezembro de 2015.

<sup>10</sup> «O Programa de Realojamento visa proporcionar aos municípios condições para proceder à erradicação das barracas existentes e ao consequente realojamento dos seus ocupantes em habitações de custos controlados. Existe o Programa Especial de Realojamento (PER) para as áreas metropolitanas de Lisboa e Porto», [www.portaldahabitacao.pt/pt/portal/habitacao/programasapoio/per.html](http://www.portaldahabitacao.pt/pt/portal/habitacao/programasapoio/per.html).

<sup>11</sup> Ver Ana Cardoso et al., «A cidade esquecida: pobreza em bairros degradados de Lisboa», *Sociologia, Problemas e Práticas*, 1994, n.º 15, pp. 99-111.

<sup>12</sup> O processo de recenseamento da população deste bairro para implementação do programa PER foi executado em 1993. A inexistência de actualizações dos dados então recolhidos conduziu a uma grande discrepância entre as informações de 1993 e a realidade sociodemográfica existente no bairro 6 de Maio na actualidade.

apoio de subsistência. E agora eu estou a perder esse tempo, é dinheiro que eu estou a perder para trabalhar para a minha vida... Não acho normal estas apresentações porque eles já tiveram tempo para resolver o meu problema, da minha residência. Sou obrigado a estar lá de quinze em quinze dias, é sempre a mesma coisa. Eles a mandarem-me a vir morar para outro lado, porque não tenho direito à casa... Eu que estou a morar dentro da mesma zona, na mesma freguesia, no mesmo bairro praticamente há quarenta e tal anos... Não são quarenta e tal dias... São quarenta e tal anos, desde Agosto de 1974 que eu imigrei para trabalhar, tinha acabado de sair da tropa nesse ano... Desde 1974 que eu moro no bairro e ando para cima e para baixo sem direito a uma habitação. Não tenho direito à barraca, nem tenho direito a uma habitação, não sei porquê ... disseram-me que eu não tinha descontos, que em 1990 não estava no bairro, não estava no bairro. Eu fui à Segurança Social e tirei os descontos desde 1974. Levei para lá... Não, tinha que tirar os descontos com os dados de todas as residências para eles verem que eu nunca saí do bairro. Fui outra vez à Segurança Social pedir outra vez a certidão à senhora. Eles sabem bem que só conta a residência actual, as anteriores não contam... A senhora da Segurança Social disse-me: isto é uma brincadeira, eles andam é a brincar consigo, eles sabem perfeitamente que só conta a morada actual... Eles é que andam a prejudicar a sua situação!»<sup>13</sup>

#### «Viver debaixo da ponte»

António receia que o seu destino seja «viver debaixo da ponte»<sup>14</sup>.

«A Câmara Municipal da Amadora está a portar muito mal com os africanos! Está a portar mesmo mal! Eu não sei qual é negociação que eles têm... A Câmara, como qualquer empresa, está em negociação... Isto tenho eu a confiança! Porque isto não é à toa! Porque é que as outras Câmaras tiveram a possibilidade de alojar qualquer pessoa? Em Oeiras, eu conheço muita gente de Oeiras, foram realojados nas suas residências. Em Almada, todo o mundo é realojado! Setúbal, são todos realojados! E porque é que a Amadora é a única Câmara Municipal que não realoja? Câmara de Loures são todos realojados, tiraram a Pontinha mas a Câmara Municipal de Loures realojou todos os moradores das barracadas pertencente a Loures. Porque é que só a Câmara Municipal da Amadora? É porque aqui há um negócio sujo! Não acho justo isso! Que é isso? Uma pessoa viver quarenta e tal anos num país, dentro do mesmo concelho... quando vim para aqui, a Amadora não era concelho era concelho de Oeiras, a demarcar com Sintra e Loures. Era Oeiras, Sintra e Loures. Marcavam os três concelhos a periferia de Lisboa. Agora porque é que eu não tenho direito à barraca? Isto é brincar com uma pessoa! A Câmara não tem direito de fazer isto! E agora como eles dizem que em 2007 eu não estava lá a viver? Isto para mim está mal!»<sup>15</sup>

António conhece outros processos semelhantes a decorrer com pessoas da mesma geração.

«Eu conheço uma senhora que é viúva e mora aqui no bairro desde mil novecentos e setenta e tal. O marido já faleceu. Ela tem um neto que ficou a tomar conta dela. Ela tem problemas de saúde. Mora dentro da casa com o neto. O neto já tem idade, já é um homenzão, ele acompanha-a para tratamentos porque ela não pode ir sozinha. De maneira que a câmara não quer dar a casa para ela viver com o neto, porque o neto não tem direito à casa... Ele mora mesmo lá em casa com ela. Como é que ela faz? Quem é que lhe dá companhia? Quem acompanha ela na falta de saúde?

<sup>13</sup> Entrevista a António a 8 de Março de 2016.

<sup>14</sup> Entrevista a António a 8 de Dezembro de 2015.

<sup>15</sup> Entrevista a António a 8 de Dezembro de 2015.

Será que as assistentes sociais têm capacidade de a acompanhar todos os dias, passar a noite com ela, se ela tiver qualquer problema de saúde? Tentam chamar a ambulância para cuidar dela? Não acho justo... Isto é uma coisa que está muito mal! Ela vive com o neto! Ela criou o neto desde criancinha... O neto é considerado um filho. Eles não querem que o neto viva com ela! O neto não tem direito a casa porque não está no PER. Então, se o seu falecido marido tivesse vivo, será que eles dois não tinham direito a casa? Se o neto fosse filho deles, será que o filho deles não tinha direito à casa? Olhe um pouquinho de amor...»<sup>16</sup>

A actuação da autarquia relativamente a estes despejos e demolições é diferente consoante o caso, o que faz com que as pessoas não saibam como fazer e o que fazer. A eficácia destas acções depende do desconhecimento da população relativamente aos seus direitos. Direcção para o contexto específico de cada morador alvo de despejo, este *modus operandi* torna difícil uma reivindicação colectiva pelo direito à habitação. Os moradores estão indignados e expressam à sua maneira uma opinião relativamente ao que está a acontecer:

«Eu acho que a câmara deveria ter condições para realojar os residentes do bairro, que já lá estão, ou então ter condições para manter as barracas para as pessoas lá continuarem a residir. Então uma pessoa já mora lá há tantos anos e agora querem-nos na rua? Agora, o que é isso? Se a câmara não tem condições não deve tirar o bairro... A câmara deve ter condições para realojar as pessoas que estão no Bairro!»<sup>17</sup>

Enquanto o bairro vai sendo demolido, a esperança esmorece e o sentimento de injustiça aumenta na população. As directivas do PER não chegam para justificar a desumanidade das demolições. Em vez de procurarem proporcionar a melhoria das condições de vida dos habitantes destes territórios, estas iniciativas visam muitas vezes outros objectivos, como a rentabilização do espaço através da construção de estradas e de habitação para outras camadas sociais<sup>18</sup>. Desta forma, territórios na margem na cidade, como o bairro 6 de Maio, são alvos de uma violência colectiva<sup>19</sup>, para a qual a burocracia contribui de forma bastante eficaz. Os despejos e demolições, sem a garantia de realojamento ou preocupação com o futuro das populações, revelam uma dimensão específica mas muito presente, da violência a que estas comunidades estão sujeitas. ●

<sup>16</sup> Entrevista a António a 8 de Dezembro de 2015.

<sup>17</sup> Entrevista a António a 8 de Março de 2016.

<sup>18</sup> Ana Cardoso, *et al.*, *ibidem*.

<sup>19</sup> Ver Loïc Wacquant, «Que é o gueto? Construindo um conceito sociológico», *Revista de Sociologia e Política*, n.º 23, 2004, pp. 155-164.

